

PCP propõe **17** medidas para enfrentar a crise

Conferência de Imprensa de Carlos Carvalhas — Pág. 3

PCP  «Este é
o Partido
que não
se conforma
nem se resigna
com a opressão
e a exploração»

Discursos de CARLOS CARVALHAS em Lisboa
e ÁLVARO CUNHAL no Porto — Págs. 4 a 9

7º CONGRESSO
CGTP

**A confirmação
de um projecto
em defesa
dos trabalhadores**

Págs. 10 a 13

★
8 de Março
DIA
INTERNACIONAL
DA MULHER

*MDM promove cordão humano
em Lisboa e PCP propõe
legislação na Assembleia*

Págs. 16 e 23

★
**O que são hoje
os intelectuais
em Portugal (I)**

— artigo de
Edgar Correia

Pág. 22

★
**A África do Sul
antes da viragem (I)**

— artigo de
Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 24 a 26

★
Distribuição do «Avante!»

Os serviços administrativos do «Avante!» mudaram de endereço. A partir deste semana, as alterações de remessas e outras questões relacionadas com a distribuição devem ser comunicadas para:

Editorial «Avante!»
Av. Almirante Reis - 90 - 7.ªA
1000 LISBOA
Tel. 814 61 73



Carlos Carvalho anuncia 17 medidas imediatas para Portugal

RESUMO

3 Quarta-feira

O Presidente da República, Mário Soares, veta o diploma governamental destinado a criar o cartão de utente dos Serviços de Saúde ■ O secretariado nacional da UGT responsabiliza o Governo pela não celebração de um Acordo de Política e Rendimentos para 93 ■ José Luís Judas apresenta em conferência de imprensa uma mensagem "aos trabalhadores portugueses", enquanto Rosa Maria Marques se afirma indisponível para integrar o Conselho Nacional da CGTP-IN ■ Três bombas explodem no centro de Madrid ■ O Secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, admite a intervenção militar para aplicar um plano de paz na Bósnia-Herzegovina.

4 Quinta-feira

O ministro das Finanças, Braga de Macedo, culpa o Banco de Portugal por ter menosprezado "sinais negativos da economia real" e afirma ser "urgente" baixar as taxas de juro ■ Começa na FIL o VII Congresso da CGTP-IN ■ Os magistrados judiciais e do Ministério Público cumprem um dia de greve ■ Mário Soares participa no Congresso sobre Ensino Particular e Cooperativo, em Fátima ■ Cavaco Silva inicia uma visita oficial à Galiza ■ O governo alemão e o SPD apresentam no Parlamento um projecto de lei para limitar o direito de asilo ■ A polícia de Paris proíbe uma manifestação de "skinheads" europeus ■ O julgamento de Xanana Gusmão, em Díli, é suspenso após uma suposta testemunha de acusação gritar no tribunal "Viva a independência!", "Viva Timor-Leste!".

5 Sexta-feira

Termina o prazo para a legalização extraordinária de imigrantes clandestinos ■ O governador do Banco de Portugal, Miguel Beza, falta a reunião com o ministro Braga de Macedo em protesto contra as acusações que lhe foram feitas pela não descida das taxas de juros ■ O CDS é expulso do PPE ■ O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, pronuncia-se contra as "ingerências partidárias na vida interna das estruturas" da CGTP, no comício comemorativo do 72º aniversário do PCP, no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa ■ Na Galiza, Cavaco Silva afirma que a realidade portuguesa "não convide à regionalização" ■ Macário Correia, ex-secretário de Estado do Ambiente, é o candidato do PSD à Câmara Municipal de Lisboa ■ O governo italiano aprova três novas leis sobre o financiamento dos partidos ■ O Soviète Supremo russo convoca para 10 de Março uma reunião do Congresso dos Deputados destinada a avaliar eventuais violações da Constituição pelo presidente Ieltsin.

6 Sábado

Os juizes anunciam que vão manter-se em greve de zelo até 28 de Março ■ O Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos decide retirar a imunidade a Tallon ■ Termina o VII Congresso da CGTP, cujo Programa de Acção é aprovado por

EDITORIAL

A crise de uns e a força de outros

A nenhum observador passa despercebido que o governo e a sua política se encontram numa situação de crise - que não encontra paralelo em nenhum período da vigência do cavaquismo.

Nas próprias hostes dos indefectíveis se começam a ouvir apreensões e o debandar e intrigar que indissociavelmente se liga à lamentável ética política da direita em geral e do PSD em particular começa a despontar aqui e ali, com barões e baronetes a marcarem as suas distâncias e a ensaiarem novas alianças e perspectivas.

O primeiro-ministro, num páldio e gaguejante assomo da sua antiga arrogância, afirma em discurso que não contem com ele para fazer ziguezagues - mas toda a acção do Governo é uma soma de ziguezues de uns contra ziguezues de outros, a indiciar uma desorientação, uma falta de Norte e traços de desespero que concedem ao actual quotidiano cavaquista o odor da decomposição.

Evidentemente, dominante sobre todo este quadro, perfila-se a crise económica, a recessão, o aumento do desemprego, a queda da produção, o estrangulamento das exportações, o agravar da situação das empresas e de todo o tecido económico nacional.

O governo e os seus defensores já recuaram atabalhoadamente no tocante à teoria do «oásis», a esse discurso em que a direita governante fazia, há poucos meses ainda, de Portugal, no meio de um mundo devastado pela crise, um mimoso rincão de prosperidade graças à clarividência da política cavaquista. O que é tem muita força, hoje vêm esclarecer que não era bem isso e que, afinal, quando tudo está mal em toda a parte, não se pode esperar que não sintamos aqui também algumas consequências...

Repetidas vezes se tem nestas páginas desmascarado tal fábula. O problema é que o período de resistência da economia portuguesa ao agravamento da crise mundial se ficou a dever apenas a que, dentro dessa própria crise e das suas contradições, se geraram factores circunstancialmente favoráveis ao nosso país. Portugal conheceu uma oportunidade única de ultrapassar bloqueios estruturais, de resolver problemas de fundo do seu tecido económico: a política cavaquista assume a criminosa responsabilidade histórica de não só em nada ter contribuído para um período particularmente favorável da economia nacional, como de o ter desbaratado e arrastado o País ainda mais indefeso para o que se pode vir a configurar como uma das mais graves e perigosas crises económicas de sempre.

O povo português já percebeu. Dolorosamente, no seu dia-a-dia, verificou já que vai nua a arrogância do cavaquismo. O avolumar da corrupção

como um sistema de governo e não apenas incidentes isolados, a desorientação que faz Cavaco precipitar-se a anunciar a reconstrução de um Alqueva a que sempre se opôs e pacotes de habitação poucas semanas depois de os seus tenores terem tentado explicar que a questão da habitação é da responsabilidade dos municípios, a mesma desorientação desculpabilizante que conduz à grotesca situação de ver o ministro da Economia a fazer acusações ao Banco de Portugal, tudo são traços que a experiência política e de vida de dez milhões de portugueses facilmente identifica.

Mas as últimas semanas igualmente trouxeram elementos importantes no que se refere às condições para enfrentar os problemas que surgem e os bem maiores que se avizinham. A verdade é que bem poderia o cavaquismo entrar em crise, bem poderia o modelo económico governamental evidenciar o seu colapso, bem poderia o pessoal político da direita patinhar atabalhoadamente do demolidor lamaçal das corrupções, e nada disso seria sufici-

O cavaquismo está em crise iniludível. Mas, tão decisivo quanto isso, é que há forças que conduzem a firme oposição a tal política e é delas, da sua acção, que pode e tem de sair a necessária alternativa

ente para que o descontentamento se pudesse afirmar e a alternativa e soluções pudessem surgir.

O colapso de uma política não gera só por si a necessária política alternativa, a crise de um governo não envolve só por si a criação de condições para a derrota de sua política e para que se gerem soluções.

O cavaquismo está em crise iniludível. Mas, tão decisivo quanto isso, é que há forças que conduzem a firme oposição a tal política e é delas, da sua acção, que pode e tem de sair a necessária alternativa.

No passado domingo, concluiu-se o VII Congresso da CGTP. Talvez o mais comentado, noticiado e especulado congresso da história da central. E não admira que assim fosse.

A CGTP perfila-se hoje como um caso único no quadro do movimento sindical europeu, e não seria talvez exagero alargar os seus traços originais para além do Velho Continente. Três factores se conjugam indissociavelmente para que a Intersindical assumisse tais características: a sua força e carácter de massas, a sua postura e orientação de classe e o seu carácter unitário. E, mais do que qualquer outra coisa, o que interessava saber neste VII Congresso era se estes três traços de identidade e a sua fecunda conjugação se manteriam.

Claramente, mantiveram-se. E reforçaram-se.

E, terminado o Congresso, parece

importante sublinhar um importante traço que todo o processo de preparação e o seu desenrolar evidenciou: a capacidade e maturidade reveladas pelo movimento sindical e pelos seus quadros, dirigentes e activistas para enfrentarem as naturais diferenças de opiniões e pontos de vistas que o debate revelou e para elas encontrarem soluções adequadas. O Congresso da CGTP foi um importante contributo para a defesa dos trabalhadores e das suas organizações. O movimento sindical unitário saiu reforçado e é essencial compaginá-lo com a crise do cavaquismo: tal crise é indissociável da luta contra ela conduzida pelos trabalhadores e as suas organizações e a saída alternativa para ela requer os trabalhadores e as suas organizações.

O VII Congresso da CGTP e as suas conclusões são um importante factor a anunciar que a luta vale a pena e que toda a esperança é legítima.

Ao longo das páginas deste «Avante!» desdobra-se noticiário sobre as iniciativas que assinalaram 72 anos de luta do Partido Comunista Português. De Norte a Sul, em Lisboa, no Porto, em grandes comícios, em reuniões as mais diversas se celebrou um passado que o é apenas pelos anos decorridos, que não pela passagem dos princípios e dos sonhos: esses mantêm-se vivos e todos os dias continuam a perseguir o futuro.

Do que têm sido as comemorações do 72º aniversário do PCP falam os discursos proferidos pelo secretário-geral do Partido e pelo presidente do Conselho Nacional falam também as reportagens que neste número igualmente se inserem.

Mas convirá sublinhar que não são apenas palavras o que orgulhosamente proferimos quando afirmamos que o PCP está bem e de boa saúde, firme no presente e indispensável ao futuro. Neste aniversário inauguraram-se dois novos Centros de Trabalho: saibam quantos que se sedes se abrem é porque os militantes as erguem e o trabalho o exige. É o retrato de uma actividade firme, bem longe das decadências tão desejadas quanto anunciadas... E a abertura de outros está anunciada.

Por outro lado, na página 3 deste «Avante!» igualmente se insere o texto apresentado terça-feira por Carlos Carvalhas contendo dezassete propostas do PCP para enfrentar os mais graves problemas económicos e sociais que o País conhece.

O Canal 1 da RTP e SIC ignoraram por completo as propostas do Partido. Trata-se de tapar o sol com uma peneira: pesem os silêncios da manipulação da direita, as propostas do PCP chegarão a quem têm de chegar: ao povo e aos trabalhadores que sofrem as consequências da política de direita, que, com a sua luta, a detiveram e desmascaram e que, com a sua luta, para ela criaram alternativas. E que para tanto, como a realidade demonstra, continuam a contar com um partido revolucionário e de classe que criaram há 72 anos: o Partido Comunista Português.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 47058.
ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7.ª A, 1000 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058. NIF — 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis — 90, 7.ª A, 1000 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73
Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 814 61 73

— DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1.ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77. Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 68/953 17 49/953 17 50
ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93
PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93
Composto e impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00
ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00
MACAU — 50 números: 13.042\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 15.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

O PCP apresenta 17 medidas para enfrentar os problemas económicos e sociais mais urgentes

As medidas hoje anunciadas pelo Primeiro-Ministro, ainda que sendo um óbvio reflexo das denúncias das forças democráticas e de múltiplos sectores sociais quanto à extraordinária gravidade do problema da falta de habitação social, não respondem a numerosos outros problemas, inquietações e reivindicações mais sentidas no momento presente pela população portuguesa e, infelizmente, não abrangem nenhuma das rectificações indispensáveis em relação à política que é responsável pela grave situação económica e social existente no País.

Na verdade como temos vindo a afirmar, são agora plenamente comprovadas as advertências e denúncias de há muito feitas pelo PCP quanto às consequências da política do PSD e do Governo de Cavaco Silva.

Hoje é visível que a recessão económica atinge a generalidade da actividade produtiva, com particular incidência na agricultura, nas pescas, na indústria, no turismo e na construção civil.

Não é mais possível ao Governo e ao PSD camuflar e deturpar a degradação da situação social que se espelha, por exemplo, no aumento em progressão geométrica do desemprego (aumento de 11000 desempregados registados só no passado mês de Janeiro), com o recrudescimento das situações de salários em atraso, com a dramática acentuação das desigualdades sociais, das manchas de pobreza das marginalizações e exclusões sociais.

Quer em relação ao reconhecimento da crise, quer em relação às medidas propostas há muito preconizadas pelo PCP e consideradas inadequadas pelo PSD é caso para, mais uma vez, se afirmar que afinal o PCP sempre tinha razão.

O Primeiro-Ministro persistiu em responsabilizar pela crise interna exclusivamente factores de ordem externa.

Mas a verdade é que a responsabilidade essencial da recessão cabe por inteiro à política económica do Governo, à ausência de uma estratégia de desenvolvimento económico e social, à inexistência de uma política activa de modernização e especialização produtivas, à política de encarecimento do escudo e de elevadas taxas de juro e ao nefasto processo das privatizações.

O anúncio pelo Primeiro-Ministro de um programa de habitação, que é bem-vindo, mostra que mais uma vez o PCP tinha razão ao combater e criticar o Governo por ao longo dos últimos sete anos nunca ter apresentado uma política coerente para o sector da habitação e de praticamente ter abandonado a promoção pública de habitação social.

É o reconhecimento de que o Governo se tem desresponsabilizado da grave situação da habitação e da degradação social - desemprego, pobreza, prostituição, toxicod dependência. Tal como o PCP tinha afirmado e demonstrado nomeadamente no debate do Orçamento de Estado. Este programa de habitação em que se procura responsabilizar as autarquias locais exige pelo menos duas outras medidas complementares:

- por um lado, o aumento das dotações orçamentais para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, de acordo com as regras das Finanças Locais que o Governo suspendeu, por forma a dotar as autarquias dos recursos financeiros necessários à sua participação num tal programa e ao lançamento de outros investimentos que permitam combater o desemprego a nível regional;

- por outro lado, garantir às autarquias locais efectiva capacidade institucional de intervenção na política de solos, incluindo no âmbito da expropriação de terrenos.

Quanto à exigência de impedimento da construção de novas barracas, ela só pode ser concretizada se se combaterem e eliminarem as suas causas essenciais.

É necessário, nomeadamente, uma política de desenvolvimento nacional e regional o combate à crise económica, à desertificação do interior e ao desemprego, e a melhoria sustentada do nível de vida dos portugueses.

Na sequência e em articulação com a política alternativa que o PCP de há muito vem propondo, e



Carlos Carvalho apresentou na terça-feira aos jornalistas 17 medidas imediatas visando travar o aprofundamento da crise económica e minimizar os seus custos sociais. Comentando o programa de habitação anunciado no mesmo dia pelo primeiro-ministro, o secretário-geral do PCP reclamou mais verbas para as autarquias, que deverão ter capacidade institucional de intervenção na política de solos, bem como exigiu uma política de desenvolvimento nacional e regional, como única forma de combater a desertificação do interior e a consequente fuga para as cidades

que em múltiplas ocasiões, designadamente no seu XIV Congresso, temos apresentado ao Povo Português em termos globais e sectoriais, apresento-vos hoje em nome do PCP um conjunto de 17 medidas imediatas visando travar o aprofundamento da crise económica e minimizar os seus custos sociais.

Assim para além de um programa global de relançamento da habitação e do combate ao desemprego consideramos urgente a criação de condições para o relançamento do investimento e da actividade produtiva (penalizando as actividades especulativas), e a resposta a prementes reivindicações populares de carácter social, designadamente através das seguintes medidas:

1. Adopção de medidas de política monetária visando uma baixa das taxas de juro a curto prazo (da ordem dos 4 pontos percentuais).

2. Invocação, junto da Comunidade Económica Europeia, de interesses vitais em causa e de grave situação económica e social, e consequente adopção de medidas de salvaguarda tendo em vista, designadamente:

- a restrição ou suspensão da importação de produtos agrícolas, das pescas e, eventualmente, de alguns ramos da indústria mais duramente afectados pela crise económica;
- a defesa das especificidades da agricultura e das pescas portuguesas;
- a suspensão da liberalização dos movimentos de capitais de curto prazo (dos movimentos de capitais especulativos cuja antecipação da liberalização o Governo não há muito impôs ao Banco de Portugal).

3. Abandono da política do escudo caro fixando uma ajustada paridade cambial do escudo no âmbito do Sistema Monetário Europeu.

4. Eliminação da restrição de concessão do subsídio de desemprego a um período máximo de dois anos.

5. Actualização imediata do salário mínimo nacional com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro.

6. Publicação de uma nova tabela das remunerações dos trabalhadores da Administração Pública central e local.

7. Revogação da "lei dos disponíveis" e cancelamento dos anunciados despedimentos em massa (cerca de 15 mil trabalhadores) em empresas públicas e de capitais públicos.

8. Apoios específicos aos trabalhadores com salários em atraso, designadamente através da concessão pelo Estado de subsídios reembolsáveis, exigíveis quando do recebimento das respectivas remunerações.

9. Intervenção no escoamento da produção agrícola a preços compensadores, ajudas a fundo perdido e linhas de crédito fortemente bonificadas para os agricultores e cooperativas agrícolas.

10. Intervenção na 1ª venda de pescado com apoios às organizações de produtores e indústria conserveira e a fixação de margens máximas de comercialização, bem como subsídios de compensação para pescadores sem trabalho por imobilização temporária ou definitiva de embarcações.

11. Revogação das taxas moderadoras para acesso aos serviços de urgência, às consultas e a meios complementares de diagnóstico e terapêutica em regime de ambulatório.

12. Revogação dos aumentos de propinas.

13. Actualização dos valores mínimos das pensões e reformas.

14. Duplicação do abono de família para todos os beneficiários que auferiram rendimentos familiares não superiores a duas vezes o salário mínimo nacional, independentemente do número de filhos.

15. Concretização de um programa de emergência de apoio social nas regiões e zonas mais afectadas pelo desemprego e pela seca.

16. Revogação dos benefícios fiscais concedidos a aplicações financeiras e a mais-valias mobiliárias.

17. Dar primazia à convergência real da economia e não às medidas monetárias de convergência nominal de Maastricht.

Este conjunto de 17 medidas imediatas é apresentado ao Povo Português. Mas, simultaneamente, lançamos um desafio ao Primeiro-Ministro para a realização urgente de um debate televisivo sobre as medidas necessárias para dar resposta a esta situação e, de uma forma mais global, sobre a estratégia de desenvolvimento e sobre os projectos de política económica e social do PCP e do Governo.

É tempo de o Primeiro-Ministro abandonar os seus monólogos mediáticos de propaganda e ter a coragem de enfrentar em debates públicos os dirigentes das oposições e de ouvir os agentes económicos e sociais.

Finalmente, dirigindo-se directamente aos trabalhadores e a todas as camadas e grupos sociais atingidos pela política do Governo, o PCP entende oportuno reafirmar que vale a pena o prosseguimento confiante da luta pelas suas justas reivindicações.

Aniversário do PCP

O 72.º aniversário do PCP foi largamente comemorado por todo o país, em iniciativas promovidas pelas organizações do Partido. Comícios, encontros, convívios assinalaram no passado fim-de-semana o dia 6 de Março, juntando muitos milhares de comunistas e de democratas em torno das comemorações. A afluência a estas iniciativas, o entusiasmo vivo, a alegria, a confiança e o espírito de luta que marcaram por toda a parte o aniversário do PCP — que na data inaugurou mais três Centros de Trabalho (na Quinta do Conde, por Carlos Carvalhas, em Famalicão e em Caminha, por Álvaro Cunhal) — mostraram um Partido forte, unido, ligado às massas, determinado em prosseguir a luta por uma alternativa democrática.

Carlos Carvalhas em Lisboa

O secretário-geral do Partido participou no grandioso comício que levou ao Pavilhão Carlos Lopes muitos milhares de pessoas. Lugar já tradicional de grandes iniciativas dos comunistas em Lisboa, o Pavilhão encontrava-se cheio. A presença de jovens que lembravam o próximo Congresso da JCP, a venda de EP's para a Festa do «Avante!», os encontros de camaradas e de amigos à medida que se ia entrando, anunciava já a animação e o entusiasmo que marcou este comício. Carlos Carvalhas, que se encontrava acompanhado dos camaradas Octávio Pato, do Secretariado do Comité Central, e José Casanova, da Comissão Política e responsável pela DORL, fez um discurso que publicamos nestas páginas.

Carlos Carvalhas participou ainda nesse fim-de-semana em várias outras iniciativas, desta vez no distrito de Setúbal. No sábado, em Almada, visitou as instalações do Almada Atlético Clube onde conversou com dirigentes da colectividade. Ao fim da tarde, no Departamento de Administração Urbanística, inteirou-se do desenvolvimento do Plano Director Municipal que a Câmara tem em fase adiantada. À noite, na Trafaria, nas instalações dos Bombeiros Voluntários, participou num jantar-convívio que reuniu cerca de meio milhão de pessoas, após o qual tomaram a palavra vários camaradas, destacando-se a intervenção de Maria Emília de Sousa, actual Presidente da Câmara

e de novo cabeça de lista da CDU. Carlos Carvalhas fez também uma intervenção sobre a actual situação política.

No domingo, a jornada do secretário-geral iniciou-se com um almoço-convívio na Quinta da Valenciana, em Fernão Ferro, Seixal. Se este convívio já tem tradições no concelho e costuma juntar meio milhão de pessoas, desta vez o número atingido foi de 800 e havia ainda muita gente a desejar inscrever-se. Na ocasião foi anunciada a candidatura de Eufrazio Filipe à Presidência da Câmara do Seixal.

Mais tarde, Carvalhas participou na inauguração do novo Centro de Trabalho na Quinta do Conde, onde decorreu também um convívio com a participação de José Manuel Maia, do CC e da DORS. Mais de 200 pessoas encheram o salão do novo CT, onde Carlos Carvalhas também interveio.

Álvaro Cunhal no Porto

Uma assembleia atenta e interessada encheu completamente o Teatro Rivoli, no Porto, para ouvir, no domingo passado, o camarada Álvaro Cunhal discursar no comício promovido pela DORP, discurso que também hoje publicamos, e que foi várias vezes interrompido pelos aplausos dos presentes. A intervenção de abertura do comício que assinalou o 72.º aniversário do PCP foi a do camarada José Timóteo, do Secretariado Permanente da DORP, que se referiu detidamente à situação social do distrito, à organização e lutas dos trabalhadores e às mais importantes tarefas dos comunistas nesta área. Interveio seguidamente Hilda Figueiredo, do CC e da DORP, cabeça de lista da CDU à Câmara do Porto. A camarada referiu-se aos problemas do desenvolvimento regional e das autarquias e assinalou também o Dia Internacional da Mulher. Em nome dos jovens comunistas falou Rui Bernardino que sublinhou as lutas dos estudantes contra o pagamento de propinas no ensino superior. O Presidente do Conselho Nacional do CC do Partido participou antes em outras iniciativas no Norte do país, nesse fim-de-semana, que começou na sexta-feira à noite com um jantar-convívio realizado na Figueira da Foz. Aqui, como nas outras iniciativas

(continua na pág. 6)

PCP

Carlos Carvalhas em Lisboa

A luta é o caminho para travar a política do Governo

O Secretário-geral do PCP tomou a palavra no comício realizado em Lisboa na passada sexta-feira, assinalando o 72.º aniversário do Partido. Do discurso então pronunciado no Pavilhão Carlos Lopes, publicamos hoje importantes excertos.

Quando hoje aqui celebramos os 72 anos de vida e de luta do nosso Partido, o nosso pensamento não pode deixar de se voltar, com uma imensa gratidão e uma profunda emoção, para as gerações e gerações de comunistas. Para todos esses homens e mulheres que ao longo destas sete décadas - vivendo os tempos sombrios da ditadura fascista, vivendo os tempos luminosos e apaixonantes da revolução de Abril, vivendo os tempos áspers e difíceis da resistência à ofensiva da direita - ergueram, defenderam e projectaram o PCP, o dotaram de fortes e sólidas raízes populares e nacionais, asseguraram o seu papel determinante na evolução da sociedade portuguesa, construíram todo o seu impressionante historial de inteira dedicação à causa da emancipação social e política dos trabalhadores, da democracia e do socialismo, de integral e inabalável entrega à defesa dos interesses do nosso povo e da nossa pátria.

Quando hoje aqui celebramos os 72 anos de vida e de luta do nosso Partido, o nosso pensamento não pode deixar de se voltar, com legítimo orgulho, para a justa evocação de que foi com o PCP e graças à luta dos comunistas que a classe operária e os trabalhadores se puderam afirmar como uma força essencial na vida política e social do país. Que foi como reflexo e resultado da luta do PCP que gerações de portugueses redescobriram a sua dignidade de cidadãos, ganharam consciência dos seus direitos inalienáveis, adquiriram confiança na razão das suas aspirações e na eficácia da sua própria acção. Que foi com o PCP que o amor da liberdade e a esperança na sua conquista nunca naufragaram mesmo debaixo de décadas de opressão, de repressão, de terror e perseguições. Que foi com o PCP, e com as forças, vontades e energias que a sua luta tinha ajudado a despertar e organizar, que a democracia portuguesa deu os seus primeiros passos, se realizaram vitoriosamente tarefas capitais da democratização da vida nacional, se fundou e construiu o regime democrático e se empreendeu um conjunto de históricas transformações políticas, económicas, sociais e culturais. Conquistadas que, apesar de criminosamente destruídas, diminuídas ou afectadas, ainda hoje estão presentes na vida nacional e no nosso viver colectivo e que, quanto mais patentes se tornam os crimes, os prejuízos e os fracassos da política de direita, mais e mais se fortalecem como uma referência fundamental para a definição da nova política democrática de que Portugal precisa (...)

Este é o Partido que, tal como em cada ano, em cada mês, em cada semana, em cada dia dos seus 72 anos de vida, continua e continuará a preferir mil vezes estar ao lado dos que trabalham e sofrem, dos que são humilhados e ofendidos, dos que têm sede de liberdade, bem-estar e justiça do que estar ao lado, um segundo que fosse, dos poderosos, dos mandantes e executores de uma política de agressão à dignidade, aos direitos, interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo português.

Este é o Partido que não ajoelha diante da mentira, da calúnia e do ódio, que não troca os seus valores e convicções nem por um prato de lentilhas, nem por uma montanha de benesses ou privilégios, que não se rende perante as dificuldades, nem desanima perante a dureza da batalha.

Este é o Partido que não se conforma nem se resigna com a opressão e exploração capitalista, que não abdica do seu projecto humanista e revolucionário de transformação social, que atento às lições da experiência e aberto para a vida, mantém intacta a confiança no valor do seu projecto de democracia e

socialismo para o futuro de Portugal e nos ideais do socialismo e do comunismo como grande horizonte de esperança para a resposta às grandes aspirações da humanidade e aos grandes problemas e desafios do mundo contemporâneo.

Algumas palavras sobre a situação internacional

Os factos continuam a confirmar entre outros traços, nos poucos meses que decorreram entre o nosso XIV Congresso em que procedemos a uma análise com detalhe da situação internacional e da sua evolução:

- que a desagregação da URSS e o desaparecimento do socialismo como sistema mundial não tornou o mundo mais seguro, mais democrático ou mais justo;

- que paralelamente se tem verificado o avanço das forças da extrema direita, das forças obscurantistas e fascistas, e a agudização de dramáticos e sangrentos conflitos étnicos e religiosos;

- que o mundo capitalista profundamente injusto e pleno de contradições continua a debater-se em crises profundas de carácter económico, social, político, cultural e ético;

- que o mundo não viverá em paz nem em segurança enquanto não forem resolvidas as dramáticas situações dos povos do Terceiro Mundo e à maior parte da população do planeta não for assegurado o direito a uma vida digna.

Nas relações internacionais são também inúmeros os factos que comprovam que palavras de ordem como «Democracia», «pluralismo político» e respeito pelos «Direitos Humanos» são constantemente proclamadas e constantemente violadas. É também uma constante a utilização do critério dos «dois pesos e duas medidas», na apreciação e condenação de procedimentos e na resolução dos problemas internacionais. Os casos da Palestina, de Timor Leste, da Somália e de Angola são paradigmáticos, quer do duplo valor das resoluções da ONU, quer da maneira hipócrita como são encarados os seus problemas (...)

O mesmo exercício de hipocrisia tem-se verificado em relação a Angola quer pela ONU, quer pelo Governo português.

É fácil antever quais seriam as reacções, o vigor e a pronta condenação do PSD, do Primeiro-Ministro e dos vários excursionistas à Jamba, no caso de ter sido o M.P.L.A. que não se tivesse conformado com a derrota eleitoral, no caso de ter sido o M.P.L.A. que tivesse desencadeado as agressões ou que se tivesse recusado a comparecer em Adis Abeba. Que coro de protestos, declarações e campanhas mediáticas não se teriam desenvolvido!

Naturalmente que a hipocrisia governamental e a hipocrisia do imperialismo e a sua política de «dois pesos e de duas medidas» é facilitada pela actual correlação de forças em resultado do afundamento dos países de Leste (...)

Não é o capitalismo que poderá resolver os problemas da humanidade.

Neste 72.º aniversário reafirmamos que com as experiências do seu valioso património histórico e com o criativo desenvolvimento da teoria, com o aprofundamento das suas raízes na classe operária e nos trabalhadores continuamos a luta com toda a confiança na acção dos povos e na sua vontade soberana.

Por isso quando em França alguns socialistas dizem ser difícil falar de socialismo e defendem inclusivamente a extinção do Partido Socialista e quando aqui a imprensa nos diz que a direcção do PS aconselha os seus militantes para não gritarem Partido Socialista, mas apenas PS, nós afirmamos alto e



PCP



Aspectos do grande comício de Lisboa

bom som, que não metemos o socialismo na gaveta e que é com muito orgulho que pertencemos e por extenso e com todas as palavras ao Partido Comunista Português!

Enfrentar os perigos derrotar a política de direita

Confirmando plenamente as persistentes advertências e denúncias de há muito feitas pelo nosso Partido quanto aos objectivos e às consequências da política do PSD e do governo de Cavaco Silva, estamos agora num momento particularmente grave e inquietante da vida nacional, marcado por um geral agravamento dos problemas do povo e do País que, só por si, constitui um claro desmentido das doses maciças de propaganda sobre os êxitos do governo do PSD e sobre a "democracia de sucesso" que desavergonhadamente foram despejados sobre os portugueses ao longo dos últimos anos.

A vista de todos, aí está a indesmentível recessão económica que se abate sobre praticamente a totalidade dos sectores industriais, sobre a agricultura, sobre as pescas, sobre o sector de turismo e sobre o sector da construção civil, num quadro geral de desagregação e declínio da actividade produtiva, expresso no número crescente de falências e encerramentos de empresas.

A vista de todos, aí está uma criminoso política de destruição da agricultura portuguesa, com os mercados encharcados de produtos estrangeiros enquanto a produção nacional apodrece nos armazéns e os agricultores são confrontados com a ruína das suas explorações, a quebra sucessiva de rendimentos e os encargos incomportáveis do crédito.

A vista de todos, aí está uma política deliberadamente apontada na redução do poder de compra dos salários e no aumento do desemprego, na ampliação dos despedimentos, da precariedade e insegurança no emprego, nos salários em atraso, na perda de direitos e regalias sociais, numa das mais violentas ofensivas contra os interesses essenciais dos trabalhadores.

A vista de todos, aí está o agravamento das condições de vida da maioria das famílias portuguesas, atingidas por um real aumento do custo de vida que manifestamente as estatísticas oficiais sobre a taxa de inflação não podem e não querem exprimir.

A vista de todos, aí está, com todo o seu cortejo de injustiças e desumanidade, a dramática acentuação das desigualdades e das situações e manchas de pobreza e miséria, das marginalizações e exclusões sociais.

A vista de todos, aí está a continuada insensibilidade e desprezo pela aflitiva situação de Reformados e Pensionistas, e a já anunciada ofensiva do Governo no domínio da segurança social, designadamente com o plano de elevar a idade de reforma dos 62 para os 65 anos e de instituir formas de cálculo das reformas mais desfavoráveis.

A vista de todos, aí está a desertificação humana e o declínio económico e social de vastas regiões do interior do País.

A vista de todos, aí estão quer os frutos imediatos quer as ameaças próximas de toda uma política de crescente desresponsabilização do Estado em domínios sociais fundamentais (na habitação social, no ensino, na saúde) e para os quais a grande proposta do Governo é o contínuo encarecimento e aumento dos encargos dos cidadãos e a crescente transformação de todos esses domínios em novas áreas para os chamados negócios privados por forma a que os sofrimentos, as necessidades e as carências da população se convertam numa imoral e repugnante base para o rápido enriquecimento de alguns.

A vista de todos, aí está, nesta lista muitíssimo incompleta, o retrato de uma política que, nas suas grandes opções, sempre mas sempre, tem vindo a sacrificar os verdadeiros interesses dos portugueses e as reais necessidades do País no altar da restauração do poder, dos privilégios e da dominação do grande capital; de uma política que, sempre mas sempre, teve como linha estratégica fundamental conseguir limitar e liquidar todo o conjunto de direitos e de conquistas sociais alcançadas pelo povo português com a revolução de Abril. A par de todos estes perigosos eixos e linhas de ataque, o Governo do PSD continua a adoptar medidas, a assumir posições e a manter planos no sentido de acentuar a governamentalização de toda a vida nacional e de contestar a legítima intervenção e poderes de outros órgãos de soberania, de desfigurar a subverter a democracia política consagrada na Constituição, preparando o caminho para a instituição de um regime autoritário cujos contornos essenciais já

hoje se desvendam nas constantes atitudes e manifestações de ilegalidade, de prepotência e arrogância do governo do PSD e do seu Primeiro-Ministro.

Ao mesmo tempo, na prova provada de que as crises, as dificuldades e privações quando nascem não são para todos, o País assiste justamente indignado e revoltado, a uma avalanche de escândalos de corrupção, rapina e delapidação dos bens e dinheiros do Estado, da utilização de funções públicas e de cargos do Estado para ilegítimos negócios privados, tudo espelhando uma atmosfera de apodrecimento da vida pública, tudo espelhando a insaciável gula com que as clientelas do PSD, devidamente animadas, abençoadas e protegidas pelo seu governo, se estão apossando do património nacional.

E nesta verdadeira e implacável cruzada de esbulho e espoliação dos bens do Estado, nunca nos cansaremos de denunciar que o maior escândalo de todos é o próprio processo de privatizações de empresas públicas e da sua venda ao desbarato ao grande capital nacional e a grupos estrangeiros.

Assim como não nos cansamos de denunciar a hipocrisia de um Governo que se fingiu muito indignado com a história da vírgula que teria rendido 120 mil contos a um Ministro, mas prontamente chumbou o inquérito parlamentar reclamado pelo PCP aos numerosos factos corruptos e do domínio público que apontam para a existência de procedimentos ilegais e concretos, designadamente subavaliações de património, que custaram ao Estado várias dezenas de milhões de contos.

Impossibilitado pela evidência dos factos, de continuar a negar totalmente a crueza das realidades, o Primeiro-Ministro procura agora confundir e enganar os portugueses e amortecer o crescente descontentamento popular, invocando a difícil conjuntura económica internacional e os dramas sociais que se estão registando nos outros países da CEE.

Esta linha de mistificação justifica três observações:

- a primeira é para salientar que este Primeiro-Ministro que agora atribui exclusivamente a crise da economia portuguesa à difícil conjuntura externa é o mesmo Primeiro-Ministro que passou anos e anos de muito favorável conjuntura económica externa a negar sistematicamente que fosse ela que, em parte essencial, explicava os alegados "êxitos" da política do Governo e a afirmar sistematicamente que certos resultados ao nível do investimento e do crescimento económico eram mérito exclusivo do Governo;

- a segunda é para lembrar que muitos dos aspectos da situação económica e social mais gravosos que actualmente se verificam nos países da CEE, são consequência directa das comuns opções, critérios e objectivos de classe e da política de direita seguida nesses países, tanto por governos de partidos de direita, como por partidos socialistas ou social-democratas;

- a terceira é para sublinhar que, sem prejuízo dos efeitos que a evolução negativa da economia internacional tem sobre a economia nacional, as causas essenciais de crise que hoje se vive em Portugal são da clara responsabilidade da política do Governo do PSD e de Cavaco Silva.

Com efeito, com inteira razão nós acusamos o Governo de ter delapidado centenas de milhões de contos dos fundos comunitários sem que os tivesse usado para modernizar efectivamente a estrutura produtiva nacional e para a preparar para enfrentar uma concorrência externa cada vez mais aberta e mais forte.

Com inteira razão, nós acusamos o Governo de, em troca de uns milhões de contos que obviamente se sumiram sem deixar rasto, ter irresponsavelmente perdido períodos de transição essenciais para a adaptação da agricultura portuguesa e de, através do processo de privatizações, ter destruído ou perdido o controlo sobre núcleos da economia nacional que eram essenciais para enfrentar os desafios do Mercado Único.

Com inteiro fundamento, nós acusamos o Governo pela nefasta antecipação da liberalização dos movimentos de capitais e pela precipitada integração do escudo no

mecanismo das taxas de câmbio do SME que significou da parte do Governo uma deliberada opção para que a competitividade da economia nacional passasse a assentar unicamente na redução dos salários e no aumento do desemprego.

Com inteiro fundamento, nós acusamos o Governo de uma insensata e desastrosa política de revalorização do escudo e de altas taxas de juro e de privilégio da especulação financeira em prejuízo da actividade produtiva.

Com inteira verdade, nós acusamos o Governo de ter voluntariamente aprisionado o País e a sua política económica e social nas malhas da chamada "convergência nominal" da taxa de inflação e do défice orçamental e na lógica infernal de Maastricht que, dia a dia, mais evidente se torna terem de ser prontamente rejeitadas e abandonadas.

Mas é interessante verificar que hoje, face às consequências sociais e económicas de uma política económica assente nos critérios de Maastricht, são os mesmos defensores de Maastricht, os que sempre negaram o que tínhamos afirmado, que num passe de mágica passam também a afirmar que tais critérios estão a aprofundar a recessão na Europa e no País. A demagogia não tem limites.

Nós temos sublinhado que para que os portugueses não sejam números, para que se dê combate à política do Governo, os objectivos da convergência monetária de Maastricht não se podem sobrepor às necessidades da convergência "real" das economias, isto é, os indicadores financeiros e orçamentais da União Económica e Monetária Comunitária, não se podem sobrepor ou contrariar o crescimento e o desenvolvimento do País.

No entanto no último fim-de-semana no Porto (vide Público de 28.2.93) o PS afirmou que «só há duas alternativas políticas coerentes». A do Banco de Portugal, que aposta tudo na contenção da inflação e a do PS que aposta num ajustamento gradual. Mas ontem também Braga de Macedo fez do Banco de Portugal o bode expiatório, como se nada tivesse a ver com a política financeira, defendendo uma política monetária e neoliberal mais gradual. Curiosa coincidência.

Para o PS não há alternativa à convergência monetarista de Maastricht, só que esta ao contrário do Banco de Portugal e do Governo poderia, no seu entender, realizar-se mais lentamente.

Portanto uma diferença em relação à política do Governo de 1/4 de ponto acima ou 1/4 de ponto abaixo (tese do Ministro das Finanças-sombra do PS).

Com tal política "gradualista" chegaríamos na mesma ao fim do ano com mais uns largos milhares de desempregados, com a economia desvitalizada e eventualmente com uma taxa de desemprego muito próxima à do Governo...

Mas é esta a alternativa que o PS quer apresentar aos portugueses?

Nós desafiamos o PS a que uma vez por todas ponha em causa os critérios da convergência nominal de Maastricht, porque são contrários ao interesse nacional, a não fazer vista grossa às privatizações e aos seus escândalos, a não considerar, por exemplo, as taxas moderadoras como "coisa sem importância", a rejeitar a PAC e a política agrícola do Governo e a optar por uma efectiva política de desenvolvimento económico e social.

Ao contrário do que o PSD procura fazer crer e também ao contrário de concepções dominantes na direcção do PS, nós insistimos que é necessário e possível concretizar uma política de desenvolvimento, uma política radicalmente distinta da prosseguida pelo PSD, que dela se diferencia não nos seus aspectos acessórios ou na retórica discursiva, mas nos objectivos, valores, critérios, métodos e resultados.

A luta é o caminho

É com pleno sentido das responsabilidades que o PCP afirma que a continuação da política do governo PSD/Cavaco Silva conduzirá Portugal para uma gravíssima situação económica com custos sociais de grandes proporções fazendo recair sobre os trabalhadores e a generalidade da população extensos e intoleráveis sofrimentos, dramas, privações e dificuldades de toda a ordem.

A situação actual do País e a gravidade dos problemas que afectam os portugueses só por si já chegam e sobram para que se compreenda que é um imperativo popular e nacional de primeira grandeza travar e derrotar a política do governo do PSD.

Mas esse imperativo popular e nacional ganha um carácter ainda mais forte e inadiável perante a compreensão - que é necessário continuar a ampliar - de que com a continuação da política do PSD e com a consumação dos seus diversos objec-



Almoço-convívio em Viseu, com Jaime Serra

Aniversário do PCP

seguintes, foi de assinalar, para além da afluência de camaradas e amigos, a presença da juventude e a grande receptividade às ideias do PCP, a demonstração de grande confiança no Partido e de unidade em torno dele.

A etapa seguinte foi Vila Nova de Famalicão, onde foi inaugurado o novo Centro de Trabalho, que se revelou pequeno para tanta gente que aguardava o dirigente comunista. Álvaro Cunhal fez na altura duas breves intervenções, uma cá fora, outra no interior do CT, que é um agradável lugar de trabalho e de convívio, mobilado com gosto e preocupação de eficácia. De destacar a presença de um Presidente de Junta socialista que apareceu a assistir à inauguração e que, na altura, saudou a iniciativa e o papel do Partido Comunista Português.

Esta viagem permitiu a Álvaro Cunhal dar várias entrevistas e depoimentos a rádios locais, para além de proporcionar o convívio e o diálogo entre o dirigente comunista e camaradas e amigos do PCP. E ainda encontrar-se com muitos jovens. Em Viana do Castelo, por exemplo, o encontro com jovens foi um dos objectivos da visita de Álvaro Cunhal, que verificou o interesse da juventude, hoje, em conhecer melhor as ideias dos comunistas. Em conversa livre, vários temas foram abordados.

Problemas sociais e éticos, questões de actualidade política nacional e internacional, revelaram a seriedade das preocupações juvenis e um empenhamento novo na participação cívica. Álvaro Cunhal, que também aqui visitou o Centro de Trabalho, uma bela casa tradicional cuidadosamente recuperada, jantou à noite num restaurante da cidade, num convívio que reuniu muitos comunistas e democratas.

No dia seguinte de manhã, o Presidente do CN participou na inauguração de novo Centro de Trabalho do Partido, em Caminha, para onde se deslocou acompanhado por muitos militantes e populares que o aguardavam na rua, em ambiente de festa, com zés-pereiras. Depois de proceder ao descerrar da lápide comemorativa da inauguração, Álvaro Cunhal visitou o CT e partiu para Vilar de Mouros, onde participou num almoço-convívio. Nessa noite, como já referimos, foi o comício do Porto.

Por todo o país

O espaço não daria para noticiar todas as iniciativas que, promovidas pelas organizações do Partido, comemoraram o aniversário do PCP. Não deixaremos, no entanto, de referir as que foram enviadas à nossa Redacção.

Em Peniche, no passado domingo, um almoço-convívio contou com a participação de Carlos Brito, da Comissão Política e Director do nosso jornal. Na sua intervenção, o camarada abordou a evolução da situação política e social, dando particular relevo à crise no sector das pescas, responsabilizando o Governo por não ter sabido defender os interesses dos trabalhadores e da própria economia nacional. Depois de fazer algumas referências ao VII Congresso da CGTP e à importância do desenvolvimento da luta social por melhores condições de vida e de trabalho, Carlos Brito afirmou ser necessário trabalhar para alargar a convergência democrática por uma política diferente. Também as eleições autárquicas mereceram atenção particular na intervenção, que sublinhou a necessidade do reforço das posições da CDU no concelho.

Na Marinha Grande, um jantar comemorativo reuniu mais de 260 pessoas e boa participação da juventude. Na parte política intervieram Carlos Brito e também Maria Etelvina, do CC e da DOREI, que falou em nome da Comissão Concelhia. Carlos Brito salientou que a presente crise do capitalismo põe em relevo a validade da luta pelo socialismo. «Esta não pode travar-se com os que meterem o socialismo na gaveta», disse, «ou que se envergonham de falar dele, como acontece com o PS e a chamada «Plataforma». Trava-se, sim, com os que proclamam a fidelidade a esse objectivo superior da humanidade. Trava-se com os comunistas, com o PCP». Noutro passo, apresentou os grandes traços da crise económica-social, referindo em especial a situação na Marinha Grande, em relação ao encerramento de empresas, despedimentos e salários em atraso, e exigiu medidas para atenuar ou debelar as suas consequências. Considerou ainda que a Marinha Grande está na primeira linha da batalha autárquica da CDU e saudou os cabeças de lista

(continua na pág. 8)

Carlos Carvalhas em Lisboa

Nas autárquias da CDU é maior a participação popular e a transparência da gestão. São mais intensas e frequentes as actividades culturais e desportivas, para a infância, juventude e terceira idade e o cuidado com as zonas verdes, o ambiente e a conservação da natureza. É menor a mortalidade infantil, a que não é alheio como já foi afirmado os avanços inegáveis das obras de saneamento básico. Por isso nós reclamamos dos atributos do trabalho, honestidade, competência e experiência. (...)

O PSD, pelo contrário, não tem tais preocupações. Simulando tratar dos problemas do País ou das populações, empenha-se na realidade em constantes ingerências na actividade autárquica com que tenta alimentar campanhas de calúnias. Tenta fazer crer que certos dramas sociais são da responsabilidade das autárquias quando cabem exclusivamente ao Governo. Cria empecilhos burocráticos e corta verbas ao Poder Local. Bloqueia a regionalização e a generalidade das reivindicações dos municípios e freguesias, no quadro da sua política de esvaziar e combater todas as estruturas políticas que não controla.

Face a esta orientação, só nos resta combatê-la, e combatê-la com firmeza. As eleições de Dezembro são para as autárquias; mas é evidente que as competências, os meios e a democraticidade do Poder Local estão ameaçados pelo Governo do PSD. Por isso, derrotar o PSD nas eleições autárquicas é um benefício para o Poder Local e é uma contribuição para preparar a alternativa democrática de que Portugal e o Poder Local precisam.

O PCP e a juventude

Neste 72º aniversário gostaria ainda de formular algumas breves apreciações acerca da juventude portuguesa e da sua situação.

Durante anos, o PSD e os seus vários governos têm procurado instilar na juventude teses e ideias profundamente conservadoras: consumismo acrítico, individualismo exacerbado, competição desenfreada e sucesso a qualquer preço mesmo esmagando os outros.

O "herói" juvenil da banda desenhada do PSD é o *yuppie* pessoalmente "realizado" dum dia para o outro e ferozmente individualista.

Para embrulhar o "herói" à mistura com promessas de circunstância, têm sido utilizados todos os meios sofisticados, tecnologias de imagem e todos os meios do *marketing*.

Assim se vendeu gato por lebre à juventude, assim se fez passar ideias tão velhas e retrógradas, como se fossem modernas ou mesmo de vanguarda. (...)

A juventude portuguesa não está condenada a conjugar a sua vida com a acentuação das desigualdades, as exclusões, o trabalho infantil, as injustiças quer as que a tocam directamente, quer as que recaem sobre um número cada vez maior de cidadãos e de famílias.

Nós insistimos em que uma sociedade que só tem para oferecer à juventude um emprego mal pago e precário, o desemprego ou a emigração é uma sociedade que compromete o seu próprio futuro.

A juventude sabe que pode contar com o PCP na sua intervenção e no seu apoio às suas justas reivindicações e às lutas pelas causas mais generosas. (...)

Daqui formulamos votos de êxito na realização do Congresso da JCP nos próximos dias 3 e 4 de Abril confiantes que neste Congresso a JCP sairá mais reforçada para continuar a luta em defesa da juventude trabalhadora e estudantil e pelos ideais libertadores e progressistas da humanidade.

tivos estratégicos, não só a situação económica e social seria ainda mais grave como estaríamos então numa situação em que as condições de resistência a uma política desastrosa e injusta e as possibilidades de luta por uma alternativa estariam profundamente diminuídas. Pela desfiguração da democracia política, pela imposição de leis eleitorais antidemocráticas, pela drástica restrição dos direitos dos trabalhadores e das suas organizações.

O intenso descontentamento que percorre a sociedade portuguesa e a amplitude e diversidade das movimentações sociais, de protesto e de luta que estão em curso indicam o caminho necessário e indispensável para travar a política do Governo. (...)

No momento em que decorre o 7º Congresso da CGTP-IN permitam-me que, em nome do nosso Partido, saúde fraternalmente a grande Central Sindical que é um justo motivo de orgulho dos trabalhadores portugueses.

E permitam-me também que saúde directamente os cerca de dois mil delegados ao Congresso, cuja presença, participação e intervenção neste importante acontecimento na vida da CGTP permite pôr em evidência uma verdade e uma realidade que, nos últimos tempos, alguns têm premeditadamente procurado fazer esquecer.

A verdade e a realidade de que o movimento sindical unitário é constituído por centenas de sindicatos e de outras estruturas sindicais, por milhares de dirigentes, quadros e activistas sindicais que asseguram o essencial da força, actividade e vitalidade da CGTP e a sua profunda ligação aos trabalhadores e cuja opinião, vontade e soberania de decisão não pode ser desprezada nem sacrificada.

Desejando os maiores êxitos aos trabalhos do 7º Congresso da CGTP, queremos reafirmar que os comunistas continuarão a bater-se em todas as estruturas sindicais pelo diálogo e pela unidade, pelo debate das ideias, pela procura dos consensos e da compreensão recíproca mas pronunciam-se firmemente contra as ingerências partidárias na vida interna das estruturas e recusam concepções e tentativas de partidização de toda a vida sindical que representariam a completa negação da democracia sindical, o esvaziamento da capacidade de decisão autónoma das suas estruturas e órgãos e o abandono do respeito por critérios de representação sindical.

Creio que não é contestado, mas antes reconhecido, afirmado e reafirmado por outras correntes sindicais e sindicalistas independentes o empenho dos comunistas e a sua contribuição determinante desde a fundação da Inter para a unidade, a autonomia, a força e influência da CGTP.

Aqui reafirmamos que, pela nossa parte, tudo faremos para que a CGTP-IN continue a ser a grande Central Sindical dos trabalhadores portugueses, estreitamente ligada aos seus interesses e aspirações, aprofundando sempre as suas características básicas: o seu carácter e firmeza de classe, a sua determinação na defesa dos interesses dos trabalhadores, a sua unidade, a sua vida democrática, a sua autonomia e independência.

O PCP e as eleições autárquicas

Enquanto outros andam numa grande azáfama na constituição das listas autárquicas e nas disputas de lugares, pela nossa parte sem deixarmos de prestar atenção às questões eleitorais temos como grande prioridade continuar a dar resposta aos problemas das populações, aprofundar o conhecimento-das questões e procurar em todas as esferas da vida autárquica facilitar e melhorar a vida aos cidadãos.

Mas mesmo no quadro estreitamente eleitoral há quem pretenda apresentar o PCP como um partido derrotado e sem futuro. Acontece isso com as questões de política geral e acontece também com as próximas eleições autárquicas. Estranham, por isso, que o PCP, os seus militantes e a CDU se mantenham fieis à palavra dada aos eleitores, que afirmem a sua confiança nas populações e nos resultados das próximas eleições, que falem em manter e mesmo em reforçar as suas posições nas autárquias locais.

Quando afirmamos estes objectivos não pretendemos afirmar uma confiança cega ou um triunfalismo despropositado. É natural apoiar objectivos políticos e é natural lutar por eles. E o que alguns não compreendem nem aceitam é que o PCP e a CDU se apresentem combativos e confiantes. Gostariam de nos ver desalentados e derrotados. A nossa atitude, porém, não é cega e sem fundamento.

A nossa confiança vem de uma importante obra realizada, reconhecida mesmo pelos nossos adversários. Obra que não teme comparação em todos os planos com a de qualquer outra força política.



Carlos Carvalhas na Trafaria, Almada



Inauguração do CT da Quinta do Conde, Sesimbra

Com o PCP pela alternativa democrática

Em nenhum momento da sua activa intervenção na vida nacional, o PCP perde de vista o grande objectivo de conquistar para o País uma nova política que através de uma alternativa democrática de governo ponha termo à política e aos governos de direita.

Pela nossa parte, trabalhamos e continuaremos a trabalhar, pelo esclarecimento e pela acção, para que a luta reivindicativa ascenda a oposição à política global do governo e para que a oposição à política global do Governo evolua para novas atitudes de opção de voto democrático, designadamente no PCP.

Continuamos a considerar que a convergência e o entendimento das forças democráticas, designadamente de comunistas e socialistas, é indispensável para a concretização de uma alternativa democrática e para dar solidez e credibilidade a essa perspectiva.

Mas continuamos igualmente a considerar que a credibilidade dessa perspectiva e o caminho para uma convergência democrática que impulse e mobilize para a alternativa têm sido gravemente prejudicadas quer pelos graves e repetidos acordos e entendimentos do PS com o PSD em questões fundamentais (a tal ponto fundamentais que, ouvindo muitas das críticas do PS à política do Governo é caso para dizer que o PS sempre condena as consequências depois de antes ter sido cúmplice com as causas) quer pelas suas pretensões de hegemonia sobre o campo democrático que andam a par com a sua persistente recusa à cooperação e ao entendimento com o PCP.

Nestas condições, ao mesmo tempo que confirmamos o nosso empenho para através da acção comum e do diálogo sobre a política necessária ao País, fazer progredir a convergência das forças democráticas, - aqui também confirmamos, como aspecto essencial e ponto cardeal da nossa orientação, uma dinâmica e permanente afirmação da nossa identidade, do valor das nossas propostas do nosso próprio projecto político, - aqui confirmamos, como linha estratégica da nossa intervenção, avançarmos com renovada audácia para ganharmos mais e mais portugueses para a lúcida compreensão de que o reforço do PCP e a ampliação da sua influência social, política e eleitoral são o elemento mais decisivo e a alavanca fundamental para a construção de uma alternativa democrática.(...)

É exactamente porque, passo a passo, se está desenhando a perspectiva de um reforço da nossa influência e porque está em curso um movimento de renovado interesse e apreço pela coerência, pela coragem, pelo trabalho, pelo esforço, pelas propostas e pelo papel do PCP na vida nacional que de novo se agudizam as discriminações, os silenciamentos da nossa vasta actividade, das nossas palavras e das nossas soluções, as manifestações de intolerância e empedimento preconceito anticomunista, as grotescas deturpações da nossa real orientação e das nossas verdadeiras atitudes e posições.

Mas saibam todos os que - tendo medo do debate político livre, aberto e leal - preferem a intriga, a manipulação, os golpes baixos e as discriminações, e que tendo medo da verdade se afundam na mentira, que o Partido Comunista Português e os portugueses que nele justamente acreditam não se deixam nem impressionar, nem desmoralizar, nem desanimar.

Porque o PCP é o partido que verdadeiramente confia na capacidade e no direito do povo português a determinar o seu próprio destino e o seu próprio futuro.

Porque o PCP é o partido que, aberto para a vida e voltado para o futuro, mais faz para fazer viver a luta e a esperança, e mais trabalha para um Portugal melhor para todos os portugueses.

Viva a luta dos trabalhadores e do povo português!

Viva o Partido Comunista Português!



Comício do Porto, com Álvaro Cunhal

Álvaro Cunhal no Porto

A influência dos comunistas sempre resultou e resulta da confiança que pela sua acção neles depositam os trabalhadores

O Teatro Rivoli, no Porto, foi pequeno para tanta gente reunida a comemorar o 72º aniversário do Partido e a participar no comício em que tomou a palavra o camarada Álvaro Cunhal. Aqui publicamos excertos do discurso do Presidente do Conselho Nacional do CC do Partido Comunista Português.

É sempre com uma profunda alegria militante que comemoramos o aniversário do nosso Partido. Completam-se agora 72 anos da sua existência. São 72 anos de luta abnegada de gerações e gerações de comunistas inspirados por um elevado ideal. É uma história que justifica o orgulho que temos no nosso Partido. História de um passado heróico que o presente continua. Verdade de um presente firme e convicto que o futuro de certeza confirmará.

Ao serviço do povo e da pátria

Ao comemorarmos o aniversário do nosso Partido, ao relembrarmos a sua actividade passada e ao referirmos a sua actividade presente, confirmamos e afirmamos com verdade que o nosso Partido está inteiramente ao serviço do povo e do País.

Toda a sua história prova com factos que o PCP é um partido necessário, indispensável e insubstituível para os trabalhadores, para o povo português, para Portugal, para a democracia, para a independência e a soberania nacionais.

Já tal ou tal comentador tem argumentado que esta pretendida amplitude nacional e política da intervenção do PCP na sociedade portuguesa é limitada ou contrariada pela afirmação da natureza de classe do Partido como partido do proletariado, partido da classe operária, partido dos trabalhadores.

Não só considerações de ordem teórica como 72 anos de luta mostram, precisamente ao contrário de tal observação, que a natureza de classe do PCP foi e é um factor fundamental para que possa ter desempenhado e desempenhe um papel determinante na luta por uma causa que incorpora mas transcende largamente os interesses imediatos dos trabalhadores, que é causa do povo português e de Portugal, da defesa e construção de um regime democrático e da independência e soberania nacionais.

A defesa dos interesses, dos direitos, das aspirações dos trabalhadores portugueses, sempre em ligação estreita e orgânica com os próprios trabalhadores, foi uma determinante da criação do PCP e da sua própria existência, parte intrínseca da sua política, uma direcção da sua luta diária, constante, infatigável ao longo dos 72 anos da sua história.

Partido do proletariado, partido da classe operária, partido dos trabalhadores portugueses - assim se constituiu, assim se desenvolveu, assim lutou, assim criou raízes e se afirmou o PCP como uma grande força política na sociedade portuguesa.

A criação de um partido da classe operária, um partido de classe, um partido independente da influência política e ideológica da burguesia, um partido que não fosse uma muleta ou (como dizia Engels) "a cauda" de qualquer partido ao serviço do capital, foi desde o século XIX uma necessidade objectiva, uma tarefa, uma missão, um traço característico fundamental e prioritário da formação de partidos comunistas. Assim o foi também em Portugal com a criação e a actividade do nosso Partido.

É particularmente oportuno lembrar que, decorrente da sua natureza, um aspecto importante da acção do PCP foi sempre a promoção e dinamização de formas unitárias de organização.(...)

Através dos anos, mesmo nas condições de clandestinidade impostas pelo fascismo, o Partido foi o grande promotor e organizador de Comissões de Unidade nas empresas com papel de relevo em grandes lutas travadas e grandes vitórias alcançadas na luta reivindicativa. Ao comemorarmos o 72º aniversário do nosso Partido, é com alegria que verificamos que também actualmente nas condições de democracia os trabalhadores continuam a confiar nos comunistas para representação das suas Comissões, como se verifica nos resultados das eleições em centenas de empresas.

No que respeita à organização sindical, é facto adquirido na história do movimento operário deste século, que os comunistas foram nas condições mais diversas os grandes promotores, organizadores e dinamizadores da organização sindical, da unidade dos trabalhadores nos sindicatos, da criação orgânica e desenvolvimento da luta sindical, da criação do movimento sindical unitário, movimento de classe, democrático, autónomo e independente.

Assim foi de 1926 a 1933 na ampla acção sindical sob a direcção da CIS (Comissão Inter-Sindical) até à proibição dos sindicatos livres e a criação da organização corporativa fascista. Assim foi na acção dos sindicatos clandestinos, enquanto foram capazes de sobreviver à repressão (1935/37). Assim foi na difícil, complexa, audaciosa e corajosa intervenção nos pró-



O almoço-convívio em Fernão Ferro, Selxal

Aniversário do PCP

para a Câmara, o actual Presidente Barros Duarte, e para a Assembleia Municipal, Luís Marques, que se encontravam presentes.

No distrito de Évora, cerca de mil pessoas participaram nas comemorações realizadas em Évora, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Portel, Borba e Vendas Novas. Em todas as iniciativas se sentiu a alegria e a confiança dos militantes face às eleições autárquicas, o que confirma o bom resultado nos contactos já realizados e na concretização da formação de comissões coordenadoras da CDU. No almoço realizado em Évora, em que participou o camarada Octávio Teixeira, da Comissão Política, Abílio Fernandes, membro do CC e Presidente da Câmara de Évora, interveio com uma saudação, exprimindo a confiança dos comunistas de Évora nas próximas batalhas eleitorais.

No distrito do Porto, mais de setecentas pessoas participaram nos jantares comemorativos realizados no fim-de-semana em diversos concelhos, com a participação de dirigentes do PCP. Em todos os casos, nomeadamente em Vila do Conde, Valongo, Maia, Matosinhos, Gaia e Porto, era sensível o ambiente de alegria, confiança e combatividade, ao mesmo tempo que uma boa disposição de luta e um sentido muito agudo a dar atenção às tarefas prioritárias.

Em Viseu, a DORV promoveu no domingo um almoço-convívio num restaurante da cidade, que contou com a participação do camarada Jaime Serra, da Comissão de Controlo do CC. Na iniciativa participaram ainda cerca de uma centena de militantes e de outros democratas. Logo de início foi guardado um minuto de silêncio pelo recente falecimento do camarada Diamantino Henriques. Durante o convívio que decorreu animadamente e mostrou bem a vitalidade do Partido, Jaime Serra fez uma intervenção, recordando nomeadamente o trabalho partidário que desenvolveu na região, tanto na clandestinidade como depois do 25 de Abril. «À nova geração de comunistas de Viseu que daqui saúdo muito fraternalmente», disse, «cabe a honrosa tarefa de continuar o Partido e a luta, levando a cabo as importantes tarefas definidas no XIV Congresso do PCP recentemente realizado».

Em Setúbal, Manuel Sobral, da Comissão Política, participou num jantar-

-convívio que reuniu mais de cento e cinquenta pessoas, no sábado. «É justo evocarmos nesta data todos aqueles que deram corpo à luta antifascista e dedicaram a sua vida ao Partido», disse o camarada. O convívio, presidido por Francisco Lobo, da DORS e da Comissão Concelhia, contou com a animada participação de muitos jovens que lembraram aos presentes a próxima realização do Congresso da JCP. Dois desses jovens inscreveram-se no Partido no momento. Ainda no concelho de Setúbal, no domingo, meia centena de pessoas juntaram-se num almoço em Vila Fresca de Azeitão, prolongando o convívio para a tarde com um animado debate sobre a situação política nacional. Também nas Regiões Autónomas o aniversário do PCP foi comemorado. Na Madeira, com um almoço, no domingo, seguido de debate. Nas duas iniciativas participou o camarada Blanqui Teixeira, do Secretariado do CC. Nos Açores, a DORAA publicou um documento apelando à convergência efectiva de todas «as expressões democráticas do descontentamento, com vista a que o futuro dos Açores seja mais democrático e mais justo».

Na Emigração: Paris (França), Wiesbaden e Hamburgo (RFA), e Neuchâtel (Suíça), foram os lugares onde, no passado fim-de-semana, as organizações do PCP na emigração promoveram iniciativas de comemoração do aniversário do Partido. Em Paris, o camarada Henrique de Sousa, do Secretariado do CC, fez uma intervenção alusiva à data. Participou também na Assembleia dos militantes comunistas da região de Paris, de que daremos notícia em breve. Em Wiesbaden, o camarada Sérgio Ribeiro, deputado ao PE, fez uma intervenção num jantar-convívio que contou com 80 presenças. O eurodeputado do PCP visitou ainda o Centro Português 8 de Dezembro e deslocou-se também a Frankfurt, onde visitou as instalações do Centro Cultural Português e teve um encontro com dirigentes da colectividade. Em Hamburgo realizou-se um jantar com 60 pessoas. Em Neuchâtel, também, 60 pessoas participaram num jantar comemorativo. Ainda para este mês estão previstas mais iniciativas noutras localidades e países, nomeadamente em Nemours, França; em Langenfeld, RFA; em Amsterdão, Holanda, e no Canadá.

PCP

prios sindicatos fascistas, mobilizando os trabalhadores, conseguindo com o seu apoio ascender à direcção e transformar tais sindicatos em organizações de defesa e luta dos trabalhadores. Assim foi na criação corajosa da Intersindical nos anos 1970, por dirigentes de numerosos sindicatos rompendo com o controlo do Ministério das Corporações. Assim foi também depois do 25 de Abril, na continuidade da luta anterior, com a criação, o desenvolvimento e actividade da CGTP-IN, grande central sindical, orgulho dos trabalhadores portugueses.

Realizando-se nestes dias o Congresso da CGTP e estando nós a comemorar o 72º aniversário do PCP, ninguém negará a oportunidade de lembrar o papel do nosso Partido na criação, desenvolvimento e acção do movimento sindical unitário. **A influência dos comunistas sempre resultou e resulta da confiança que pela sua acção neles depositam os trabalhadores. Essa influência sempre se exerceu e se exerce na defesa da identidade da CGTP: do seu carácter de classe, unitário, autónomo, independente e democrático. Sempre se exerceu e exerce, para que as estruturas sindicais não sejam um espaço de divisões e conflitos entre partidos (o que contrariaria a essência unitária do movimento) mas o local de eleição para a unidade dos trabalhadores estabelecida no quadro da vida sindical democrática. Estando a findar o Congresso da CGTP, estamos certos de que os militantes sindicais comunistas, lado a lado com militantes de outras opções políticas continuarão a dar valiosa contribuição para que a CGTP, ultrapassando dificuldades e contradições, confirme no futuro o seu glorioso passado.(...)**

A liberdade e a democracia - valores da luta comunista no passado, no presente e no futuro

Comemorando os 72 anos do Partido, dos quais 48 nas condições de clandestinidade e de repressão, é particularmente adequado na situação que vivemos actualmente em Portugal e face a calunias e insistentes aspectos da campanha anticomunista lembrar que a actividade do PCP no decurso desses anos teve sempre como um eixo político central a luta pela liberdade e a democracia.

Para que o povo português alcançasse a liberdade foram presos, torturados, perderam a própria liberdade milhares de comunistas. Muitos outros perderam a vida. Ao mesmo tempo que se presta justiça e se valoriza a acção de outros democratas, é uma verdade histórica que nenhuma outra força política deu tamanhas provas na luta pela liberdade e a democracia.

Não era esse o único objectivo do PCP no tempo da ditadura. A par da luta pela destruição do Estado fascista, pela liberdade, pela instauração de um regime democrático, o nosso Partido apontava outros objectivos à revolução antifascista, definida como uma revolução democrática e nacional: a liquidação do poder dos monopólios e a promoção do desenvolvimento económico geral, a realização da reforma agrária, a elevação do nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral, a democratização da instrução e da cultura, a libertação de Portugal do imperialismo, o reconhecimento aos povos das colónias portuguesas do direito à imediata independência e uma política de paz e amizade com todos os povos.

Mas definimos a instauração das liberdades democráticas, a destruição do Estado fascista e a sua substituição por um Estado democrático como um objectivo central da revolução antifascista.

O facto de o nosso Partido conhecer directamente o significado da ausência de liberdade e da repressão e o facto de que um objectivo central da luta do Partido ao longo de muitos anos ter sido a luta pela liberdade e a democracia, inseriu e radicou estes valores nos objectivos do PCP, tanto da luta imediata como da luta a médio e a longo prazos.

Não é propaganda dizermos que, tanto relativamente ao passado de luta contra a ditadura, como à luta presente contra a política do Governo de direita, nenhum outro partido é tão coerente e firme defensor das liberdades e direitos dos cidadãos entre os valores fundamentais da democracia.

Com a revolução de Abril foram conquistadas as liberdades democráticas fundamentais. Foi instaurado um regime que, nos termos da Constituição aprovada pela Assembleia Constituinte em

Álvaro Cunhal no Porto

1975, consagrou princípios que, na vertente política e na complementaridade das formas de democracia representativa e participativa (tal como na organização económica e princípios da política social e cultural), se podem considerar dos mais avançados se não os mais avançados na Europa.

Teria sido legítimo esperar que a luta pela liberdade e a democracia tivesse atingido os seus objectivos e que perdesse portanto actualidade. Assim seria se o regime político se tivesse estabilizado. Assim não foi porque a política de direita, a par da restauração do capitalismo monopolista com as suas estruturas dominantes e da intensificação da exploração dos trabalhadores, desenvolve uma intensa acção ideológica absoluta do passado fascista e de recuperação de conceitos e práticas retrógradas e obscurantistas e desenvolve uma verdadeira ofensiva contra a democracia política, com a sua desfiguração e perversão visando a instauração de um regime de cariz autoritário.

A governamentalização, abuso e arbítrio do poder, as limitações a direitos e liberdades dos cidadãos nomeadamente do direito à greve, as tentativas de estrangulamento e tutela do poder local democrático, a destruição dos mecanismos de fiscalização da acção governativa acompanhada da impunidade dos grandes escândalos de corrupção, as limitações dos direitos da Oposição, as alterações às leis eleitorais, o controlo e instrumentalização governamental e partidária da comunicação social, o apossamento da administração pública pelas clientelas do PSD, a criação de novas polícias secretas, constituem sérios golpes na democracia política.

A luta pela liberdade e a democracia adquirem de novo um papel de primeiro plano. Corresponde inteiramente à situação por um lado a resistência crescente e diária à política antidemocrática do Governo e por outro lado a inclusão no Programa do nosso Partido, como primeira componente ou objectivo fundamental da democracia avançada no limiar do século XXI que propomos ao povo português, de "um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino e um Estado democrático, representativo, participado e moderno".

A situação que estamos vivendo em Portugal, tal como acontecimentos mundiais, enriquece a nossa experiência e permite aprofundar os objectivos de uma democracia. Assim, por exemplo (e é de salientar este aspecto), os acontecimentos mostram que a falta de mecanismos de fiscalização da acção governativa e o poder de decisão individual abrem facilmente caminho a abusos do poder, ao autoritarismo, à perversão de princípios e práticas democráticas. E isto é válido para quem exerce autoridade seja nos Estados capitalistas seja nos Estados socialistas. Seja em Estados seja em partidos.

Toda a problemática da democracia se tem enriquecido ao longo da história do nosso Partido, nas análises, nos conceitos e nos objectivos.

A evolução da realidade nacional, a actuação dos governos e as direcções da luta popular demonstram (e esta é uma tese fundamental) a ligação e a necessária complementaridade das quatro vertentes da democracia: a política, a económica, a social e a cultural.



Momentos da inauguração do novo CT em Famalicão, com Álvaro Cunhal





Comício no Porto

E também uma outra vertente, cuja importância se acentua com os processos de internacionalização da vida dos Estados - a vertente nacional, ou seja, a afirmação da independência e soberania nacionais como elemento indispensável para assegurar o regime democrático.

Assim foi no Programa do Partido aprovado em 1965 para a revolução antifascista - a "revolução democrática e nacional". Assim foi na revolução de Abril. Assim é no Programa que intitulamos de "uma democracia avançada no limiar do século XXI".

Grande partido da liberdade e da democracia, o PCP não tem nesta matéria de receber lições de ninguém.

Democracia e socialismo - o futuro de Portugal

O lema "Democracia e socialismo - o futuro de Portugal" lançado no nosso XIV Congresso contém uma concepção, não apenas de uma alternativa democrática à política actual mas também da perspectiva da evolução ulterior para um objectivo específico e caracterizador do nosso Partido - o objectivo da construção de uma sociedade socialista.

O Programa do PCP para a revolução antifascista, aprovado em 1965 e reafirmado com alterações em 1974 considerou correctamente que a realização completa da revolução democrática e nacional criaria condições favoráveis à evolução da sociedade portuguesa rumo ao socialismo. Depois, as conquistas e realizações da revolução de Abril, aliás inscritas na Constituição, e inscritas também, embora com reserva mental, nos programas de quase todos os partidos, apontaram nessa direcção. Actualmente, insistimos em que os grandes valores da revolução de Abril se projectam como realidades, necessidades objectivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal. E insistimos também recentemente no XIV Congresso que a realização de uma democracia avançada no limiar do século XXI criará condições para a evolução da sociedade portuguesa rumo ao socialismo. Ou seja: que a sociedade socialista que, na perspectiva, o PCP propõe ao povo português, incorpora e desenvolve os elementos fundamentais - económicos, sociais, políticos e culturais - da democracia avançada.

Daí o lema do XIV Congresso: **Democracia e socialismo - o futuro de Portugal.**

A criação, a existência, a identidade e a luta do PCP são inseparáveis do objectivo e projecto da construção de uma sociedade socialista. Objectivo e projecto que entretanto, nos diversos aspectos da sua concretização, não permaneceu cristalizado e dogmatizado ao longo dos 72 anos de vida do Partido. Os acontecimentos e a experiência própria e alheia determinaram e determinam o aprofundamento da reflexão e das linhas do projecto socialista do nosso Partido.

Quando da fundação do Partido e durante muitos anos a sociedade socialista era definida na base de duas referências: as definições genéricas que Marx, Engels e Lênine indicavam e as soluções e realizações do primeiro Estado de operários e camponeses - a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Eram duas referências fundamentais indispensáveis. A vida mostrou porém não serem bastantes para definir o projecto socialista de forma universal. (...)

Nos últimos 20 anos, a reflexão, o pensamento político e a concepção da sociedade socialista pelo nosso Partido, foram aprofundados pela maior experiência da acção revolucionária própria em toda a existência do nosso Partido (o processo e as realizações da revolução de Abril) e pelos ensinamentos da evolução e das derrotas da causa do socialismo na URSS e nos países do leste da Europa.

Na revolução de Abril verificámos e, podemos dizer, promovemos e apoiámos a energia revolucionária, a criatividade e a capacidade das massas populares confirmando-se, no caso português, como força e elemento verdadeiramente determinante para a transformação da sociedade. Na revolução de Abril verificámos a conexão e complementaridade das transformações das estruturas socioeconómicas de carácter socialista (nacionalizações, reforma agrária, autogestão, controlo operário) e da construção de um regime político avançado de democracia representativa e participativa. Na revolução de Abril confirmámos na vida um ensinamento que vinha de trás, mas que adquiriu com a revolução ainda mais alto valor: que o Partido, para poder

desempenhar um papel dirigente da luta e da transformação social, tem não só que orientar as massas, mas aprender com elas, e fundir a sua acção política e a sua intervenção com os interesses, as aspirações, a vontade, a criatividade e a acção das próprias massas.

Consideramos que o século XX, nomeadamente a partir e com as repercussões da revolução de Outubro e a constituição, realizações e acção internacional da URSS, fica marcado pelas realizações e conquistas revolucionárias dos trabalhadores e dos povos. Como o XIII Congresso (extraordinário) do nosso Partido concluiu, analisando as causas da derrocada da URSS e de países do leste da Europa, o fracasso não foi dos ideais comunistas, mas do afastamento progressivo de aspectos fundamentais de tais ideais. (...)

O nosso Partido fez e faz esta análise crítica de que, além do mais, tira lições para o seu próprio projecto de sociedade socialista. Mas continua a considerar que a revolução socialista, na URSS e noutros países, tem a seu crédito grandes transformações económicas, sociais, políticas e culturais de significado histórico. E que a derrocada no leste da Europa, nomeadamente a desagregação da URSS, o que lá se passa, e as consequências na situação internacional, constituem uma verdadeira catástrofe para toda a humanidade.

Havia que deitar fora tudo quanto estava errado, tudo quanto se afastava de aspectos essenciais da construção da nova sociedade. Mas, ao contrário do que muitos fizeram, entendemos (como logo no início da *perestroika* dissemos) que com a água do banho não se devia ter deitado fora o menino.

De há muito, o nosso Partido adiantou (e a experiência mundial mostra que alguns o esqueceram) que a construção da sociedade socialista é obra dos trabalhadores, das massas populares e que o socialismo só se pode construir com o empenhamento revolucionário dos trabalhadores e das massas populares, não sem esse empenhamento e muito menos contra sua vontade.

Ganhar os trabalhadores e o povo em geral para o aprofundamento da democracia, ganhar os trabalhadores e o povo em geral para a construção de uma sociedade nova, e ganhar não apenas para apoiarem um projecto mas para serem com o Partido os obreiros da sua realização é a grande tarefa histórica do nosso Partido, que continua a ser inteiramente válida neste findar do século XX.

É curioso que alguns comentadores, que não fazem observações de fundo quanto à validade do Programa da democracia avançada, afirmem ao mesmo tempo que o projecto de uma sociedade socialista deixou de ter qualquer validade pois nas palavras dessa gente, "o comunismo morreu" e os partidos comunistas não têm mais razão de ser.

Contrariamente a tais opiniões, nós defendemos que o caminho do aprofundamento da democracia nas suas quatro vertentes, não é um caminho possível para o capitalismo, incapaz de assegurar uma tal democracia, mas o caminho do socialismo.

No mar encapelado da situação mundial presente, o nosso Partido insiste em afirmar e demonstrar na base da realidade que

o capitalismo é um sistema condenado, que o capitalismo atravessa uma crise que se aprofunda mesmo nos países mais desenvolvidos, que o "capitalismo popular" e a "democratização do capitalismo" são reabilitações verbais já de há muito esgotadas, que o capitalismo não está em condições de resolver os problemas da humanidade. Apesar da complexa conjuntura deste findar do século e das dificuldades e obstáculos que nos esperam, o futuro pertence não ao capitalismo mas ao socialismo e ao comunismo.

O PCP e a luta imediata na perspectiva do futuro

A construção em Portugal do socialismo e do comunismo é em termos programáticos o que chamamos o "objectivo supremo" do PCP. Este objectivo constitui um elemento de referência e de inspiração da nossa actividade diária. Mas a acção do Partido ao longo da sua história (salvo na revolução de Abril) nunca foi prioritariamente absorvida na concretização das grandes propostas programáticas.

Se analisarmos a experiência dos 72 anos da existência do Partido, verificamos que os eixos condutores da acção quotidiana do Partido são a luta com objectivos a curto e a médio prazo e a definição de um objectivo político central em tal ou tal momento da vida portuguesa.

Também na situação actual, o XIV Congresso do Partido definiu como "a tarefa das tarefas" do Partido e das outras forças sociais e políticas da democracia "a luta para afastar a direita do poder e por uma alternativa democrática".

Relativamente ao Programa que propõe ao povo português o XIV Congresso, se, por um lado, insiste na tarefa de ganhar o povo português para a luta pela realização do Programa, sublinha, por outro lado, que o PCP não pretende que a convergência e o entendimento necessários entre as forças democráticas tenham de adoptar e inscrever todas as orientações e medidas nele pormenorizadamente inscritas. Insiste em que o PCP está pronto a examinar com o PS e outras forças democráticas as bases de um possível acordo para uma alternativa política nacional além de acordos pontuais de unidade ou convergência como é por exemplo o caso da Coligação "Por Lisboa".

Com essa perspectiva, desenvolvemos uma intensa actividade com objectivos concretos imediatos. (...)

Mal seria porém, ao comemormos este aniversário, não referir e sublinhar uma verdade histórica: o papel organizador e dinamizador determinante que o PCP sempre desempenhou na luta do povo português e nas suas conquistas políticas, sociais e culturais.

Actualmente é também inteiramente correcto insistir que o PCP, como grande força política, com a sua identidade própria, com a sua ligação estreita aos trabalhadores e às massas populares, é uma força fundamental para a defesa dos interesses do povo e do País, para a unidade da classe operária e de todos os trabalhadores, para a cooperação e a convergência das forças democráticas, para se alcançar uma verdadeira alternativa democrática à política de direita.

Também por isso é inteiramente justo inscrever, entre as tarefas prioritárias, o reforço do Partido em todos os aspectos da sua actividade e nomeadamente a sua influência política e eleitoral. (...)

Em vez da desistência do ideal - a firme e convicta reafirmação, e a afirmação do seu aprofundamento. Em vez da divisação - a consolidação e pública demonstração da unidade. Em vez de um falso democratismo que reduziria o Partido a um palco de rivalidades entre "chefes" e "candidatos a chefes" - o aprofundamento da democracia interna, o reforço do colectivo, a intervenção livre, viva e criativa dos militantes. Em vez de um pragmatismo sem princípios, o reforço da prática com uma teoria revolucionária que se transforma e enriquece com a vida. Em vez de uma substituição conflituosa de dirigentes - a renovação natural, ponderada e séria da Direcção, colectivamente reflectida e decidida. Em vez do desânimo e desalento - o firme e decidido empenhamento na luta, a convicção na própria causa e a confiança no futuro.

Assim pudemos no nosso XIV Congresso confirmar, afirmar e renovar os nossos ideais, os nossos objectivos, os nossos princípios, a nossa democracia interna, as nossas orientações, as nossas tarefas e a nossa Direcção.

E, ao comemormos o 72 aniversário, com surpresa dos nossos adversários e dos pregadores do "declínio irreversível" do PCP, o PCP, fazendo frente às dificuldades reais do

momento internacional e nacional que se atravessa, desenvolve uma intensíssima actividade, aprofunda a sua ligação com as massas, apresenta soluções para os problemas existentes, recebe numerosas novas inscrições nas suas fileiras, alarga a sua influência na juventude com a participação empenhada da JCP - juventude do PC que em breve realizará o seu Congresso, e tem uma intervenção dinâmica sem paralelo na movimentação e mobilização popular, na resistência e oposição à política do Governo, na luta por uma alternativa democrática.



Jantar-convívio em Setúbal, com Manuel Sobral

TRABALHADORES

Um Congresso com razões para estar satisfeito

Com um total de 1081 delegados inscritos representando 877 000 filiados directos e um universo laboral que ultrapassa largamente um milhão de trabalhadores, teve lugar na FIL, nos passados dias 4, 5 e 6 de Março, o 7º Congresso da CGTP - Intersindical Nacional, acontecimento que dominou a actualidade Nacional e mobilizou a generalidade dos órgãos da Comunicação Social. Duas evidências se impuseram ao longo dos trabalhos: uma espectacular vitória do consenso e da unidade conseguida pela central sindical e um certo atrapalhamento de quem queria ver a erosão no 7º Congresso da CGTP- IN e deu, de caras, com uma coesão que há-de dar que falar no futuro imediato do país.

Lisboa, 4 / 5 / 6 de Março de 1993

7º CONGRESSO CGTP INTERSINDICAL NACIONAL

Com tanta gente entretida a extrair, de lateralidades e suposições, a ficção dum desagregamento da CGTP- IN que a realidade desmentiu,

importa, antes de mais, assinalar o que foi óbvio nos três dias de trabalhos: este 7º Congresso da grande central sindical portuguesa foi um

A invenção da realidade

A cobertura jornalística do 7º Congresso da CGTP- IN, se mobilizou a generalidade dos órgãos da Comunicação Social do País, atraiu igualmente algumas das mais bizarras manipulações informativas dos últimos tempos, em Portugal, chegando a assumir foros de escândalo nos operadores públicos e privados de televisão, nalgumas rádios e em várias páginas de jornal.

Tomando a nuvem por Juno e a si própria pela realidade, essa colorida "informação" apostou num curioso objectivo: o relato do Congresso que ia nascendo das suas criativas cabecinhas e o silenciamento da realidade que, efectivamente, evoluía na FIL. A evidência dos factos, o peso dos números, a importância dos acontecimentos, por muito crus e incontornáveis que se apresentassem, não acordavam minimamente o faro jornalístico desses fazedores de notícias. A nova direcção da CGTP- IN foi eleita, por voto secreto, por cerca de 90% dos delegados? Pois sim, pois sim, mas isso não esconde as "crises em aberto" que estão para aí fechadas não sei onde. O Plano de Acção foi, pela primeira vez, votado por unanimidade? Pois foi, por isso toca a descobrir onde param as "lutas de bastidor". O Conselho Nacional alargou-se, sob consenso e contemplando todas as tendências? Ora aí está o PCP outra vez a pôr a Central no bolso! E por aí fora, num frenesim que conseguiu o prodígio de esconder os factos determinantes e determinados pela esmagadora maioria dos congressistas, para dar vida a boatos, opiniões desgarradas e fofocas de café, erguendo um relato que transformava o Congresso numa ficção dominada por descontentamentos que ninguém viu, cisões que não aconteceram e crises que, afinal, nunca abriram.

Dois ou três "episódios informativos" apanhados ao acaso, em pleno Congresso, dão a medida da má-fé e da deliberação com que tudo isto foi feito. Por exemplo, uma repórter da TV4 apareceu na FIL para uma "cobertura" do Congresso que, antecipadamente, consistia na entrevista aos "dissidentes" cujos nomes constavam numa lista que ela própria exibiu na mão, pedindo que lhe apontassem as pessoas em causa, dado que nem sequer as conhecia! enquanto uma outra, em telefonema para o jornal feito à nossa frente, encomendava espaços para a sua peça principal, que resumiu, nestes termos, para o outro lado do fio: "É uma peça sobre o encerramento do Congresso, mas é claro que não fala do encerramento, fala das crises que ficaram em aberto", posto o que deslígou de repente porque tinha de ir "ali apanhar um!", cujo era o dirigente da CGTP- IN e membro do PS, Fernando Loureiro, com quem esperava alimentar uma "guerra" que, afinal, não existiu... A obsessão era tanta que uma rádio chegou a noticiar a presença de José Luís Judas na FIL, o que, se calhar, nem em espírito chegou a acontecer...

espectáculo de inteligência e vitalidade sindicais. Inteligência pelos caminhos da unidade e da acção reafirmados e reforçados num quadro de crise interna empoladíssima a partir do exterior, apetrechando a CGTP- IN para continuar a sua intervenção decisiva na defesa dos interesses dos trabalhadores; vitalidade pelos resultados concretos e indesmentíveis deste encontro maior do sindicalismo português: um Programa de Acção aprovado por unanimidade (feito sem precedentes na história da Central), eleição com apoio esmagador (cerca de 90% dos votos expressos) da nova direcção da CGTP- IN, além da aprovação, com igual indiscutibilidade, das alterações aos estatutos, isto num acontecimento onde participaram 185 sindicatos inscritos, com 44 não filiados na Central, para além de 10 sindicatos observadores e dois convidados.

Estes são os factos essenciais do 7º Congresso da CGTP- IN, por muito que doa a quem deles se "esqueceu" nas ficções que habitaram certa "informação isenta" que se produziu sobre o acontecimento.

Um sucesso à vista de todos

O sucesso do 7º Congresso da CGTP- IN começou, aliás, nos próprios serviços que a Central pôs à disposição dos congressistas, convidados e jornalistas, a todos oferecendo o necessário para a sua presença e intervenção, quer



se fale de comunicações ou serviço de bar, distribuição de documentos ou qualidade das refeições sempre garantidas durante os trabalhos. Uma pequena multidão de funcionários e trabalhadores da Central não deixou espaço para uma única brecha nos

serviços prestados e garantiu permanentemente uma assistência que fluía com a facilidade das próprias multidões que se movimentavam pelas amplas estruturas da Feira Industrial de Lisboa.

Todavia, a expressão mais significativa de sucesso ia-se afirmando no interior dos trabalhos. A intensa participação nos debates, ilustrada pelo impressionante número de 150 intervenções produzidas em plenário, não deixou questões por discutir nem problemas por analisar, construindo um levantamento da realidade social, laboral, política e sindical do País de enorme importância na situação de crise aberta que os portugueses enfrentam. Concomitantemente, os sucessivos actos de consenso e uni-

dade iam deitando por terra, uma a uma e à vista de toda a gente, as anunciadas e perseguidas "crises abertas" da CGTP- IN, elas, sim, fechadas pela poderosa afirmação do Congresso sem que, aparentemente, alguns dos seus "diagnosticadores" disso pudessem dar conta...

O encerramento apoteótico dos trabalhos foi, de resto, o coroar lógico dum Congresso que tinha razões para estar satisfeito consigo próprio, ao reforçar, num quadro nacional de crescentes dificuldades laborais, económicas e sociais e numa situação interna de alguma crise, a coesão da Central e a sua capacidade de intervenção na vida do País, sempre na clara perspectiva da defesa dos interesses dos trabalhadores e de Portugal.



Delegações internacionais

Estiveram presentes no 7º Congresso da CGTP- IN numerosas delegações estrangeiras, que passamos a referir:

Mundiais
F.S.M. - Alain Stern, Secretário-Geral Adjunto
C. T. M. - Manuel Zaguirre, Secretário confederal
Regionais e Sub-Regionais
C. E. S. - como observador, a UGT - Portugal
O. U. S. A. - Hassan A. Surmonu, Secretário-Geral
C. G. S. da C. E. I. - Valeri Kravtsov, chefe do Departamento Internacional
Europa
CC. OO - Espanha - Miguel Gonzalez Zamora, Secretário-Adjunto de Relações Internacionais
C. G. T. - França - Jean Pierre Page, da comissão executiva e responsável do sector internacional, e Jacques Tregaro, colaborador da CUT e responsável Europa
T. U. C. - Grã-Bretanha - Tom Jenkins, chefe adjunto do Departamento Internacional e presidente do Grupo de Trabalhadores do Comité Económico e Social da CEE
G. S. E. E. - Grécia - Dimos Koumbouris, membro da direcção da GSEE, e Kiriaki Psarogianni, do Departamento Internacional
P. E. O. - Chipre - Ioannis Philippou Christofi, da Comissão Executiva
África
U. N. T. A. - Angola - Cordeiro Ernesto N'zakundonba, coordenador

O. T. M. - Moçambique - Boaventura Mondlane
O. N. T. S. T. P. - S. Tomé e Príncipe - Francisco Pires, Secretário-Geral
U. N. T. C. - IS - Cabo Verde - António Pedro Pereira Duarte - membro do Secretariado Permanente
U. N. T. G. - Guiné-Bissau - Albino da Fonseca, Secretário-Geral interino
Solidariedade
COSATU - África do Sul - Shipo Binda, responsável da Organização
PTUF - Palestina - Mohamed Rabie, Secretário-Geral Adjunto
CTC - Cuba - Joaquim Bernal Camero, Secretário das Relações Internacionais
OPTT - Timor-Leste - Helder Neves, Secretário
América Latina
CUT - Brasil - Osvaldo Martins Bargas, Secretário das Relações Internacionais, e Rui Costa, assessor
CGT - Brasil - António Neto, presidente, e Maria Pimentel, secretária de Relações Internacionais
Organizações Internacionais
CES/CEE - Tom Jenkins, Presidente do Grupo de Trabalhadores
Comissão das CE - Paulo Martins
Emigração
AP de Zurique (Suíça) - Manuel Mendes
CCPS - França - António Barão

TRABALHADORES

7º CONGRESSO
CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

Resolução imediata

A luta contra os despedimentos na primeira linha da acção

Aprovada sábado sem votos contra e com 2 abstenções, a «resolução para a acção sindical imediata» — que aqui transcrevemos — aponta cinco grandes objectivos: o direito ao trabalho, salários justos, o trabalho com direitos, a redução da duração do trabalho, e a melhoria da saúde e da segurança social.

1. O 7.º Congresso da CGTP-IN analisou em profundidade a situação social, tendo constatado a existência de problemas sociais gravíssimos na sociedade portuguesa. Os despedimentos em massa, a criação de excedentes, os baixos salários, os empregos precários e clandestinos, o trabalho infantil, o trabalho sem direitos, os horários de trabalho longos, o baixo nível das pensões de reforma, a degradação dos serviços de saúde, o elevado custo da habitação, os altos preços e as precárias condições dos transportes públicos, o aumento das tensões sociais não são questões pontuais, mas constituem problemas sociais prementes que afectam a generalidade dos trabalhadores e a larga maioria da população.

2. O Congresso não se limitou a descrever a situação actual. Apontou causas e propôs medidas. Denunciou uma política económica governamental, suportada pelo patronato, que não leva ao desenvolvimento do país, antes está a conduzir à destruição do aparelho produtivo, à perpetuação do atraso e à alienação da soberania com pesados custos sociais.

3. O Congresso apreciou a acção colectiva dos trabalhadores, que têm resistido a esta política, assim como a disposição de continuar a alargar, aprofundar e intensificar este trabalho em torno de cinco grandes objectivos para a acção sindical imediata: o direito ao trabalho; salários justos; a redução da duração do trabalho; a melhoria da saúde e da segurança social.

Lutar pelo direito ao trabalho

4. A grave situação vivida com o aumento generalizado do desemprego em todos os sectores, em consequência da degradação do aparelho produtivo, afecta directamente a indústria e a agricultura e por arrastamento todos os sectores económicos. A precariedade e a clandestinidade do emprego mantêm-se em níveis elevados, o que é incompatível com a necessária qualificação da força de trabalho.

5. O Congresso adopta como objectivos imediatos: a luta pelo direito ao trabalho contra os despedimentos e a criação de excedentes, a luta pela estabilidade do emprego, aplicando o princípio de que a empresa permanentes devem corresponder contratos de trabalho permanentes, e a luta contra a destruição do aparelho produtivo.

Lutar por salários justos

6. A política de baixos salários e de imposição de tectos salariais como meios para aumentar a intensificação da exploração dos trabalhadores é agravada em 1993, em que o Governo assume expressamente a redução do poder de compra dos salários.

7. O Congresso adopta como objectivos imediatos: a luta pela elevação dos salários, que tenham em conta o custo de vida, a produtividade, a necessidade de melhorar a repartição do rendimento, e a aproximação à média comunitária; a redução da elevada carga fiscal que incide sobre os rendimentos do trabalho; a exigência da actualização do salário mínimo nacional, que deveria ter entrado em vigor em 1 de Janeiro de 1993.

Defender e alargar os direitos dos trabalhadores

8. O trabalho sem direitos constitui hoje uma realidade na sociedade portuguesa, situação que é incompatível com a dignificação do trabalho. As

alterações verificadas na legislação do trabalho, visando enfraquecer os direitos dos trabalhadores, a precariedade de emprego, a repressão, a impunidade na violação pelo patronato dos direitos constituem os principais factores responsáveis por esta situação.

(redução da duração semanal normal), quer negativos (aumento do tempo de deslocação para os empregos e crescimento das horas extraordinárias, que muitas vezes não são como tal consideradas); considera o facto de o Governo continuar a recusar-se a cumprir compromissos assumidos

Assegurar a segurança social

12. O congresso considera que, na situação actual, existem maiores riscos sociais, pelo que importa consolidar e desenvolver a protecção social e não pô-la em causa como tem vindo a

Defender o direito à saúde

14. O Congresso denuncia a estratégia e a acção que o Governo tem vindo a aplicar na política de saúde com o objectivo central de subverter a filosofia do Serviço Nacional de Saúde.

15. Adopta como medida prioritária na acção sindical imediata a luta por um serviço nacional de saúde geral, universal e gratuito, o que exige a luta contra o novo estatuto do SNS e suas medidas regulamentadoras, por subverterem estes princípios.

Reforçar a unidade prosseguir e intensificar a acção sindical

16. O Congresso denuncia e responsabiliza o Governo e o patronato pela situação económica e social que o país vive.

17. Saúda as lutas dos trabalhadores desenvolvidas nas empresas, nos sectores, nas regiões e as acções de carácter nacional e apela aos trabalhadores para, na unidade na acção em torno dos problemas concretos, reforçarem a sua organização, a sua luta por melhores condições de vida e de trabalho e o seu empenhamento nas acções de carácter nacional já anunciadas para o corrente mês, designadamente a manifestação de protesto no dia 20 de Março em Lisboa, a Jornada Europeia de 2 de Abril, o 25 de Abril e o 1.º de Maio.

18. Exorta toda a estrutura sindical a dinamizar a mobilização e participação organizada de todos os trabalhadores, a partir dos locais de trabalho, de forma a garantir que o próximo 1.º de Maio seja uma grande jornada nacional de unidade e luta por uma política diferente e por uma alternativa democrática a este governo.

A concretização destes objectivos reivindicativos imediatos implica a necessidade de aperfeiçoar e melhorar a organização sindical a todos os níveis.

O empenhamento em torno destes objectivos contribuirá para continuar a afirmar a força e a vitalidade da CGTP-IN na luta pelas justas aspirações dos trabalhadores e pela satisfação das suas reivindicações, da afirmação da sua natureza de classe e dos princípios de unidade, de solidariedade, de democracia, da independência e da acção de massas.

Manifestação em Lisboa no dia 20 de Março

Da tribuna do 7º Congresso foi feito um apelo ao empenho da estrutura e dos sindicalistas na mobilização dos trabalhadores e da população da região de Lisboa e Setúbal para a manifestação que as uniões sindicais de ambos os distritos já anunciaram que vão promover no próximo dia 20 de Março, sábado. Um objectivo central desta acção é protestar contra a política económica, social e laboral do Governo. A manifestação tem início marcado para as 15 horas, nos Restauradores.

Numa moção aprovada sem votos contra e apenas com 2 abstenções, os delegados decidiram também «o empenhamento activo para garantir, em Portugal, o êxito da Jornada Europeia de Acção, promovida pela CES (Confederação Europeia de Sindicatos) e a realizar em todos os países da Europa» no dia 2 de Abril.

Assumindo os objectivos propo-

tos pela CES, pois «é necessária uma grande unidade na acção», e articulando-os com os objectivos nacionais, o Congresso define, na moção, os objectivos da jornada, que se concretizará em paralisações gerais durante a tarde, seguidas de concentrações, desfiles e manifestações nas principais localidades do País: contra o desemprego, pelo direito ao trabalho e à segurança no emprego; pela melhoria real dos salários; pela defesa e promoção dos direitos sociais (saúde, segurança social, direitos e liberdades sindicais); promover a solidariedade e combater as desigualdades e a injustiça social; pela redução do horário de trabalho; pelo desenvolvimento e a modernização do País; contra o racismo e a xenofobia e todas as formas de discriminação e exclusão social; pelo projecto de Abril, tendo presente o aniversário da Constituição; pela paz.

9. O Congresso aponta como acção imediata a exigência, em todos os planos da acção sindical, do cumprimento da legalidade democrática, no respeito por todos os direitos, individuais e colectivos dos trabalhadores.

Reduzir o tempo de trabalho

10. O Congresso salienta quer aspectos positivos

por forma a reduzir a duração semanal com o objectivo de alcançar as 40 horas.

11. Define como objectivo imediato prosseguir a luta pela redução de duração do trabalho, com vista a obter a semana máxima de 40 horas (com 8 horas diárias), como fase intermédia potenciadora de novas reduções, considerando que, a nível europeu, está já na ordem do dia a semana de 35 horas.

defender o Governo. A segurança social deve ser assegurada e melhorada, e constitui um instrumento imprescindível para a protecção dos cidadãos na doença, velhice e invalidez, bem como no desemprego e outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho, tal como a Constituição preconiza.

13. Adopta como medidas prioritárias a elevação das pensões de reforma e a sua aproximação aos salários por via da melhoria da base de cálculo das pensões e a aproximação progressiva das pensões mínimas ao salário mínimo, a luta contra as medidas restritivas desencadeadas pelo Governo no acesso a prestações como o subsídio de doença e o de desemprego; o combate à elevação da idade de reforma das mulheres; a luta pela igualização imediata da idade da reforma para os 62 anos com a garantia de uma reforma digna; e de continuar a defender o seu abaixamento progressivo.



TRABALHO COM DIREITOS

SOLIDARIEDADE

TRABALHADORES

Conselho Nacional da CGTP

Uma direcção mais forte e unitária com plena confiança do Congresso

7º CONGRESSO
CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

No sábado de manhã os delegados elegeram, por voto secreto, o Conselho Nacional da CGTP, que vai ser responsável por dirigir a actividade da central nos próximos três anos. O resultado da votação e a vibrante saudação dos delegados sublinharam no Congresso a afirmação de que a composição do novo Conselho Nacional é profundamente representativa da realidade da CGTP, é largamente unitária e é reforçada com quadros sindicais com provas dadas na vida sindical.

Ao sufrágio dos delegados foi apresentada, pelo Conselho Nacional cessante, uma lista com 127 nomes. Dos 946 votos entrados nas urnas, 834 (88,2%) foram para a lista única. Ainda de acordo com os resultados anunciados pela comissão eleitoral na sessão que precedeu o encerramento do Congresso, registaram-se 75 votos brancos (7,9%) e 37 votos nulos (3,9%). O Conselho Nacional deverá reunir num prazo de 15 dias.

A lista foi apresentada ao Congresso, na sexta-feira à tarde, pelo mandatário. Salvado Sampaio acentuou o carácter unitário da lista e revelou que mais de 90 por cento dos nomes que a integram não sofreram contestação alguma nas consultas feitas às estruturas.

Recordamos que a decisão de apresentar uma lista foi

tomada na reunião de 22 de Janeiro do Conselho Nacional cessante, onde também foram definidos os critérios e a metodologia da sua constituição.

Na resolução específica aprovada então no CN apontava-se, entre os atributos dos futuros candidatos, a ligação e representação dos sectores e regiões, bem como das diversas correntes de opinião político-sindical, o prestígio e a intervenção destacada nas lutas dos trabalhadores, a disponibilidade e capacidade dos quadros e a sua identificação com os princípios e objectivos da CGTP. Os membros do CN cessante deviam, de acordo ainda com aquela resolução, transmitir a sua posição e as suas propostas a um grupo de trabalho (Américo Nunes, João Paulo, Florival Lança, Manuel Freitas, Emí-

lia Reis e Fernando Loureiro) que procedeu depois ao levantamento dos quadros e a consultas na estrutura e aos membros do CN.

A proposta final foi aprovada por consenso na reunião do Conselho Nacional de dia 3 de Março.

Pressões e compromissos

Já com o Congresso a decorrer, os sindicalistas socialistas ainda deixaram transparecer dúvidas quanto à confirmação da sua presença na lista. Fernando Loureiro, segundo a Lusa, admitia no dia 4 que os socialistas não integrariam o novo CN se não fossem aceites propostas suas para «um funcionamento mais democrático» da central. No dia seguinte, contudo, reúnem e confirmam que integram a lista para o Conselho Nacional porque, nas palavras de Fernando Loureiro, as suas propostas foram «satisfatoriamente» aceites por Carvalho da Silva. Aquele dirigente admitia existirem interpretações divergentes que seriam resolvidas no Conselho Nacional.

Estas declarações chegaram ao conhecimento dos delegados e suscitaram várias intervenções na tribuna do Congresso, com destaque para a de Luís Garra, do Conselho Nacional cessante. Reconhecendo que «qualquer dirigente sindical ou trabalhador é livre de ter a sua opção partidária» e que «poderá constituir-se em tendência, mas fora da CGTP-IN», aquele dirigente da União dos Sindicatos de Castelo

Branco acrescentou que «o que não pode é procurar impor as posições da sua tendência à CGTP, à margem dos órgãos e do seu normal funcionamento democrático».

«Os elementos que irão constituir a nova direcção» - afirmou Luís Garra - «têm por isso a responsabilidade de preservar e reforçar as características unitárias da CGTP-IN e, neste quadro, um único compromisso podem e devem

assumir: tudo fazer para que as soluções, como até aqui, sejam encontradas por consenso».

Reportando-se várias vezes à intervenção de Luís Garra, bem como às declarações que pouco antes Fernando Loureiro havia produzido na conferência de imprensa para apresentação da lista candidada ao Conselho Nacional, Manuel Carvalho da Silva usou da palavra para esclarecer os delegados.



O novo Conselho Nacional

— **Adão Ribeiro Mendes**, da Comissão Executiva do Conselho Nacional cessante e da União dos Sindicatos de Braga.

— **Adelino Teixeira de Carvalho**, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Trab. das Ind. Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Porto.

— **Albano da Silva Ribeiro**, do Sind. dos Trab. das Ind. da Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras dos Distritos do Porto e Aveiro (Porto).

— **Alberto Teixeira Gomes Costa**, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Trab. do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa — CESL.

— **Alfredo Lourenço Pinto**, do Sind. dos Trab. da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro (Coimbra).

— **Alina Maria de Sousa**, do Sind. dos Enfermeiros Portugueses (Viseu).

— **Alvaro Fernandes Rana**, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Trab. da Ind. e Com. Farmacêutico.

— **Amável José Alves**, da Comissão Executiva do Conselho Nacional cessante e da Fed. dos Sind. de Transportes Rodoviários e Urbanos — FSTRU.

— **Américo Lurdes Inácio Morgado**, do Sind. dos Professores da Grande Lisboa (Setúbal).

— **Américo Nunes**, da Comissão Executiva do Conselho Nacional cessante.

— **Ana Cristina Cruz Tomás Santos Eusébio Matos Hipólito**, do Sind. dos Trab. da Função Pública do Sul e Açores (Castelo Branco).

— **Ana Maria Oliveira Mesquita**, do Conselho Nacional cessante e da União dos Sindicatos do Porto.

— **Ana Rita Carvalhais da Silva**, do Sind. dos Professores da Região Centro (Leiria).

— **António Américo da Silva Leal**, da Federação dos Sind. dos Trab. Ferroviários Portugueses.

— **António Fernando Morais de Carvalho**, da Fed. dos Sind. dos Trab. das Ind. Eléctricas de Portugal.

— **António Horta Morais**, do Conselho Nacional cessante e do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro.

— **António José Pimentel Cassiano**, do Sind. dos Trab. da Função Pública do Sul e Açores (Ponta Delgada).

— **António Lopes Marques**, do Sind. dos Trab. da Administração Local — STAL (Leiria).

— **António Macário Monteiro**, do Conselho Nacional cessante e da União dos Sindicatos de Viseu.

— **António Maria Quintas**, do Conselho Nacional cessante.

— **António Moreira Costa Albuquerque**, do Sind. dos Trab. da Ind. Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Coimbra e da União dos Sindicatos de Coimbra.

— **António Nuno Oliveira Serra**, do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura, Pecuária e Silvicultura do Distrito de Lisboa.

— **Armando António Silva Sousa Bastos de Lacerda**, do Sind. dos Trab. da Função Pública do Sul e Açores (Évora).

— **Armando Augusto Branquinho Pinto**, da União dos Sindicatos de Vila Real e do Sind. dos Ferroviários do Norte de Portugal.

— **Armando Ferreira Pinto**, do Sind. Nac. dos Trab. dos Correios e Telecomunicações — SNTCT (Vila Real).

— **Armando Amaro de Carvalho**, do Conselho Nacional cessante e do Sindicato Livre dos Trab. das Ind. Alimentares de Hidratos de Carbono do Norte (Coimbra).

— **Artur Ramon da Rocha La Féria**, do Sind. dos Médicos da Zona Sul (Lisboa).

— **Artur Santos**, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local — STAL (Viseu).

— **Carlos Alberto de Araújo Pereira Amado**, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Técnicos Paramédicos.

— **Carlos António de Carvalho**, Conselho Nacional.

— **Carlos António Gomes Mamede**, Conselho Nacional e Fed. dos Sind. da Função Pública.

— **Carlos Augusto Neves Alves**, do Sind. dos Trab. da Aviação e Aeroportos — SITAVA (Lisboa).

— **Carlos Manuel Alves Trindade**, da Comissão Executiva do Conselho Nacional e Sind. dos Trab. de Serviços de Portaria, Limpeza, Domésticas e Prof. Similares e Activ. Div.

— **Célia Maria Portela da Silva**, da INTERJOVEM e Sind. dos Trab. do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa — CESL.

— **Delfim Tavares Mendes**, da Fed. dos Sind. da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás.

— **Diamantino da Silva Elias**, do Conselho Nacional e Sind. Nac. dos Prof. de Farmácia e Paramédicos — SIFAP.

— **Diogo Júlio Cleto Serra**, do Conselho Nacional cessante e da União de Sindicatos de Portalegre.

— **Eduardo Manuel Nogueira Chagas**, do Conselho Naci-

onal cessante e do Sind. dos Capitães, Of. Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante.

— **Eduardo Travassos Pereira**, do Sind. dos Trab. de Transportes Rodoviários do Sul (Setúbal).

— **Emídio Ferreira Martins**, da Comissão Executiva do Conselho Nacional cessante.

— **Ernesto António M. G. Silva**, do Sind. dos Trab. das Ind. de Celulose, F. T. Papel, Gráfica e Imprensa do Norte (Porto).

— **Fernando António Amaro da Silva**, do Conselho Nacional cessante e da União dos Sindicatos de Viana do Castelo.

— **Fernando Garcia Ferreira Gonçalves da Silva**, do Conselho Nacional cessante e da União dos Sindicatos do Algarve.

— **Fernando Tavares Loureiro**, da Comissão Executiva do Conselho Nacional cessante.

— **Fernando Veríssimo Tenente**, do Conselho Nacional cessante e do Sind. das Ind. Eléctricas do Centro.

— **Florival Rosa Lança**, da Comissão Executiva do Conselho Nacional cessante e da União dos Sindicatos de Lisboa.

— **Francisco Hermínio Meneses Branco**, do Sind. dos Enfermeiros Portugueses (Angra do Heroísmo).

— **Francisco José Santos Braz**, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Trab. da Administração Local.

— **Francisco Manuel Silva Vieira**, do Sind. Têxtil do Minho e Trás-os-Montes (Braga).

— **Francisco Martins Cavaco**, do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares de Hidratos de Carbono do Sul e Ilhas (Lisboa).

— **Frederico Fernandes Pereira**, da Fed. dos Sind. do Sector da Pesca.

— **Gaspar Militão Ângelo**, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Pescadores de Matosinhos.

— **Guida Maria Vieira Martins**, do Conselho Nacional cessante e do Sind. Livre dos Trab. de Bordados, Tapeçarias, Têxteis e Artesanato da Região Autónoma da Madeira.

— **Hélio Bexiga Viegas**, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Quadros e Técnicos de Desenho (SQT).

— **Horácio do Nascimento Matos**, do Conselho Nacional cessante e da União dos Sind. de Leiria.

— **Horácio Tavares Marcelino**, do Conselho Nacional cessante e da Fed. Port. dos Sind. das Ind. de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa.

— **Isabel Vitória de Almeida Figueiredo**, do Conselho Nacional cessante e do Sind. Nacional dos Trab. dos Correios e Telecomunicações — SNTCT.

— **Jerónimo Fernando da Silva Rodrigues**, da Comissão Executiva do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Trab. da Marinha Mercante, Ag. de Viagens, Transitários e Pesca.

— **João António Torrinhos Paulo**, da Comissão Executiva do Conselho Nacional cessante e da Fed. dos Sind. da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.

— **João Fernando Fernandes Lourenço**, do Sind. dos Trab. das Ind. Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul (Setúbal).



TRABALHADORES

7º CONGRESSO
CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

Depoimento de Domingos Abrantes Importante afirmação da CGTP como a grande central dos trabalhadores portugueses

Uma delegação que integrou os camaradas Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado, Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, e Rosa Rabiais, do Comité Central, representou oficialmente o PCP no 7º Congresso da CGTP. No final dos trabalhos, pedimos a Domingos Abrantes um breve depoimento sobre os resultados deste congresso.

«Pela elevada consciência de classe demonstrada pelos congressistas, pelo profundo conhecimento dos problemas dos trabalhadores, bem patenteado nas intervenções, e pela determinação de luta revelada, o 7º Congresso foi uma importante afirmação da CGTP-IN como a grande

central sindical dos trabalhadores portugueses», começou por nos dizer Domingos Abrantes, sublinhando que «os resultados do Congresso são de grande importância para a defesa das características e do projecto da CGTP-IN e para o desenvolvimento do movimento sindical unitário».

Estes são, para o dirigente comunista, «factos reais, que a enorme e poderosa campanha de diversão de que foi rodeado o Congresso não conseguiu apagar, apesar de esta campanha ter sido bastante facilitada e ampliada pelas acções de chantagem e atropelo a elementares normas de funcionamento democrático e pelas tentativas de partidização da vida sindical que foram levadas a cabo, nomeadamente, por elementos socialistas, com vistas a influenciar e condicionar o funcionamento democrático do órgão de direcção e do próprio congresso».

«Sem subestimar os prejuízos causados à CGTP-IN por essas acções, o balanço global do Congresso pode considerar-se bastante positivo», afirmou Domingos Abrantes, apontando «duas ideias essenciais» que sintetizam tal balanço:

«A primeira é que o Congresso confirmou, nos princípios e nas orientações para a acção, as características essenciais da CGTP-IN com a salvaguarda da sua natureza unitária; aqueles que jogaram na descaracterização e na rotura não conseguiram os seus objectivos.

«A segunda é que do Congresso ressalta igualmente uma enorme disposição de prosseguir a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, o que confirmará a grande vitalidade da CGTP, uma central que sai deste Congresso confiante na ultrapassagem das suas dificuldades e virada para o futuro.»



Rosa Rabiais, Domingos Abrantes e Jerónimo de Sousa constituíram a delegação oficial do PCP que assistiu ao 7º Congresso da CGTP

Depois de reafirmar as características da lista apresentada pelo CN, o coordenador da CGTP adiantou que, quanto ao futuro da direcção da central, havia apenas recomendações do Conselho Nacional cessante ao novo órgão. Entre estas recomendações, referiu a existência de um problema sindical em Coimbra e a necessidade de o resolver, envolvendo o movimento sindical de toda a região e a direcção da CGTP, e a procura de consenso na gestão dos quadros, que será da responsabilidade do Secretariado agora criado, e na distribuição de responsabilidades em áreas sensíveis.

Na intervenção de encerramento do Congresso, sábado à tarde, Carvalho da Silva voltaria ainda ao tema dos compromissos, para afirmar: «Levamos daqui muitos compromissos, o primeiro dos quais é o de tudo

fazermos para uma acção sindical mais dinâmica, para uma acção sindical forte e combativa. Levamos o compromisso de trabalharmos para fazer dos direitos, interesses e reivindicações dos trabalhadores o suporte da nossa unidade.»

- João Fernando Freitas Torres, do Sind. dos Trab. das Ind. Eléctricas do Norte — STIEN (Porto).
- João Oliveira Lourenço, do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte (Braga).
- João Reganha Torrado, da União dos Sindicatos de Lisboa e do Sind. dos Trab. do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa — CESL.
- João da Silva, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Trab. da Ind. Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa.
- Joaquim Almeida da Silva, da Comissão Executiva do Conselho Nacional cessante e da União dos Sindicatos de Aveiro.
- Joaquim Antunes Marcos, do Sind. dos Trab. de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro (Lisboa).
- Joaquim Filipe Coelhas Dionísio, do Conselho Nacional cessante.
- Joaquim Gil Sousa Piló, do Sind. Livre dos Pescadores e Prof. Afins.
- Joaquim Pólvora Garcia Labaredas, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Trab. do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa.
- Jorge Manuel Silva Pinto, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Escritórios e Serviços do Norte — SESN.
- José Alberto Amorim Costa, do Sind. dos Trab. das Ind. Eléctricas do Norte — STIEN (Viana do Castelo).
- José Alberto Valério Dinis, do Conselho Nacional cessante e da Fed. Nac. dos Sind. da Construção, Madeiras e Mármore.
- José Ernesto Ribeiro Cartaxo, da Comissão Executiva do Conselho Nacional cessante.
- José Inácio Coelho Revés, do Sind. dos Trab. da Administração Local — STAL (Setúbal).
- José Manuel da Mota Dias, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Trab. da Função Pública do Centro (Coimbra).
- José Manuel de Sousa Tavares Machado, do Conselho Nacional cessante e da Fed. dos Sind. dos Trab. das Indústrias Eléctricas de Portugal.
- José Maria Rodrigues Figueira, do Conselho Nacional cessante e da União dos Sindicatos de Évora.
- José Tristão Nogueira, do Sindicato dos Músicos.
- Júlio Manuel Balreira Correia, do Conselho Nacional cessante e da União de Sindicatos de Aveiro.
- Luís Maria Kalidás Costa Barreto, do Conselho Nacional cessante.
- Luís Pereira Garra, do Conselho Nacional cessante e da União dos Sindicatos de Castelo Branco.
- Leonel Martinho Gomes Nunes, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Trab. na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares da Região da Madeira.

- Luís António Cristina Patrício, do Sind. dos Trab. das Ind. Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul (Setúbal).
- Manuel António Teixeira de Freitas, da Comissão Executiva do Conselho Nacional cessante e da Fed. dos Sindicatos dos Trab. Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal.
- Manuel Carvalho da Silva, da Comissão Executiva do Conselho Nacional cessante.
- Manuel Coelho Alves, do Sind. dos Trab. dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte — STRUN (Porto).
- Manuel Correia Lopes, da Comissão Executiva do Conselho Nacional cessante.
- Manuel Fernandes da Silva, do Sind. dos Trab. das Ind. Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Braga.
- Manuel Francisco Guerreiro, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Trab. de Comércio, Escritórios e Serviços do Sul — CES - Sul.
- Manuel Francisco Pereira Pombinho, do Sindicato dos Trab. da Agricultura do Distrito de Beja.
- Manuel Garcia Correia, do Sind. dos Trab. das Ind. Eléctricas do Sul e Ilhas.
- Manuel Graça Gomes Costa, do Sind. dos Operários da Ind. do Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra (Aveiro).
- Manuel Joaquim Pisco Lopes, do Conselho Nacional cessante e da União dos Sindicatos de Setúbal.
- Manuel Joaquim da Silva Vieira Mendes, do Conselho Nacional cessante e da União dos Sindicatos do Porto.
- Manuel Maurício dos Reis, da Interjovem e do Sind. dos Trab. da Administração Local — STAL (Santarém).
- Manuel Mendes Pereira, do Conselho Nacional cessante e do Sindicato dos Operários corticeiros do Norte.
- Manuel Silva Ribeiro de Almeida, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Trab. das Ind. Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito do Porto.
- Maria Amélia Sousa Lopes, do Sind. dos Trab. das Indústrias Eléctricas do Norte (Braga).
- Maria Augusta da Purificação Rodrigues de Sousa, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Enfermeiros Portugueses — SEP.
- Maria do Carmo de Carvalho Tavares Ramos, da Comissão Executiva do Conselho Nacional cessante.
- Maria do Céu Cunha M. Fazenda, do Sind. dos Professores da Grande Lisboa (Lisboa).
- Maria do Céu Ferreira de Jesus Elias Ferreira, do Conselho Nacional cessante e da União dos Sindicatos da Guarda.
- Maria Emília Reis Castro, da Comissão Executiva do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Trab. de Vestuário, Tint. e Lav. do Distrito do Porto.

- Maria de Fátima Anjos Carvalho, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Trab. Têxteis, de Lanifícios e Vestuário do Centro.
- Maria Fátima Cardoso Oliveira, do Sind. dos Enfermeiros Portugueses (Porto).
- Maria de Fátima Neves Guimarães, do Sind. dos Professores do Norte (Aveiro).
- Maria Graciete Martins da Cruz, do Conselho Nacional cessante e de Fed. dos Sind. das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabaco.
- Maria Inês Rodrigues Marques, do Sind. dos Trab. da Marinha Mercante, Ag. de Viagens, Transitários e Pesca.
- Maria Manuela de Medeiros, do Conselho Nacional cessante e da União dos Sindicatos de S. Miguel e Santa Maria.
- Maria Odete de Jesus Filipe, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Trab. da Ind. Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa.
- Maria Regina Libano Santos, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Trab. do Município de Lisboa.
- Mariana Rosa Aiveca Ferreira, do Conselho Nacional cessante e do Sind. dos Trab. da Função Pública do Sul e Açores (Setúbal).
- Palmira Alves Peixoto, do Sind. dos Trab. Têxteis do Porto.
- Paulo Jorge Agostinho Trindade, do Sind. dos Trab. da Função Pública do Sul e Açores (Lisboa).
- Paulo Manuel Pereira do Couto, da Interjovem.
- Raul Ferreira Pica Sinos, da Fed. Port. dos Sind. de Comércio, Escritórios e Serviços.
- Rogério Paulo Amoroso da Silva, da Interjovem.
- Rolando Nuno Matos Ferreira da Silva, do Sind. dos Professores da Grande Lisboa (Santarém).
- Rui Manuel Neto Paixão, da Comissão Executiva do Conselho Nacional cessante e da União dos Sindicatos de Setúbal.
- Sérgio Inácio Salgueiro Moiteiro, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira (Leiria).
- Ulisses Maria de Matos da Silva Garrido, do Conselho Nacional cessante e da União de Sindicatos de Lisboa.
- Valdemar Rodrigues Henriques, do Conselho Nacional cessante e da União dos Sindicatos de Santarém.
- Viriato Manuel Jordão, da Fed. Nac. dos Sind. das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual — FCTA.
- Victor Manuel Neto, da União dos Sindicatos de Bragança.
- Vítor Manuel Ferreira Gonçalves, do Sind. dos Trab. da Função Pública do Sul e Açores (Lisboa).
- Vítor Manuel Rodrigues Ranita, do Conselho Nacional cessante e da União dos Sindicatos do Porto.
- Walter Murillo Lavrado, da União dos Sindicatos da Horta e do Sind. dos Prof. dos Transportes, Turismo e Outros Serviços da Horta.

Emigrantes comunistas denunciam demagogia do Governo PSD

Num comunicado emitido na passada terça-feira, o Organismo de Direcção Nacional na Suíça do PCP consideram que «a grave crise que atinge a Suíça atira para o desemprego milhares de emigrantes portugueses radicados neste país. Por outro lado, outros milhares de trabalhadores sazonais ficarão no desemprego em Portugal, como consequência da não renovação dos seus contratos de trabalho para a actual temporada. Para estes, o direito a um subsídio de desemprego não existe, apesar de muitos deles terem descontado para o fundo de desemprego nos dois países».

O texto continua afirmando que «esta situação é reveladora da incapacidade do governo PSD/Cavaco Silva em encontrar soluções para os problemas que afectam os trabalhadores e muito particularmente os sazonais que há muitos anos esperam ver satisfeitas as suas reivindicações».

«A hora não é para demagogias cavaquistas», continua o comunicado que sublinha que «os portugueses que residem na Suíça confrontam-se com graves problemas como consequência da degradação real das condições de vida dos trabalhadores, aumentos dos impostos, das caixas de doença, do custo de vida, etc. A juntar a tudo isto sentem duramente a falta de apoios do governo português no que diz respeito à assistência consular, social e jurídica».

Os emigrantes comunistas recordam que «Cavaco Silva esteve recentemente na Suíça sem se interessar tão-pouco em consultar os órgãos representativos da comunidade. Não é esta a primeira vez que tal acontece o que revela por parte do primeiro-ministro um total desprezo pela comunidade portuguesa que todos os anos envia quantias consideráveis em divisas para Portugal».

O documento acusa o

governo do PSD de «preferir as acções demagógicas como, por exemplo, o direito de voto do emigrante para a eleição do Presidente da República. A persistir esta política, as situações de clandestinidade tenderão a alargar-se mesmo que o PSD continue, com a hipócrita argumentação da livre circulação de pessoas, a tentar dissimular este flagelo».

Os comunistas portugueses emigrados na Suíça alertam toda a comunidade para «o agravar da situação social existente neste país apelando à sua unidade e combatividade, em torno dos sindicatos e do movimento associativo, contra as injustiças de que somos vítimas por parte dos governos dos dois países». Este organismo do PCP apela ainda aos trabalhadores portugueses para participarem na manifestação do dia 27 de Março na Praça Federal, em Berna, com o fim de contribuir para uma grande jornada de luta.

DORBragança define orientações para o 1.º semestre

A Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP, reunida a 26 de Fevereiro, em Mirandela, definiu as principais linhas de actividade para o 1.º semestre e debateu a situação política e social da região, debruçando-se ainda sobre as próximas eleições autárquicas.

Na reunião participou António Lopes, membro da Comissão Política do CC.

A DORBA registou com preocupação o agravamento da instabilidade de emprego em vários sectores, nomeadamente na Função Pública com as tentativas de aplicação da lei dos disponíveis, bem como a crise que atravessa a activi-

dade económica no distrito de Bragança, onde o encerramento de empresas e o aparecimento de novas falências diminuem o número de postos de trabalho. O PCP apontou ainda a grave situação em que se encontra a lavoura, em particular os produtores de batata que à semelhança do que acontece no Alto Tâmega e Beira Interior, enfrentam grandes dificuldades no escoamento das suas produções.

Esta estrutura do PCP expressou o seu apoio à luta dos trabalhadores da Função Pública em defesa dos seus postos de trabalho, em especial aos trabalhadores do Centro Regional de

Segurança Social de Bragança que recentemente se manifestaram nas ruas desta cidade. O PCP solidariza-se também com os agricultores do Nordeste e organizações da lavoura que se movimentam em defesa dos interesses da agricultura regional.

Nesta reunião, foi ainda decidido realizar várias iniciativas comemorativas do 72.º aniversário do PCP em Bragança e Mirandela; apoiar a preparação do 4.º Congresso da JCP; iniciar uma discussão mais aprofundada sobre questões de direcção e organização; e prosseguir o trabalho com vista às próximas eleições autárquicas.

DORBraga prepara apresentação de listas CDU

Reunida no final de Fevereiro, a Direcção da Organização Regional de Braga analisou o decurso dos trabalhos preparatórios com vista às próximas eleições autárquicas, nomeadamente as acções em desenvolvimento nos concelhos do distrito que visam a preparação de candidaturas e listas da CDU.

O PCP tem como objectivos concorrer a todos os órgãos municipais e a um número de Assembleias de Freguesia pelo menos igual ao de 1989. Com este fim têm-se realizado contactos com as populações, reuniões de comunistas e aliados, dinamizam-se as estruturas da CDU e elaboram-se

linhas de futuros programas e candidaturas.

Na opinião da DORB, há «perspectivas muito positivas» para atingir os objectivos estabelecidos e considerou existirem «condições favoráveis para que durante o mês de Março, seja feita a divulgação pública de diversas candidaturas».

Entretanto, recentemente, a DORB recebeu uma delegação da União dos Sindicatos de Braga, que expôs os seus pontos de vista e preocupações quanto à destruição do aparelho produtivo, a degradação das condições de



vida dos trabalhadores e do sistema de Saúde e Segurança Social.

Face a esta situação, a DORB decidiu intervir junto do grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República e dos eleitos da CDU nas autarquias locais no sentido de exigirem uma rápida alteração da orientação política governamental para o distrito de Braga.

CAMARADAS FALECIDOS

DIAMANTINO HENRIQUES

Faleceu no passado sábado **Diamantino de Oliveira Henriques**. Contava 62 anos de idade e era membro do Partido desde os seus 17 anos. Esteve preso cerca de três anos, por cinco vezes sempre sem julgamentos, no Aljube, em Caxias, Nampula, Lourenço Marques e Trafaria.

Médico prestigiado na cidade e no distrito de Viseu, era membro da Comissão Concelhia de Viseu e foi várias vezes candidato pelo PCP desde a Constituinte, às autarquias e à Assembleia da República.

No seu funeral incorporaram-se cerca de um milhão de pessoas de todos os quadrantes políticos e no cemitério de Nelas, onde ficou sepultado, usaram da palavra o Dr. Lousã Henriques e o Dr. Almeida Henriques, este em representação da DORV do PCP.

ESTELA MADRUGA

Faleceu no passado dia 2 de Março, **Estela Maria Silva Pereira Madruga**, de 48 anos de idade, residente na Freguesia da Praia do Almoxarife, Ilha do Faial, Açores. O seu funeral constituiu uma profunda manifestação de pesar.

Mãe estremosa, trabalhadora incansável e possuidora de uma forma de estar na vida que lhe grangeavam enorme popularidade, Estela Madruga integrava a Organização do Partido da Ilha do Faial e foi por várias vezes candidata nas eleições para os órgãos das autarquias locais.

Em 1985, encabeçou a lista da então APU para a Assembleia de Freguesia da Praia de Almoxarife.

FLOR MATEUS

Faleceu recentemente **Flor Rodrigues Martins Mateus**, com 70 anos de idade, que estava organizada na freguesia de Santo Estêvão, em Alfama.

GUILHERMINA FERNANDES

Faleceu, no passado dia 10 de Fevereiro em Alhos Vedros, com 86 anos de idade,

Guilhermina Rita Fernandes, natural de Cabanas, concelho de Tavira. Militante antifascista antes do 25 de Abril, Guilhermina Fernandes entrou para o PCP em 1974, tendo feito há alguns anos a doação de todos os seus bens ao Partido. Ficou sepultada no cemitério da Freguesia da Conceição, no concelho de Tavira.

JOÃO REI

Faleceu recentemente, **João Augusto Rei**, que contava 71 anos de idade e militava na organização de Santo Estêvão, em Alfama.

JOÃO VASCONCELOS

Faleceu, no passado dia 3 de Março, **João de Vasconcelos**, que contava 61 anos de idade e era técnico da Centrel. Membro do Partido desde 1977, fez parte da célula daquela empresa. Em 1980, parte para a RP de Angola, como cooperante, onde participa nas actividades da Associação 25 de Abril de Luanda.

Regressa em 1985, altura em que integra a Associação de Amizade Portugal-URSS, (secção do Barreiro). Ultimamente estava organizado no gabinete de apoio ao sector da Emigração.

MARIA HELENA

Faleceu recentemente com 71 anos de idade, **Maria Helena**, natural de Vialonga, onde residia. Enfermeira respeitada por todos os vialonguenses, Maria Helena era membro do MDM.

LÉNINE LOURO

Faleceu recentemente **Lénine Louro das Neves**, que contava 61 anos de idade. Membro do Partido desde 1977, era ferroviário e estava organizado na Concelhia da Figueira da Foz.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.

Rescisões e salários em atraso na Guarda

Recentemente reunida a Direcção da Organização Regional da Guarda do PCP alertou para as várias dezenas de rescisões de contratos laborais registados nas empresas FEMSA, REICAB e Hotel de Turismo, enquanto na FISEL e TEXTILANA os trabalhadores têm salários em atraso de dois e três meses.

Este cenário de crise económica e social está igualmente a afectar o comer-

cio que «tem fortes quebras nas vendas» e atinge especial gravidade na agricultura onde são conhecidas as dificuldades de escoamento dos produtos e os baixos preços praticados ao produtor que estão a levar à ruína dos agricultores. Como afirma a DORG, «vivem-se horas dramáticas em virtude da invasão de produtos estrangeiros a preços impraticáveis para a produção nacional».

Verderena reúne 2.ª Assembleia

No passado sábado realizou-se, no CT do Barreiro, a 2.ª Assembleia de Organização da Freguesia de Verderena do PCP, que contou com a participação de Valdemar Santos, membro da DORS e do Comité Central.

Durante os trabalhos foi feito o balanço da actividade da organização e da frente autárquica, bem como foi eleita a nova Comissão de Freguesia, composta agora por 17 membros, metade dos quais são mulheres.

Os comunistas de Verderena consideraram, entre outras questões, a necessidade de aprofundar o trabalho junto do movimento associativo, dos reformados e dos jovens. Por outro lado, foi sublinhado o empenhamento nas próximas eleições autárquicas e manifestada confiança plena de que a CDU vai vencer novamente na freguesia para continuar a melhorar a vida das populações.

PCP/Açores exige clarificação das finanças regionais

Em recente conferência de imprensa realizada na cidade da Horta, o PCP/Açores considerou que a situação financeira da região é má «em função da política errada e incapaz que o Governo Regional tem realizado de há longo tempo».

No encontro com os jornalistas, o PCP divulgou as conclusões da reunião do secretariado da DORAA que analisou diversos aspectos da situação política da Região Autónoma e apreciou várias questões da actividade do Partido.

Os comunistas insistem na «necessidade de se discutir em profundidade um política financeira que, desde 1988, assenta no crescimento da dívida, sem garantir com essa dívida o crescimento da economia. Como foi salientado, «o PSD e o Governo optaram por gerir em 92 e anos imediatamente anteriores as finanças públicas de forma completamente selvagem, visando a manipulação eleitoral ilegítima que realizaram».

A situação presente é porém ainda mais irregular. O Governo fez aprovar recentemente um decreto legislativo regional «autorizando a apresentação do Orçamento até Abril de 1993». Entretanto, e até lá «sozinho, sem discutir nada nem dar quaisquer explica-

ções, vai governando sem lei orçamental, cortando onde e como quer e sem cumprir a lei orçamental de 1992, cumprindo esse a que está obrigado pelo regime de duodécimos».

O PCP/Açores considera que «o Governo Regional e o PSD instalaram um tipo de governação assente no mais típico autoritarismo e realizado num quadro de ilegalidade institucionalizada». Tanto assim que o Governo «não cumpre os seus compromissos, não paga as suas dívidas, não estabelece uma relação sólida nem com as empresas nem com os cidadãos».

Segundo foi afirmado, «do orçamento para 1993 já é possível nesta data saber qual é a receita fiscal, as transferências do Orçamento de Estado, as possibilidades concretas em termos de fundos comunitários». Contudo, «o que o Governo não quer dizer é o que está por pagar de 1992 e anos anteriores, pois isso implica explicar todas as imensas irregularidades da sua política e a razão do crescimento insuficiente da receita fiscal».

É nesta sequência que o PCP «apela aos órgãos institucionais, à opinião pública e aos partidos da oposição para que sejam tomadas posições firmes no sentido

de ser clarificada de imediato a situação financeira, de ser respeitada a legalidade, cumprindo-se por duodécimos a lei orçamental de 1992 e de ser acelerada a discussão do Orçamento para 1993». Para os comunistas, «governar sem Orçamento e sem cumprir as regras do orçamento anterior é um puro acto ditatorial inadmissível em democracia».

A configuração da crise

A reunião da DORAA debruçou-se ainda sobre a situação económico-social, concluindo que «a base produtiva regional continua a confrontar-se com uma situação de acentuação de dificuldades que configuram uma verdadeira crise».

O PCP recorda os atrasos do pagamento de leite na ilha do Faial, «que obrigaram os lavradores a desenvolverem uma justa e bem sucedida luta»; a situação «insólita» na pesca «com o patronato a impedir a realização de um contrato para o atum» e procurar impor a continuação de preços «por de mais baixos e a opor-se à concretização de uma garantia salarial para os pescadores». Esta política «imposta pelo grupo mono-

polista da conserva e da frota, põe em risco, com todos os custos económicos e sociais o resultado económico do enorme investimento público que foi feito no sector».

A DORAA, que apoia as acções dos sindicatos dos pescadores, reclama que o Governo aja «não como representante dos interesses desse grupo económico, mas sim como garante de que as frotas azul e vermelha sejam rentabilizadas, criando-se uma relação laboral susceptível de dar um mínimo de garantias a quem vende a sua força de trabalho».

Os comunistas açorianos defendem ainda a manutenção do complemento salarial na função pública que o Governo, ilegalmente, persiste em não processar mensalmente bem como expressam solidariedade aos trabalhadores em luta pela actualização dos contratos.

A preparação das próximas eleições autárquicas foi também analisada pelo secretariado da DORAA que vê «a acentuação de mudanças efectivas a nível do poder local» como um «imprescindível contributo para uma mudança política global na região».

É esta perspectiva que «determina a decisão da CDU concorrer em toda a Região» e leva a considerar

Autárquicas/93 debatidas em S. Miguel

A comissão de ilha de S. Miguel do PCP reuniu no passado sábado, registando 22 presenças dos vários concelhos da ilha, que aprovaram uma proposta de resolução sobre a «organização do trabalho para as eleições autárquicas/93, em S. Miguel».

O documento aprovado analisa a actual situação resultante das eleições de 1989, definindo «um quadro possível de autarquias onde a maioria aritmética das forças da oposição se pode transformar, por via de uma acertada política de alianças, formalizadas por coligações que integrem a CDU, e nomeadamente o PS, em maiorias políticas».

Num segundo ponto, analisa-se «o empenho necessário da organização do PCP em S. Miguel, no quadro da CDU, para, nas actuais desfavoráveis e redutoras condições criadas pela bipolarização PSD/PS, mesmo assim tornar atingíveis os objectivos eleitorais definidos pela CDU».

Finalmente, a reunião mandatou o executivo da comissão de ilha para nomear os responsáveis concelhios e de freguesia do PCP com vista a garantir o acompanhamento e o apoio ao processo de formalização das várias candidaturas.

Os presentes analisaram ainda a situação social e política na região, aprovando uma moção de repúdio pelo despedimento massivo de trabalhadores quer no sector privado como no público e contra os salários em atraso, nuns casos desde Dezembro de 92 e noutros desde Janeiro do corrente ano, caso da SRHOPTC (antiga SR da Habitação e Obras Públicas).

A reunião terminou com um convívio, que contou com meia centena de participantes, comemorativo da passagem do 72º aniversário do PCP.

como «positivas todas as iniciativas que possam visar o estabelecimento de coligações, nomeadamente com o Partido Socialista». Neste quadro, segundo foi anunciado, o PCP/Açores irá «con-

tinuar a preparação das candidaturas CDU, dando ao mesmo tempo valor e atenção a todas as possibilidades de negociação com vista ao estabelecimento de coligações».

Encontro da CDU analisa desenvolvimento do Barreiro

O Encontro da CDU/Barreiro, realizado no final de Fevereiro fez o balanço de três anos de mandato, aprovou as linhas de estratégia de desenvolvimento do concelho para os próximos anos e apresentou as linhas de actualização para a pré-campanha e campanha eleitoral, que visam fundamentalmente manter e reforçar as posições da CDU em todos os

órgãos autárquicos do concelho.

As linhas de estratégia de desenvolvimento do concelho prevêem um «espaço urbano de qualidade, no seio da AML e como pólo de dinamização na margem Sul do Tejo, em articulação com os concelhos vizinhos (Seixal, Moita, Montijo e Palmela)»; a criação de condições para a «instalação e desenvolvimento de novas

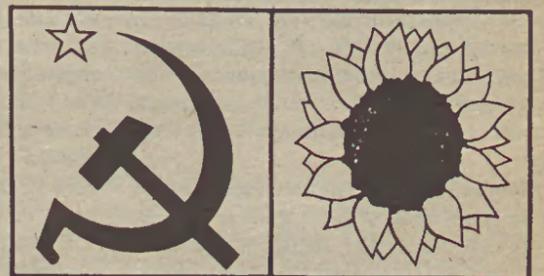
actividades industriais tecnologicamente mais avançadas, comércio e serviços de qualidade»; a formação de uma «estrutura urbana que responda às necessidades das populações em habitação, equipamento e infraestruturas e que constitua um meio dinâmico, estimulante e ambientalmente saudável, onde frutifiquem as inovações e as oportunidades de valorização pessoal».

O balanço efectuado critica o Governo PSD pela não aplicação da Lei das Finanças Locais, que privou a autarquia de mais de meio milhão de contos, bem como pelo incumprimento da comparticipação no passe intermodal, lesando os transportes colectivos municipais em 120 mil contos por ano.

Apesar destas dificuldades a edilidade levou à prática a

reorganização dos respectivos serviços, procurando adaptá-los realidade e aumentar a sua capacidade de resposta. Saliente-se também a conclusão do Plano Director Municipal que está agora em fase de discussão com a população e que será o

instrumento fundamental do ordenamento do território. Foram igualmente destacadas várias obras no melhoramento da rede viária, a construção do mercado abastecedor e outras realizações de grande importância para as populações.



Células de empresa reúnem em Maio

No âmbito das conclusões da 5.ª Assembleia de Organização, o Executivo da Comissão Concelhia do Barreiro do PCP decidiu realizar no dia 15 de Maio de 1993, no Centro de Trabalho Concelhio, um Encontro de militantes das Células de Empresa.

Segundo as referidas conclusões, todo o Concelho do Barreiro sofreu alterações profundas no seu tecido socioeconómico, em consequência do desmantelamento do Complexo Industrial da Quimigal e do surgimento de novas estruturas empresariais de pequena dimensão, na área de serviços e de alguns grandes concentrados de comércio, os quais introduziram expressivas mudanças nas relações económicas, sociais e laborais.

Ao mesmo tempo, como resultado do largo desemprego gerado, as organizações do Partido sofreram, nas empresas, drásticas reduções de efectivos.

O Encontro de militantes visa proceder a um amplo debate, à luz da nova realidade, que permita encontrar propostas concretas para a melhoria e intensificação da actividade do Partido e da sua ligação aos trabalhadores.

Tendo ainda em conta as eleições autárquicas e a sua importância no contexto da luta política por uma alternativa democrática, o Encontro deverá estudar as formas de intervenção das Células de Empresa, nessa grande batalha política e eleitoral.

A comissão preparatória do Encontro, num documento de trabalho que está a ser distribuído, propõe o envolvimento dos militantes no trabalho preparatório (através de reuniões dos Secretariados de Célula, Plenários de Célula, contactos individuais), no sentido de fazer o levantamento da realidade das Células do Partido, nas empresas, em todas as suas vertentes: organização do Partido, estruturas dos trabalhadores, lutas, etc.

O já referido documento aponta um conjunto de tópicos para ajudar a discussão nas diversas organizações, e fazer o levantamento do real tecido social do concelho bem como das alterações verificadas.

Os tópicos propostos incidem particularmente, sobre a estruturação, o acompanhamento, o funcionamento e ligação das Células aos trabalhadores; o papel da informação aos tra-

balhadores, na transformação da consciência social; as questões dos apoios às Células; do trabalho entre os quadros técnicos; das possibilidades de trabalho organizativo, das potencialidades e vantagens de venda e leitura do «Avante!»; recrutamento de novos militantes.

No plano sindical, o papel das células de empresa e dos activistas sindicais, no reforço do MSU e a sua ligação aos trabalhadores, em particular no sector de serviços, com trabalho precário, no reforço do trabalho de acompanhamento do Partido junto dos activistas eleitos para as CTs e comissões sindicais, e nas medidas concretas para impulsionar e intensificar a luta de massas pela satisfação das justas reclamações dos trabalhadores, pela solidariedade e pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

No essencial, o Encontro irá procurar habilitar a Comissão Concelhia e melhorar o seu trabalho de direcção na luta dos trabalhadores por uma nova política e por uma alternativa democrática à actual ofensiva contra os seus direitos e aspirações.

8 de Março no Parlamento

PCP quer eliminar discriminações e garantir igual tratamento no trabalho

Contribuir para a eliminação das discriminações que atingem as mulheres, garantindo nesse sentido o direito à igualdade de tratamento no trabalho e emprego, constitui a trave mestra de um projecto de lei sobre esta matéria apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP e submetido terça-feira à apreciação da Câmara. Para os autores do diploma, apreciado no dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, trata-se de um contributo para o aperfeiçoamento do sistema legal vigente, tornando possível a desobstrução do "caminho da igualdade e da democracia paritária" - um tema central da luta das mulheres portuguesas - , caminho esse que está ainda, como foi amplamente demonstrado, cheio de obstáculos.

Situação exemplar quanto às discriminações existentes, que alastram como é sabido nos mais variados locais de trabalho, mesmo na Administração Pública, é certa-

mente o caso do Banco Comercial Português, instituição bancária onde o número de mulheres em exercício, como recordou no debate a deputada comunista Odete Santos, se situa na casa dos 0,74 por cento, o que corresponde a 22 num universo de 2946 trabalhadores de ambos os sexos.

Um caso que tem sido objecto de insistentes denúncias por parte do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas e sobre o qual, inclusive, já se pronunciou o Provedor de Justiça, ao considerar em despacho que as normas existentes eram suficientes para que a Inspeção Geral do Trabalho exercesse os seus poderes de fiscalização.

Significa isto que do ponto de vista do Provedor de Justiça, igualmente partilhado pelas organizações sindicais, não seria necessária a detecção de uma violação caso a caso das normas vigentes para que a Inspeção do Trabalho actuasse, ou seja, não



Agir, mobilizar e informar, continuam a ser vectores essenciais na acção das organizações femininas

seria necessário identificar uma trabalhadora em concreto que tivesse sido alvo de discriminação.

Dado que o procedimento das entidades responsáveis não tem sido esse, neste contexto, ganha por conseguinte relevância o diploma subscrito pela formação comunista, destinado precisamente a obviar ao argumento dos que

invocam a inexistência de legislação que efective o direito à igualdade de tratamento consagrado na Constituição e em Convenções, recomendações e directivas internacionais.

No seu articulado, o projecto estabelece que não é precisa a verificação de práticas discriminatórias relativamente a uma trabalhadora em concreto para que se verifique um ilícito contravençional punível com multa, definindo simultaneamente como postulado a "inversão do ónus da prova".

A legitimidade das associações sindicais poderem propor acções judiciais visando declarar a existência de práticas discriminatórias, ainda que nenhuma trabalhadora em concreto, vítima daquelas práticas, se apresente a reclamar, constitui outra das ideias-chave desta iniciativa legislativa comunista, na qual se prevê também a "indispensabilidade de o empregador justificar, nomeadamente, que só critérios objectivos justificam desproporções consideráveis entre a taxa de feminização existente nos seus serviços e a taxa

nidade, apresentados pelo PS e pela UDP; um projecto do PCP relativo à igualdade no trabalho e no emprego e um outro também da sua autoria relacionado com o reforço dos direitos das associações de mulheres; um projecto de lei do Partido "Os Verdes" referente à alteração da imagem feminina nos manuais escolares; e, por fim, um subscrito pelo PSD que prevê medidas de apoio a crianças de famílias monoparentais.

E se a pressão, desta feita, resultou, não é menos verdade que ela não se pode confinar ao 8 de Março. A experiência recente mostra que é necessário uma acção permanente e insistente das organizações femininas junto do Poder e de informação e mobilização junto das mulheres.

Dia Internacional da Mulher Uma luta de todos os dias!

Ao propor em conferência de líderes o agendamento para terça-feira passada do seu projecto relacionado com uma legítima reivindicação das mulheres, o PCP quis assinalar de forma condigna, conferindo-lhe simultaneamente um conteúdo prático e concreto, a passagem de mais um 8 de Março.

Tratou-se, de resto, de corresponder ao apelo lançado pelas organizações femininas que vinham exercendo acções de pressão, sob as mais variadas formas, no sentido de que fossem agendados e votados diplomas há muito pendentes na Assembleia da República.

Estão neste caso, recorde-se, dois projectos de alterações à Lei da maternidade/pater-

Transformação do LNETI Um ataque brutal à investigação

"Criminosa e irresponsável", assim classificou o deputado comunista José Calçada a política governamental de desresponsabilização do Estado no domínio científico e da investigação. A acusação foi feita na passada sexta-feira a propósito do diploma que define os termos que presidem à transformação do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI).

Chamado à ratificação pela bancada comunista, o diploma em causa constitui nos seus objectivos, de acordo com a perspectiva expressa por José Calçada, "um ataque violento a uma estrutura científica de créditos firmados, promovendo o seu desmembramento, incentivando a dispersão do seu pessoal científico e dos seus investigadores, atirando outros para o quadro de disponíveis, entregando ao sector privado departa-

mentos mais apetecíveis no plano dos lucros imediatos e, finalmente, forçando ao estabelecimento com o sector privado de protocolos ditos de «cooperação», autênticas operações de «branqueamento dos dinheiros públicos».

Não poupando críticas a uma política que considerou subordinada a "interesses antinacionais e anticientíficos", o parlamentar comunista interpretou ainda este decreto-lei como a expressão de um "conflito de fundo" entre o Governo e a comunidade científica nacional, assumindo no caso vertente com uma "desnecessária brutalidade" que decorre em sua opinião de uma "falta de formação de base que naturalmente desagua na preservação da regra da maioria".

Acusando-o de "má-fé e de irresponsabilidade" na forma como conduziu todo este processo - numa autêntica «crô-

nica de uma morte anunciada", segundo disse - José Calçada sustentou ainda a completa falta de razão do Governo, na medida em que, observou, as medidas propostas não "assentam em quaisquer razões de eficácia".

A este propósito assinalou que os trabalhadores do LNETI, e particularmente os investigadores, de há muito vêm reclamando a "cada vez mais urgente necessidade de melhorar o funcionamento do Laboratório", uma exigência que partiu deles e não do Governo e que encontrou deste, como resposta, "um progressivo estrangulamento financeiro da instituição", testemunhado pelo facto de no Orçamento do Estado para 1993 apenas ter sido transferido o valor de 60 por cento dos vencimentos, quando essa percentagem havia sido de 90 por cento em 1992.

Hoje, por iniciativa do PCP Política educativa em debate

A Interpelação ao Governo que o Grupo Parlamentar do PCP realiza hoje, centrada na política educativa, surge no momento certo

De facto, a situação que actualmente se vive no sistema educativo, de grave crise a todos os níveis, não permite ao Governo esconder as consequências nefastas de treze anos de responsabilidade do PSD pela pasta da Educação.

Para onde quer que nos voltemos só encontramos descontentamento e contestação à política educativa do Governo

A política de alienação de responsabilidades do Estado em relação ao Ensino Público e de desvalorização da escola pública, as limitações no acesso ao ensino e ao sucesso escolar por parte das camadas sociais mais desfavorecidas, a irresponsabilidade e o autoritarismo no lançamento de uma pseudo-reforma educativa; a manutenção de uma distância enorme entre Portugal e os países europeus mais desenvolvidos ao nível dos principais indicadores educativos, como salientou em declarações ao

mesmo ramo de actividade". Entre as disposições previstas nas alíneas do diploma contam-se ainda, entre outras, a obrigação de manutenção por parte dos empregadores, durante cinco anos, dos registos necessários ao apuramento da existência de práticas discriminatórias e o registo na Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) de decisões que tenham declarado a existência de violação do direito à igualdade de tratamento.

"Lei dos disponíveis" Reduzir despesas sem olhar a meios

Jerónimo de Sousa demonstra como é falacioso o argumento da modernização invocado pelo Governo e como o real objectivo deste é apenas, numa lógica privatizadora, diminuir "despesas" à custa dos trabalhadores a alijar as responsabilidades e funções sociais do Estado

O Grupo Parlamentar do PCP renovou as suas acusações ao Governo de pretender com a chamada Lei dos Disponíveis - Lei dos Excedentes ou dos Despedimentos, como é conhecida entre os trabalhadores - não uma qualquer reestruturação ou modernização da Administração Pública, mas tão-só uma diminuição das despesas a qualquer preço, independentemente dos custos sociais.

A questão voltou a ser alvo das atenções na passada semana, na sequência de um pedido de ratificação do diploma apresentado pela formação comunista, acabando o debate por evidenciar as contradições e receios do Governo, confrontado a tentativa de iludir o essencial do que está em jogo e o propósito de levar por diante a aplicação do diploma.

Só assim se compreende, aliás, que Manuela Leite, secretária de Estado do Orçamento, colocada perante as acusações feitas por Jerónimo de Sousa, insistindo embora na alegada "modernização", de que um dos instrumentos seria a "mobilidade" dos trabalhadores, tenha negado intenções do Governo em despedir, entrando assim em nítida contradição com posições anteriormente defendidas por outros membros da equipa dirigida pelo Cavaco Silva.

Ora a questão que se coloca - e este foi um dos aspectos centrais avançados por Jerónimo de Sousa para o qual o Governo não deu resposta - é saber que mobilidade é esta. Por outras palavras: mobilidade, mas para onde, quando é públi-

"Avante!" o deputado António Filipe, são traços caracterizadores da política educativa do PSD que comprometem gravemente as possibilidades de desenvolvimento nacional e penalizam severamente os jovens portugueses.

Por outro lado, acrescentou, é hoje "poderosa a contestação que se manifesta em relação às medidas mais gravosas em que esta política se traduz e são cada vez mais as vozes, de estudantes, de docentes, de pessoal não docente, de pais e encarregados de educação, que se pronunciam abertamente contra a política do PSD, hoje protagonizada pela acção repente do Ministro Couto dos Santos e exigem uma política educativa diferente da que tem sido seguida".

A Interpelação será por conseguinte um importante momento de debate sobre a situação da Educação em Portugal e sobre as políticas necessárias para ultrapassar a crise que hoje afecta o sistema.

Será mesmo, sem dúvida, o debate mais importante do ano parlamentar sobre as questões educativas. Mas

importa ainda salientar que o trabalho relacionado com esta Interpelação não se limitou à realização do próprio debate.

Como frisou António Filipe, nas últimas semanas, o Grupo Parlamentar do PCP tomou a iniciativa de se dirigir a um conjunto significativo de entidades directamente intervenientes no sistema educativo com o objectivo de proceder a uma recolha de elementos e opiniões que permitam aprofundar o diagnóstico da situação educativa em Portugal.

Foi assim possível realizar nos últimos dias diversas visitas a escolas e efectuar reuniões com Reitores de Universidades (Lisboa, Coimbra, Évora, Minho), com sindicatos de professores de quase todo o país (FENPROF, SPN, SPRC, SPGL, SPZN), com Associações de Pais (FERSAP), com as Associações Académicas de Coimbra e de Lisboa, com o Conselho Nacional de Educação, com as Câmaras Municipais de Lisboa e de Évora, entre outras entidades.

co que todos os ministérios dizem querer reduzir o respectivo quadro de pessoal?

Acresce ainda, como observou Jerónimo de Sousa - e esta foi outra contradição não esclarecida por Manuela Leite - , que não é possível efectuar qualquer modernização sem investimentos e sem formação.

"Como se pode defender a melhoria da prestação dos serviços - inquiriu a propósito o deputado comunista - quando está indiciado para reduzir a acção directa do Estado na satisfação das necessidades colectivas e uma rede mínima de serviços, encerrando escolas e infantários, extinguindo serviços, privatizando equipamentos de saúde e da segurança social, restringindo drasticamente os orçamentos dos serviços públicos?"

A este respeito não deixam de ser paradigmáticos, como assinalou Jerónimo de Sousa, os casos dos Ministérios da Segurança Social e da Agricultura, o primeiro, à beira de ter demitido os efectivos administrativos no quadro de exceções, estão 20 por cento aquém das reais necessidades dos serviços; o segundo, com a "confusão e a instabilidade" instalada, deixando incerto o futuro de 10 mil funcionários, numa "altura em que mais do que nunca era necessário uma aproximação dos técnicos aos agricultores".

Na ocorrência da "lógica de privatização" perfilhada pelo PSD, o que está verdadeiramente em causa com este diploma não é pois o objectivo de modernizar os serviços do Estado para melhor servir os cidadãos, mas sim, como concluiu Jerónimo de Sousa, "diminuir despesas exclusivamente à custa dos trabalhadores, enfraquecer as funções sociais do Estado e transferir para entidades privadas importantes e estratégicas infra-estruturas e departamentos públicos".

País mergulha na recessão económica

— Octávio Teixeira responsabiliza o Governo PSD e defende uma nova política distinta nos objectivos e orientações

A situação económica e social voltou a ser tema em destaque nos trabalhos parlamentares. Numa das sessões plenárias da passada semana, em declaração política produzida no período antes da ordem do dia, o assunto veio à baila pela voz do líder da bancada comunista. Rigoroso e completo, o retrato feito sobre a realidade nacional acabou por se constituir num verdadeiro libelo acusatório. No banco dos réus, uma política com a marca do PSD de Cavaco Silva que Octávio Teixeira não hesitou em apontar como responsável pela actual crise económica, por uma situação social que se degrada a passos largos e por uma sucessão de escândalos de corrupção e de irregularidades na utilização de fundos públicos e comunitários.

Dessa crise falou desenvolvimento do dirigente comunista, pondo em evidência o facto de ela ter mergulhado o País numa "recessão económica", que ninguém de bom senso ousa questionar, recessão que teve o seu início na agricultura e nas pescas, que rapidamente alastrou à indústria, ao turismo e ao sector da construção, espreitando já ameaçadoramente "alguns sectores dos serviços e, a prazo, o próprio sector financeiro".

Os exemplos citados por Octávio Teixeira são conclusivos: "A diminuição da produção nacional é extensiva a todos os sectores da actividade directamente produtiva. A taxa de utilização da capacidade instalada na indústria transformadora atingiu o nível mais baixo dos últimos seis anos e, à excepção do sector automóvel, não haverá hoje, provavelmente, nenhum ramo da indústria em que se não registre diminuição da produção.

"A generalidade da cada vez mais reduzida produção agrícola não encontra escoamento.

"O alojamento turístico do País é ofertado no estrangeiro a autênticos preços de saldo.

"As exportações portuguesas perdem quotas de mercado, apesar da diminuição dos

preços e da redução significativa das margens das empresas exportadoras.

"A taxa de penetração das importações aumenta em progressão geométrica, isto é, as empresas e produções nacionais perdem igualmente quotas do mercado nacional".

Um quadro, pois, suficientemente impressionante, capaz de explicar as razões pelas quais o Produto Interno Bruto está a registar uma evolução negativa, o investimento produtivo em bens de equipamento estagna e as encomendas em carteira nas empresas nacionais estejam a diminuir.

Como corolário desta recessão económica - foi ainda Octávio Teixeira a lembrá-lo, no que é um testemunho evidente do falhanço das orientações do Executivo - , ai está, o encerramento de empresas, o crescimento do desemprego, o avolumar das situações de salários em atraso e a degradação acentuada da situação social com o alastrar da insegurança e a multiplicação das bolsas de pobreza e das exclusões sociais.

Mas o discurso do dirigente do PCP foi ainda uma achega útil para a compreensão das causas que explicam a crise actual, causas que no seu entender, sem esquecer "a evolução negativa das economias internacionais", devem ser

imputadas de forma inequívoca às políticas dos governos do PSD".

Explicando o seu ponto de vista, Octávio Teixeira recordou a este respeito a "ausência de uma estratégia nacional para a evolução da economia portuguesa"; a manutenção em moldes iguais à que existia em 1986 de uma estrutura produtiva incapaz de concorrer com a concorrência externa; a "nefasta venda de períodos de transição essenciais para a defesa e adaptação da agricultura portuguesa"; a antecipação da "total liberalização dos movimentos de capitais e da comprovadamente precipitada e inadequada integração do escudo no mecanismo de taxas de câmbio do SME"; os privilégios concedidos aos "sectores especulativos e financeiros em prejuízo e à custa das actividades produtivas"; a "desastrada política de revalorização artificial do

escudo"; e, por último, a "opção cega pela política deflacionista de convergência nominal a todo o custo, contra tudo e contra todos".

Tudo razões, no fim de contas, para uma nova política que, como disse Octávio Teixeira, seja distinta nos seus objectivos e orientações fundamentais, isto é, uma política empenhada na criação de bases sólidas para o desenvolvimento económico e social do País, em vez de se subordinar às imposições da convergência nominal e da União Económica e Monetária" e que coloque no centro das preocupações nacionais "a indispensável e adequada resposta à realidade de uma economia cada vez mais frágil e dependente, de uma estrutura produtiva atarracada e de um tecido empresarial sem condições de competitividade com a concorrência externa".

Política económica PCP propõe debate

O Grupo Parlamentar do PCP propôs ao Presidente da Assembleia da República a realização, ao abrigo de disposições regimentais, em plenário, de um debate de urgência sobre política económica. Na origem desta solicitação estão as declarações recentemente proferidas pelo ministro das Finanças na tomada de posse de um novo administrador do Banco de Portugal. Na ocasião, recorde-se, Braga de Macedo criticou directamente a actuação do Banco de Portugal e manifestou a sua discordância relativamente às orientações no domínio das taxas de juro, acusando a autoridade monetária de menosprezar os sinais negativos da economia real.

Considerando-as no mínimo "inusitadas", estas declarações são na perspectiva da bancada comunista a confirmação da "situação de crise de economia portuguesa", ainda há pouco negada pelo ministro, atestando simultaneamente a desorientação do Governo.

Nessa medida, para a formação comunista, tais declarações suscitam, entre outras, a questão da responsabilidade política pela orientação da política macroeconómica do País, razão pela qual do seu ponto de vista urge debater esta matéria em plenário com a presença do ministro das Finanças.

Angola e África do Sul Caminhos cruzados e solidários

"A gravíssima, a intolerável situação de desafio ao Direito Internacional criada pelo comportamento criminoso do presidente da Unita é acompanhada com apreensão crescente, uma apreensão que roça pela angústia, por aqueles que na África do Sul estão empenhados em lançar os alicerces de uma sociedade democrática livre de todas as sequelas do racismo". As palavras são do deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues e foram proferidas há dias numa intervenção subordinada à análise do processo de mudanças sociais e políticas em curso na África do Sul.

Ao estabelecer esta ligação, numa análise fundada sobretudo a partir da observação dos factos e dos contactos por si estabelecidos no decorrer de uma recente viagem à África do Sul, Miguel Urbano Rodrigues quis legitimamente realçar a íntima e recíproca relação entre o evoluir da situação sul-africana e o desfecho da crise angolana.

"O futuro da África do Sul será influenciado pelo desfecho da crise angolana. A inversa é ainda mais evidente.

O futuro de Angola será condicionado decisivamente pelo êxito ou pelo malogro do projecto de mudança que, a concretizar-se, fará de 30 milhões de negros sul-africanos sujeitos da história da sua pátria", assinalou o deputado do PCP, depois de ter chamado a atenção momentos antes para uma resolução do ANC sobre Angola onde se responsabiliza totalmente a Unita pela guerra criminosa desencadeada após a sua derrota eleitoral.

Mas foi dessa luta para pôr cobro a um sistema político, económico e social desumano, "ideologia racista que hierarquizava os homens de acordo com a origem étnica e a cor da pele", que Miguel Urbano Rodrigues mais detalhadamente centrou a sua

intervenção, referenciando a dado passo os efeitos que classificou de "trágicos" dessa aberração que dá pelo nome de apartheid.

"Pertence à República da África do Sul o recorde de violência no planeta: 53 assassínios diários. A miséria, a ignorância, a doença alastram nas townships que envolvem belas cidades criadas para tornar os brancos mais ricos, mais egoístas, mais distantes", observou o orador, concluindo que "sete milhões de desempregados confirmam também, no terreno económico, a derrota do projecto cruel e irracional de separação dos homens por raças".

E se o futuro reserva ainda muitas incertezas, do que não restam dúvidas no entender de Miguel Urbano Rodrigues é quanto ao desfecho do apartheid - o "sistema está no fim, agoniza", de acordo com as suas palavras -, acrescentando que esta realidade é de tal modo inevitável que a esmagadora maioria dos sul-africanos brancos já se "habitou a ideia de que o próximo presidente do país será Nelson Mandela se o ANC vencer as próximas eleições, o que é tido como certo".

Recordadas pelo deputado comunista foram ainda as palavras de solidariedade que transmitiu ao ANC em nome do PCP na Conferência de Solidariedade Internacional realizada em Joanesburgo, palavras que, disse, foram de "apoio, confiança e admiração" pela "luta exemplar, heróica, travada por milhões de sul-africanos, sob a direcção do ANC, para que na África do Sul, banido o racismo sob todas as suas formas, sejam criadas condições para que negros, brancos, mestiços, indianos possam viver em democracia".

TRABALHADORES

O Governo destrói a CP

Reunida recentemente, a Coordenadora Nacional dos Ferroviários Comunistas, depois de analisar e debater «as consequências resultantes da política destruidora do Governo Cavaco Silva/PSD para a CP», concluiu:

«Esta ofensiva contra o caminho-de-ferro português iniciada há vários anos já tirou, com o encerramento de 1000 quilómetros de linhas, o combóio a cerca de meio milhão de portugueses que vivem no interior do País, agravando assim o isolamento dessas populações.

«As consequências directas e indirectas desta política têm vindo, gradual e negativamente, a reflectir-se na vida dos trabalhadores ferroviários, verificando-se hoje uma rápida e perigosa ofensiva contra

todos os direitos dos ferroviários, com especial destaque para o direito ao trabalho.

«O CG (conselho de gerência), a mando do Governo, tem vindo a criar, através dos dinheiros públicos, diversas empresas que actuam na área ferroviária, desmantelando assim a CP, mas cujo objectivo final é a privatização, que significará mais dificuldades para os trabalhadores e maior e mais fácil lucro para a meia dúzia de «clientes» do Governo PSD e do CG da CP.

«Para alcançar esse fim, o CG tem lançado mão de todos os métodos, particularmente através da coacção psicológica, perseguição e intimidação sobre os ferroviários, ao retirar-lhes o direito ao trabalho, atra-

vés dos chamados «excedentários», e agora com a insegura e insuficiente «pré-reforma».

«O CG, perante a luta e resistência que os ferroviários têm desenvolvido há vários anos, onde se destaca a luta contra a ASMCP, lançou recentemente mão, uma vez mais, das organizações "amarelas e laranjas", ditas sindicais, que ajudou a criar, para lhes assinarem o referido acordo, que no fundamental visa retirar gradualmente direitos aos trabalhadores da CP, da EMEF e restantes empresas ferroviárias.

«Os ferroviários comunistas, perante esta realidade, condenam e repudiam a política do Governo executada pelo CG, que está a destruir a função social do transporte ferroviário no desenvolvimento do País e a lançar milhares de ferroviários na incerteza quanto ao seu futuro.

«Os ferroviários comunistas, junto dos órgãos institucionais (AR, Autarquias, Governo e outros), através dos seus deputados e autarcas, ou pressionando o Governo, vão intensificar a sua acção no senti-

do de travar as ilegalidades e injustiças que a política do Governo Cavaco Silva está a provocar nos ferroviários e populações.

«Os ferroviários comunistas, perante o assalto do Governo e do CG aos direitos económicos, sociais e sindicais dos trabalhadores, apoiados nos sindicatos fantoches, consideram que a alternativa e a resposta mais eficaz dos ferroviários está no reforço da unidade e da acção de todos os trabalhadores.

«Assim, esta unidade deve servir de imediato para defender todos os

direitos contidos na AE, quer seja da CP, quer seja da EMEF ou nas restantes empresas ferroviárias e é, por outro lado, imprescindível ao avanço da luta por melhores salários e condições de trabalho.

«Abandonar as organizações fantoches, que venderam os direitos dos ferroviários ao CG, e reforçar a sindicalização nos sindicatos ferroviários da CGTP-IN, para dar mais força à luta da Federação é, em nosso entender, a melhor garantia da defesa dos direitos de todos os ferroviários.»

Greves e manifestações em Seia

Com três meses de salários em atraso, os cerca de 700 trabalhadores da Fisel, fábrica de têxteis de Seia, voltaram à greve a semana passada. A paralisação de trabalho por tempo indeterminado destina-se a protestar contra uma situação que se prolonga há mais de dois anos.

Os compromissos, obtidos do patronato com uma

greve anterior, não foram satisfeitos. Em 24 de Fevereiro, várias centenas de trabalhadores desfilaram em manifestação desde a empresa até à Câmara Municipal onde exigiram medidas adequadas à situação. Dois dias depois, os trabalhadores efectuaram nova manifestação, dirigindo-se então à Assembleia Municipal, que estava reunida na

sala do cinema da localidade. O presidente da AM e um representante de cada partido constituíram uma comissão para intervir na resolução do assunto.

Em 1 do corrente, os trabalhadores voltaram a concentrar-se junto da empresa e da Câmara local onde decorria uma reunião para análise e debate da situação laboral e económica da

Fisel, a unidade industrial que mais gente emprega naquela zona da serra da Estrela.

As dificuldades da empresa relacionam-se, ao que parece, com um elevado montante de dívidas à Segurança Social.

Os trabalhadores não aceitam a retirada de regalias por causa dessa situação.

Transportes

Protesto da USL

Sob o título «Aumentaram os Transportes, População Mais Pobre», a União dos Sindicatos de Lisboa (USL/CGTP) emitiu em 3 do corrente o seguinte comunicado:

«A população de Lisboa está a ser confrontada com o aumento do preço dos transportes, determinado pelo Governo.

«Anunciado como um agravamento de 7 por cento, este é, na prática e na generalidade dos casos, ultrapassado em muito.

«Esta decisão do Governo, na linha de outras anteriormente tomadas (8 e 12 por cento na habitação, por exemplo) contrasta injustamente com as tentativas de imposição de um tecto salarial muito abaixo da inflação. Contraste ainda mais injusto, quando o salário mínimo nacional, que já

devia estar actualizado, ainda não o foi, apesar da exigência da CGTP-IN.

«A população fica realmente mais pobre! Sobre tudo daqueles que, auferindo salários muito baixos, ou o salário mínimo nacional, vivendo no limite da coroa de transportes, consomem no passe mais de 10 por cento do seu salário.

«Cada vez mais longe das médias europeias, cada vez menos qualidade de vida, os portugueses precisam duma nova política de rendimentos e preços, exigem uma nova política.

«A Comissão Executiva da USL, ao manifestar o seu protesto contra esta política anti-social, reafirma a decisão de promover a mobilização dos trabalhadores e da população para a luta por uma nova política em que a justiça social impere.»



O emprego feminino sofre grande redução

Uma condenável operação na Sanjo

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte considera «uma condenável e inadmissível operação» os evidentes sinais de estar em curso «um processo de falência fraudulenta» na Sanjo-Indústrias de Calçado e Chapelaria, SA, de S. João da Madeira. A administração, que tem mantido salários em atraso nos últimos meses, prepara, segundo o Sindicato, «o encerramento da empresa com o mínimo de custos». Num lacónico comunicado, os administradores apelam «mais uma vez aos trabalhadores para que compreendam a situação actual e apoiem a empresa neste seu momento particularmente difícil».

O Sindicato recorda que em 27 de Fevereiro de 1991 foi «alienado o valioso património imobiliário da empresa» e que os cerca de 300 trabalhadores deparam hoje com «uma situação de iminente perda dos seus postos de trabalho, sem qualquer hipótese de serem indemnizados nos termos que a lei estabelece».

Entretanto, a prática dos salários em atraso obriga os trabalhadores a rescindir os seus contratos individuais de trabalho.

No entender do Sindicato, o Ministério do Emprego e Segurança Social deve intervir «no sentido de apurar responsabilidades pela situação criada, sem prejuízo de os sindicatos recorrerem às vias judiciais».

Despedimentos na CELBI

A Celbi «está a executar friamente um plano de despedimentos». A Comissão Concelhia da Figueira da Foz (PCP) revelou no princípio deste mês que «a empresa está a reduzir drasticamente os postos de trabalho». A troca de indemnizações — a alternativa seria a extinção do emprego —, os administradores forçam os trabalhadores à rescisão dos seus contratos.

A Comissão Concelhia do PCP recorda que ao longo dos anos a Celbi foi uma empresa próspera, que obteve milhões de contos de lucro, graças ao esforço

empenhado dos seus trabalhadores. Foi, aliás, utilizando esse sentimento de responsabilidade colectiva, que a empresa conheceu de facto «estabilidade social», fazendo da Celbi «quase uma ilha» no panorama empresarial do concelho.

A Concelhia, que manifesta solidariedade aos trabalhadores da Celbi, lembra que a empresa beneficiou de «milhares de contos de isenções fiscais» e foi «altamente favorecida no contexto do tecido empresarial, regional e mesmo nacional».

O Governo é responsabilizado por esta situação

Greves

Com uma adesão média nacional de 55 por cento pararam em 2 do corrente por 24 horas os trabalhadores da construção civil e obras públicas. Por aumentos salariais, redução do horário de trabalho, condições de higiene e segurança e pagamento de salários em atraso, a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore (CGTP-IN) refere 21 locais de trabalho onde as adesões, exceptuando duas (Scal, 60 por cento e Manuel Gonçalves, 71 por cento), atingiram valores acima dos 80 por cento. No Porto, os trabalhadores concentraram-se na Praça da República e desfilaram em manifestação até à sede da associação patronal.

Entretanto, entravam em greve por tempo indeterminado os pescadores de Peniche, Nazaré e Ericeira. Há mais de um ano que continua a baixa do preço nas lotas, sem que essa baixa tenha correspondência na venda ao público.

Em defesa de várias reivindicações, anunciaram também a entrada em greve os trabalhadores da Marconi, a partir de 8 do corrente.

Pelo pagamento de retroactivos e outras reivindicações, estiveram também em greve os enfermeiros dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Rectificação

A reportagem que publicámos na semana passada sob o título «Uma viagem e tantos caminhos», dedicada à ligação do PCP com a Zona Oriental de Lisboa e «ciceroneada» pelo dirigente do PCP, António Dias Lourenço, padeceu de algumas incorrecções, próprias de quem se põe a fazer história em andamento. Assim, em relação às referências ao camarada Militão Ribeiro, este foi, de facto, preso em Novembro de 1942 na casa clandestina assinalada no texto, mas ainda seria libertado pela amnistia de 1945 e preso novamente em 1949, com Álvaro Cunhal, morrendo então nesse encarceramento. Quanto ao quarto de 3º andar onde Militão Ribeiro e Dias Lourenço assistiram ao corropio das carrinhas da PIDE transportando grevistas para a Mitra, situava-se no Largo dos Caminhos de Ferro e não no Beato, enquanto as *carroças baixinhas* que serviram para transportar a tipografia clandestina da doca do Poço do Bispo para Rio de Mouro, chamavam-se, em rigor, «carroças de caixa baixa».

Finalmente, o camarada José Moreira é que foi assassinado pela PIDE e não José Gregório, que morreu em Praga, enquanto o «pretenso» Fernando Galacho se chamava, evidentemente, Francisco - o Chico Galacho.

Aqui ficam as devidas correções e o pedido de desculpa aos nossos leitores.

O movimento juvenil e a JCP

A participação dos jovens na sociedade

O movimento juvenil português é largamente caracterizado no projecto de Resolução Política posto à discussão entre os militantes da Juventude Comunista Portuguesa — JCP — na preparação do seu próximo IV Congresso: nas escolas do ensino secundário e superior, no associativismo de base local, no associativismo popular ou dos trabalhadores-estudantes, em diversos movimentos de opinião, de intervenção cultural ou ambiental, em defesa da paz, no papel do Conselho Nacional de Juventude — estes são alguns dos múltiplos aspectos que demonstram ser hoje multifacetado o modo e o grau de participação dos jovens portugueses na vida política e social do país.

Tema para um curto debate com três elementos da Direcção Nacional da JCP: Jorge Amador, Ricardo Pena e Bruno Neves. Uma conversa franca que dá conta do papel da JCP neste movimento juvenil e das mudanças que ocorreram entre os quatro anos que passaram desde o último Congresso da organização dos jovens comunistas.

Começaria por vos pedir uma síntese que diferencie a actual situação do movimento juvenil com o que se passava há quatro anos, aquando do anterior Congresso da JCP. Onde é que há maior participação juvenil, o que é que hoje mais mobiliza os jovens, o que é que, no entanto, deixou eventualmente de os mobilizar?

Jorge Amador: Os próprios documentos em discussão para o Congresso afirmam que há uma alteração muito significativa na evolução do movimento juvenil. Temos um primeiro período que vai até às eleições legislativas de 1991, quando o PSD repete a maioria absoluta, para depois existir uma grande modificação do movimento juvenil, a que não é alheio o conjunto de lutas ou acções como as relacionadas com a solidariedade com Timor, o movimento contra a PGA e pelo acesso ao Ensino Superior e ainda por todo o processo de luta contra o aumento das propinas que envolve ainda os estudantes do ensino superior.

Será ainda de sinalizar, apesar da época que vivemos caracterizar-se pelo recrudescimento dos vínculos de trabalho de extrema precariedade, a excelente inserção dos jovens trabalhadores no processo de luta, sendo ainda deficiente a sua participação ou organização em torno de estruturas e iniciativas concretas de carácter reivindicativo. Em relação aos estudantes do ensino secundário, conforme o que o Jorge Amador acabou de dizer, o acontecimento que mobilizou mais jovens foi a luta contra a Prova Geral de Acesso — a PGA. O auge dessa luta foi o ano passado, levando à reformulação da entrada no ensino superior e à demissão de um ministro. Desse movimento todo, o que é que hoje resta?



Quanto mais autónomo e forte for o movimento juvenil no seu todo, mais forte é a intervenção da JCP

Autonomia das associações de estudantes

Ricardo Pena: As associações são a forma que os estudantes têm de se organizarem para defenderem os seus interesses, resolverem os seus problemas e para promover a sua participação na vida nacional, etc. Nós, na JCP, de acordo com a natureza e objectivos das associações de estudantes, entendemos que cabe aos estudantes organizarem-se sem ingerências de carácter partidário, nem qualquer outro tipo de intervencionismo, para pudermos defender de forma consequente os interesses que são os seus.

Neste quadro, os comunistas têm uma palavra importante a dizer, pela visão própria que têm da sociedade, pela perspectiva crítica que normalmente apresentam, pela combatividade e postura que têm face à vida.



Bruno Neves: membro da Direcção Nacional da JCP, estudante em Almada, da Organização do Ensino Secundário dos jovens comunistas, 18 anos



Ricardo Pena: 22 anos, estudante, membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP e da Organização do Ensino Superior



Jorge Amador: 28 anos, membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP, funcionário da organização

A política do Governo, que hoje começa a mostrar de forma evidente os seus objectivos, e que há muito denunciámos em relação ao que realmente se pretende em matérias como uma reforma global do ensino superior ou uma reforma coerente do ensino secundário, tem levado a uma postura associativa cada vez de maior unidade em torno da defesa dos interesses dos estudantes e, no fundo, do país.

Há que contrapor a postura associativa entretanto protagonizada pela JSD: partidarização com o objectivo de calar alguma da contestação existente. Uma postura que tem vindo a perder posições.

Gostava aqui de voltar a abordar o problema da capitalização para a JCP deste movimento de protesto estudantil. Há pouco o Bruno disse uma verdade: a JCP reforçou-se quando das lutas como a da PGA ou a das propinas se desenvolveram. Mas também é uma verdade que para nós essa capitalização de novos militantes é ainda insuficiente. É necessário, em relação a esta capitalização política, sermos mais audazes, trazendo mais jovens e dirigentes associativos que se destacam nas lutas estudantis, nas iniciativas de solidariedade ou em acções de defesa da Paz, como as que foram feitas contra a guerra do Golfo e a política belicista dos Estados Unidos. Mas, voltando às lutas estudantis: não há o perigo da actual luta universitária contra o aumento das propinas vir a cair num impasse que acabe por desmobilizar os estudantes? Não pode toda esta «maré de descontentamento» terminar, à medida que o ano lectivo avança, «em águas de bacalhau»?

RP: Em relação ao movimento associativo estão claramente definidos quais os objectivos pelos quais os estudantes lutam: a questão das propinas introduziu uma discussão ampla e global sobre a reforma do ensino superior. Mesmo associações de estudantes que ao princípio colocariam maiores reservas ao movimento, hoje têm de assumir algum protagonismo em relação à reforma global do ensino superior.

Poderá esta parecer uma bandeira um tanto ou quanto distante, mas a verdade é que desde que começou a luta das pro-

pinas, o Governo apresentou o chamado «contrato social», posteriormente transformado no artigo 60 da Lei do Orçamento e o ministro fez a recente ameaça de que quem não pagar as novas propinas não teria lugar na Função Pública.

Tudo isto revela as contradições dessa política e as dificuldades da sua aplicação. Há é que encontrar meios e processos, de universidade em universidade, de academia em academia, de instituto para instituto, que possam resistir com sucesso à sua aplicação.

Pensas que os jovens comunistas têm um papel liderante neste processo?

Papel insubstituível

RP: Os jovens comunistas naturalmente têm um papel determinante neste processo de luta. A JCP foi a única organização no plano político que há muito defende posições que hoje são defendidas por muitos estudantes, em instituições como a Assembleia da República ou nas próprias escolas...

Já aqui foi posta a questão da capitalização para a JCP da significativa aceitação das suas propostas. O que é que está por detrás dos já reconhecidos fracos resultados a este nível? A situação é pior ou melhor do que era há quatro anos? As razões estão dentro da própria JCP ou fora dela?

JA: Há que pensar que nestes quatro anos houve grande alterações no plano nacional e internacional com reflexos para toda a estrutura comunistas, não só a JCP. A verdade é que também, face a essas dificuldades por de mais conhecidas, conseguimos dar uma resposta bastante activa e significativa. Continuámos e fizemos sempre propostas claras e importantes sobre os mais variados domínios de interesse dos jovens — desde o ensino aos problemas dos jovens trabalhadores — sendo de destacar a nossa actividade na Assembleia da República, onde somos o grupo parlamentar que mais medidas e projectos tem apresentado em relação aos jovens. Também, de uma forma geral, o resultado das eleições legislativas pesou um pouco na nossa organização, apesar da excepcional campanha feita pela juventude CDU. Mas apesar disso, a verdade é que os jovens comunistas e os jovens que fazem parte da CDU criaram condições objectivas para irmos avançando, sem ignorar os problemas concretos que temos, discutindo e apontando medidas para os eliminar. Aliás, posso dizer que estamos em condições de anunciar que vamos chegar ao nosso Congresso ultrapassando largamente o objectivo que nos propusemos atingir de novas adesões. **Pode dizer-se que a situação é agora melhor do que há quatro anos?**

BN: Nos últimos tempos a JCP tem tido um desenvolvimento significativo. Não só a JCP mas todo o movimento juvenil em geral. A intervenção em defesa dos interesses juvenis, mostrar as propostas da JCP junto dos jovens fez crescer o movimento juvenil e também a JCP...

JA: Com todas as dificuldades que a JCP tem, inerente ao facto de ser uma organização juvenil e aos outros factos já avançados, temos uma actividade e uma intervenção únicas no movimento juvenil.

É interessante notar que em termos políticos a única organização juvenil, para além da nossa, que tem capacidade de intervenção é a organização do partido do Governo.

Mas o facto de controlar inúmeras instituições, de estar no Governo com maioria absoluta há diversos anos, transforma essa organização numa grande agência de empregos. Os jovens que aderem à JCP aderem pelo nosso ideal, pelas nossas propostas e pelo prestígio alcançado pelos nossos dirigentes associativos e noutras estruturas do movimento juvenil.

RP: Para mim essa é uma falsa questão. A JCP demonstra ter um papel insubstituível na sociedade. A realidade há quatro anos era diferente e neste período em que intervimos muita coisa mudou. Hoje muitas lutas estão mais agudizadas, mas os contextos são outros.

O que ficou demonstrado, isso sim, é a necessidade e a importância da existência de uma força como a nossa, cada vez mais forte e com maior capacidade de intervenção no movimento juvenil.

Capitalizar descontentamento

Bruno Neves: O movimento de luta contra a PGA não foi criado apenas no ano passado. É um movimento que vem de trás, do movimento associativo, através das associações de estudantes e de outros núcleos de estudantes. Foi esse trabalho anterior que originou a unidade necessária para levar a bom termo a luta contra a PGA. A JCP e os dirigentes associativos comunistas tiveram um papel fundamental na dinamização dessa luta, na apresentação de propostas próprias, acabando por ser, para todos os estudantes, um referencial para o encontro de soluções que constituíssem uma alternativa ao sistema de acesso ao ensino superior.

E a JCP ganhou alguma coisa com isso? Reforçou-se? O seu número de adesões subiu significativamente nessa altura?

BN: Com toda a dinamização levada a cabo pelos jovens comunistas, com a apresentação da JCP como força alternativa para os estudantes, como organização que mostrava querer e saber defender os interesses daqueles jovens, naturalmente que muitos deles viriam a querer conhecer-nos melhor, a perceber que temos ideias mais profundas do que a questão do acesso ao ensino superior, que temos projectos e ideias sobre todo o sistema de ensino. Desde essa altura muitas centenas de estudantes vieram a inscrever-se na JCP... **Como é que está, neste momento, a JCP representada a nível de Associações de Estudantes, do ensino secundário e público? Há listas autónomas, os jovens comunistas são eleitos integrados em outras listas? Que papel vocês atribuem para as associações de estudantes no desenvolvimento do movimento juvenil?**

ESPAÑHA

Milhares de agricultores espanhóis manifestaram-se no centro de Madrid contra a política agrícola do governo, a verba prevista no orçamento para a agricultura e a falta de resposta à situação de crise no sector.

A manifestação encerrou a "Marcha verde", designação escolhida para a campanha de protestos convocada pelas Associações Agrárias de jovens agricultores (ASAJA) e a União de pequenos agricultores (UPA), nas três últimas semanas.

Mais de meio milhar de autocarros trouxe até ao centro de Madrid agricultores de todo o país, com a entrada na cidade a realizar-se ao longo de cinco colunas de trânsito, correspondentes às cinco colunas da "Marcha verde" que durante três semanas percorreram mais de 3500 quilómetros em Espanha.

O secretário-geral da UPA, organização ligada ao sindicato socialista UGT, alertou os agricultores para a politização dos seus protestos, numa alusão à presença de alguns dirigentes do Partido popular, de direita, na manifestação.

Com as manifestações de protesto, os organizadores pretendem pressionar o governo a promulgar legislação que defenda o sector agrário, esquemas de financiamento adequados, melhor aproveitamento dos fundos da CEE na defesa dos interesses nacionais e ajudas mais eficazes contra a seca.

MARROCOS

Uma nova onda de greves está programada para estas duas semanas.

O sector da saúde estará em greve nos dias 16 e 17. O organismo das pesquisas e participações mineiras, assim como os advogados, paralisaram nestes últimos dias. Quarta-feira decorreu uma greve-geral na província de Meknes. A Royal Air Maroc e os caminhos-de-ferro têm sido afectados nas últimas semanas por greves parciais.

SOMÁLIA

O secretário-geral das Nações Unidas, Butros Ghali, enviou ao Conselho de Segurança um relatório onde estabelece as novas tarefas que a ONUSOM II deverá desempenhar na Somália.

O relatório, para além de anunciar o dia 1 de Maio para a transição do comando da operação dos norte-americanos para a ONU, propõe, nomeadamente:

- Que seja assegurado que todas as facções continuem a respeitar a cessação das hostilidades e os outros acordos que aceitaram, particularmente os de Adis Abeba (Janeiro de 1993).
- A prevenção contra qualquer regresso à violência e, se necessário, a tomada de acções apropriadas contra uma facção que viole ou ameace violar a cessação das hostilidades.
- A manutenção do controlo dos armamentos pesados das facções organizadas, que serão colocadas sob supervisão internacional até à sua eventual destruição ou transferência para um novo exército somaliano.
- A apreensão das armas ligeiras em posse de elementos não autorizados e a contribuição para o registo dessas armas.
- Assegurar e manter a segurança de todos os portos, aeroportos e vias de comunicação necessárias à distribuição da assistência humanitária.
- Proteger o pessoal, as instalações e os equipamentos das Nações Unidas e das suas agências, assim como do comité internacional da Cruz Vermelha e das organizações não governamentais.
- Continuar o programa de desminagem nas zonas mais afectadas.
- Participar no repatriamento de 300 000 refugiados e das pessoas deslocadas no interior da Somália.

OZONO

A Organização meteorológica mundial (OMM) revelou que a camada de ozono registou durante o inverno níveis de desgaste recorde sobre diferentes regiões do hemisfério norte.

Segundo um especialista da OMM, Rumen Bojkov, a situação deve-se principalmente à emissão para a atmosfera de gases ricos em cloro e brometo e à circulação intensiva sobre a Europa de massas de ar provenientes das regiões atlânticas subtropicais pobres em ozono.

O secretário-geral da OMM solicitou a todos os governos da região que ponham termo à produção e utilização dos clorofluorcarbonetos e outros produtos químicos similares até final de 1995.

O ozono, que protege a Terra da radiação ultravioleta solar, é destruído pelos clorofluorcarbonetos (CFC) utilizados nomeadamente nos vaporizadores e nos sistemas de ar condicionado.

Os países que participaram em Novembro na Conferência da ONU de Copenhaga sobre a protecção da camada de ozono decidiram proibir a produção e utilização dos CFC e dos seus substitutos em 1996 e 2030, respectivamente.

RÚSSIA

O Parlamento russo abriu caminho a um possível processo de destituição de Boris Ieltsin, ao incluir na ordem de trabalhos do Congresso de deputados, que iniciou ontem, dia 10, os seus trabalhos, um ponto sobre "o respeito da Constituição" pelo presidente russo.

A ordem de trabalhos, adoptada por 133 votos a favor, 18 contra e 8 abstenções, prevê igualmente um debate sobre o referendo de 11 de Abril, que o presidente Ieltsin conseguiu impor no anterior Congresso, em Dezembro, e cujo objectivo seria chegar a uma definição dos seus poderes e dos do Parlamento.

Cuba

Embaixador em Lisboa comenta eleições parlamentares

«A revolução salvou 400 000 crianças». Uma afirmação do embaixador cubano em Lisboa, German Blanco Pujol, em conversa informal que antecedeu a conferência de imprensa realizada segunda-feira, com o tema central — eleições.

Um número — baseado em dados da UNICEF — que tem a ver com o enorme progresso registado em termos de redução da mortalidade infantil, hoje ao nível dos países mais desenvolvidos, em contraste com as situações mais comuns no conjunto da América Latina.

Para Blanco Pujol, este é um exemplo das possibilidades de uma «política humana», mesmo quando não se parte de boas condições económicas.

As declarações do embaixador centraram-se essencialmente no processo eleitoral que culminou com a eleição dos 589 deputados para o Parlamento, a 24 de Fevereiro.

Em linhas gerais, os números são conhecidos. 99% dos votantes foram às urnas, tendo-se registado 95% de votos válidos e 7% de votos brancos. A maioria dos candidatos contou com mais de 90% dos votos. No actual Parlamento, profundamente renovado, a média de idades oscila pelos 43 anos e regista-se uma clara maioria de comunistas.

Blanco Pujol realçou a importância destes resultados, tendo em conta a campanha radiofónica directa

pela abstenção e pelo voto em branco, em que participaram mais de 20 emissoras, ao longo de 2300 horas de emissão, nos 15 dias anteriores às eleições. Campanha que — além do mais — se afirmou num quadro socioeconómico negativo. O que leva o embaixador de Cuba em Lisboa a considerar as eleições de Fevereiro como «um referendo pelo

importantes envolve no seu debate 6 a 7 milhões de pessoas, o próprio processo eleitoral — por eleição directa ao nível das bases da sociedade — engloba a maioria da população e as diferentes organizações de massas.

Na opinião do embaixador cubano, a dificuldade em admitir — em termos legais — a existência de

do e treinado para utilizar as armas. A um tal povo pode impor-se um governo que não quer?»

Entretanto, a situação económica é neste momento particularmente difícil. E tem custos sociais. E a questão coloca-se: até que ponto pode baixar o nível de vida da população, sem que haja reacção popular?

«Não podemos chegar ao limite. Temos de desenvolver», sublinha Blanco Pujol.

No primeiro plano das preocupações está um plano alimentar que visa dar respostas às necessidades da população. «Se não se podem utilizar tractores, fálo-emos com bois. E com a participação de voluntários. Iremos utilizar o contributo da ciência».

Alguns progressos foram alcançados em termos de produção agrícola — um aumento de 30% no conjunto da ilha. Mas os problemas não são poucos. Há 25 000 tractores parados e uma situação grave no abastecimento de carne e leite.

Outras áreas de desenvolvimento prioritário — o turismo, outrora menosprezado (também como resultado de uma realidade anterior à revolução, de «turismo de casino»), e a produção de medicamentos.

Pretende-se alterar o carácter da economia nacional, transformando Cuba num «país exportador de alta tecnologia». Transformação que passa por associações com o capital estrangeiro, numa «cooperação na produção com benefício mútuo».



Blanco Pujol, embaixador de Cuba em Portugal, promoveu na segunda-feira uma conferência de imprensa sobre as eleições no seu país

socialismo no nosso país».

Às várias questões colocadas sobre o conteúdo democrático deste processo — que força política tem um Parlamento que reúne apenas duas vezes por ano? Que democracia com candidatos únicos? — Blanco Pujol contrapôs o carácter de massas da participação em todo o processo eleitoral.

As comissões do Parlamento trabalham ao longo do ano, a maioria das leis

uma oposição, prende-se à situação de bloqueio que se vive na ilha, «um estado de guerra sem tiros». E afirma — como diferença em relação à situação que se vivia numa Europa socialista que se afundou — que «a nossa revolução não é importada, nunca se perdeu o contacto com as bases, sempre se promoveu a participação das novas gerações — hoje está tudo nas mãos dos jovens». Para concluir — «O povo cubano está arma-

Saudação do PCP ao PC de El Salvador

Por ocasião do VIII Congresso do Partido Comunista de El Salvador, que decorreu de 4 a 8 de Março em San Salvador, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista de El Salvador a mensagem que transcrevemos.

Queridos Camaradas

Por ocasião do VIII Congresso do vosso Partido, o Comité Central do Partido Comunista Português, em nome dos comunistas portugueses, saúda fraternal e calorosamente os delegados ao vosso Congresso e, por seu intermédio, todos os comunistas, os patriotas e o povo salvadoreño na sua luta pela instauração dum regime democrático em El Salvador.

Ao longo de 60 anos de luta, nas mais duras condições duma rigorosa clandestinidade, o vosso Partido revelou-se como uma força prestigiada e insubstituível, associando a actividade legal com a ilegal e a luta armada, consubstanciada num projecto de unidade revolucionária no quadro da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional que, pelo seu heroísmo e abnegada dedicação à causa da liberdade, da democracia e da independência nacional, granjeou a admiração e a solidariedade das forças progressistas em todo o mundo.

Neste momento, em que estais empenhados no cumprimento integral dos Acordos de Paz, o PCP manifesta-vos a sua solidariedade de sempre na vossa luta pela democratização e a reconstrução do vosso país, pelo progresso e a justiça social.

No plano internacional, o desaparecimento do socialismo como sistema mundial conduziu a um perigoso desequilíbrio da correlação mundial de forças a favor do imperialismo que, aprofundando o seu carácter explorador, opressor e agressivo, pretende impor a chamada «Nova Ordem Internacional». Novos perigos surgem, designada-

mente através do pretensu «direito de ingerência» que já se traduziu em intervenções militares dos EUA e seus aliados em vários países e regiões. Neste contexto, a aproximação, cooperação e acções comuns e convergentes das forças democráticas e progressistas surgem como uma necessidade objectiva para travar as pretensões hegemónicas do imperialismo. Para tal, o PCP, recusando a tese do «declínio irreversível do movimento comunista», considera de fundamental importância a cooperação e solidariedade recíproca dos partidos comunistas de todo o mundo.

O nosso Partido realizou, em Dezembro último, o seu XIV Congresso reafirmando com orgulho e convicção a sua identidade comunista, traduzida fundamentalmente nas suas raízes de classe, no objectivo da construção de uma sociedade nova sem exploradores nem explorados, na teoria revolucionária e criativa do marxismo-leninismo que o inspira, do seu funcionamento democrático que consagra a sua unidade e capacidade de intervenção, na ligação estreita com as massas, no seu patriotismo e internacionalismo. Lutando hoje contra a política antipopular, antidemocrática e antinacional do actual Governo de direita, o PCP empenha-se na acção de massas e na actividade institucional, tendo como programa uma «Democracia Avançada no Limiar do Século XXI» e como objectivo o futuro socialista de Portugal.

A luta revolucionária do povo salvadoreño, na qual os comunistas desempenharam um papel insubstituível, constituiu um marco histórico exemplar na luta libertadora dos povos da América Latina.

Fazendo votos dos maiores sucessos aos trabalhos do vosso Congresso, reafirmamos a nossa vontade de continuar a agir no sentido do reforço das relações de amizade e solidariedade recíprocas existentes entre os nossos dois partidos.

INTERNACIONAL

Itália e Alemanha

Centenas de milhar manifestam-se contra austeridade e desemprego

Trezentas mil pessoas desfilaram em Roma, nos últimos dias de Fevereiro, contra a política de austeridade do governo de Amato, simultaneamente marcada pela prática corrente de subornos que entretanto veio a lume. Na Alemanha, o sindicato IG Metal convocou uma marcha sobre Bona, para 26 deste mês. Em causa, o alastrar do desemprego entre os trabalhadores da siderurgia.

Não se trata de factos isolados. Num quadro de crise generalizada, o desemprego assume-se como um problema maior, com custos sociais agravados pelas políticas de austeridade.

A concentração em Roma juntou trabalhadores de todas as principais cidades do país, nomeadamente Milão, Turim, Génova, Nápoles, e também da Sardenha e da Sicília.

Dois factores de protesto convergem nesta grande acção de massas: a "rabia" suscitada por uma política governamental de liquidação de direitos e conquistas sociais e a decomposição política do país, na sequência da espiral de escândalos que têm vindo a ser divulgados, atingindo em particular os socialistas.

Esta manifestação vem na sequência de muitas outras acções de protesto contra a aplicação das medidas de austeridade recomendadas pela Comissão europeia: redução dos encargos de Estado com a escola, saúde, reformas; e

simultaneamente agravamento da carga fiscal.

Em Setembro do ano passado, realizaram-se manifestações em Florença, Bolonha, Milão, Nápoles, Génova, Turim, Palermo. Em 2 de Outubro, em Roma, a greve da função pública somou-se à greve interprofissional regional. Alguns dias mais tarde, milhões de trabalhadores participaram por toda a Itália numa paralisação de protesto contra a política económica e social do governo.

Na Alemanha, sucedem-se manifestações na região do Ruhr, particularmente atingida pelo desemprego. A fusão Hoescht-Krupp deverá levar ao encerramento de uma fábrica em Rheinhausen, perto de Duisburg, ou em Dortmund. Estão previstos milhares de despedimentos. Contra esta situação desfilaram 10 000 trabalhadores siderúrgicos em Dortmund e vários milhares em Duisburg. Ao apelo do sindicato IG Metall, a estrada federal nº 1 foi bloqueada. Nas marchas de protesto participaram as mulheres e os filhos dos trabalhadores da siderurgia.

O Ruhr é uma das regiões mais afectadas pelo desemprego - 12% contra os 7,5% para o conjunto do país. Mas não é a única região ameaçada. Poucos dias antes da marcha de protesto dos trabalhadores da mais importante região siderúrgica do país, 60 000 trabalhadores da siderurgia de Eisenhüttenstadt, na

fronteira germano-polaca, o grande centro de aço da ex-RDA, manifestaram-se pela manutenção dos postos de trabalho na EKO Stahl AG, que empregava 12 000 trabalhadores em 1989 contra 3000 actualmente, número que deverá cair para os 1200. Uma redução de 90% dos postos de trabalho em quatro anos. Em Volklingen (Sarre), perto da fronteira com França, a Dillinger Hutte anunciou a supressão de 2000 postos de trabalho.

Uma situação tanto mais preocupante quanto se inscreve num quadro geral de quebra no desenvolvimento económico do país. Em recentes declarações ao "Financial Times", o chefe dos economistas do Deutsch Bank, Norbert Walter, afirmou que a recessão na zona ocidental da Alemanha vai ser "mais grave que o previsto". Calcula-se uma descida de 2 por cento do produto interno bruto (PIB) em 1993 e o desemprego poderá atingir mais 500 mil pessoas. Na ex-RDA, mais de 100 mil pessoas poderão ficar desempregadas e o crescimento, em 1993, deverá rondar os 2 por cento, contra previsões que apontavam para os 3 por cento.

Acresce que a siderurgia não está a ser atingida apenas na Alemanha. O Conselho de ministros dos Doze - no que contou com todo o apoio da associação europeia dos produtores de aço (Eurofer) - aprovou a redução em 25,8



Muitas dezenas de milhar de trabalhadores voltaram a manifestar-se contra a política de austeridade do governo

milhões de toneladas da produção de aço bruto e de 17,9 toneladas dos produtos laminados.

Este projecto, que deverá ser aplicado antes do fim do ano, levará à supressão de 50 000 postos de trabalho em diferentes centros siderúrgicos do velho continente e atinge em particular a Alemanha, França, Itália e Espanha.

DESEMPREGO EM NOTÍCIAS

ESPAÑA

Segundo a última sondagem trimestral do Instituto Nacional de Estatística, o desemprego afecta actualmente mais de três milhões de pessoas, o que corresponde a 20,1% da população activa.

Face a esta situação, o primeiro-ministro Felipe Gonzalez anunciou uma série de medidas de emergência contra o desemprego, que os sindicatos já consideraram como insuficientes. No âmbito destas medidas, prevê-se o aumento da duração dos contratos temporários de trabalho de três anos por mais um ano; a atribuição de uma linha de crédito de 160 000 milhões de pesetas (200 milhões de contos) para financiamento das pequenas e médias empresas; e um aumento do investimento público em infra-estruturas, de 300 000 milhões de pesetas (375 milhões de contos), no biénio 1993-1994.

A Espanha está a poucos meses de eleições legislativas, previstas para o próximo Outono.

GRÃ-BRETANHA

Pela primeira vez desde 1987, o número de pedidos de emprego ultrapassou os 3 milhões. A taxa de desemprego é actualmente de 10,6%. Uma ligeira quebra em relação aos 10,9% registados em Dezembro de 1992.

JAPÃO

Duas grandes empresas japonesas - a Nippon Telegraph and Telephone (NTT) e a Nissan Motor - anunciaram processos de reestruturação que prevêem despedimentos de dezenas de milhar de trabalhadores.

A NTT, o gigante das telecomunicações, pretende eliminar 30 mil postos de trabalho ao longo de três anos, enquanto a Nissan quer reduzir a sua força laboral em 5000 elementos, para passar dos actuais 53 mil para 48 mil até Março de 1996.

Trata-se de medidas que nomeadamente põem em causa a tradição de emprego vitalício que até agora imperava no Japão.

Anteriormente já dezenas de empresas de pequena, média e grande dimensão tinham anunciado planos de reestruturação semelhantes. Mas nunca afectando o número de trabalhadores que estes processos de reestruturação irão atingir.

Angola

A queda de Huambo

Ingerência sul-africana

A ocupação da cidade de Huambo pela Unita, após 55 dias de combates que provocaram um número indeterminado de mortos e feridos - a emissora oficial angolana chegou a referir que 10 a 13 mil pessoas já teriam sido mortas ou feridas - gerou em Angola uma situação ainda mais difícil.

O primeiro comunicado oficial, lido pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e publicado pela imprensa, sublinhava que as forças da Unita da frente de batalha tinham sido auxiliadas por mercenários de várias nacionalidades, mencionando, concretamente, sul-africanos e zairenses. Acrescentava que «as forças governamentais, de forma organizada e por razões estratégicas, retiraram-se das posições que ocupavam na cidade de Huambo para defesa de posições mais vantajosas». Entretanto, entre a população de Luanda, o sentimento é de medo de que a capital agora se possa tornar mais vulnerável.

Reafirmando a posição sempre defendida pelo MPLA, o presidente José Eduardo dos Santos reafirmou, em entrevista concedida à Reuter, o desejo de «obter uma paz negociada para Angola».

O Conselho de Ministros reuniu para analisar a actual situação militar no país, prevendo-se que possa adoptar medidas que visem reforçar medidas de segurança.

O embaixador angolano junto da ONU, Afonso Van Dunen Mbinda, apelou, em conferência de imprensa, para que a comunidade internacional, a ONU e os observadores tomassem «medidas enérgicas para obrigar Savimbi a respeitar os compromissos assumidos em Bicesse e pôr fim ao extermínio das populações de Angola».

Na véspera, o general Higinio Carneiro, porta-voz da dele-

gação governamental às conversações com a Unita, afirmara a necessidade de que «a troika (Portugal, Estados Unidos e Rússia) e a comunidade internacional condenem abertamente a Unita pela sua agressão continuada a um Estado soberano e de direito que resultou de eleições livres e justas». E denunciara um «envolvimento directo do governo da África do Sul, através do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, no conflito militar em Angola e no apoio à Unita».

«Até agora dizíamos que eram certos sectores sul-africanos que apoiavam a Unita. Agora dizemos que é o governo da África do Sul que o faz e temos provas disso», sublinhou.

«Sabemos que o governo sul-africano está a disponibilizar directamente à Unita aviões do tipo "Antonov", que depois utilizam os corredores do Zaire e da Zâmbia para chegarem aos aeroportos que esse partido controla em Angola», esclareceu.

Na lógica de uma guerra imposta a um povo que tão claramente voltou pela paz em eleições que a Unita hoje contesta pelas armas, continua a degradar-se a situação social.

Um relatório do Instituto Nacional da Criança de Angola, divulgado a semana passada, revela que, devido à situação de instabilidade que se vive no centro-sul do país, na província de Benguela há presentemente mais de 6600 crianças refugiadas e 14 760 órfãos, que vivem sob protecção do governo e de algumas famílias de acolhimento.

Crianças há que abandonam os centros sem que as autoridades se apercebam, tomando-se assim nos principais «vadios, gatunos (e vítimas das) drogas» na região, diz o relatório. Acabam muitas vezes mortas na rua, sem que se saiba quem elas são ou quem foi o autor do seu assassinio.

EM FOCO

O que são hoje os intelectuais em Portugal (I)

(algumas notas para um trabalho necessário)

O que são hoje os intelectuais em Portugal e como desenvolver o trabalho do Partido nesta área, é um tema que tem menos a ver com a procura, aqui e agora, de uma resposta completa, do que com um esforço para retomar orientações e pontos de apoio e o debate de uma problemática complexa, acompanhada da proposta de alguns percursos de análise, em busca de uma síntese a que só podemos chegar pela reflexão colectiva.

Importância partidária do problema

É útil começar por relembrar, de forma muito sumária, alguns balanços, insatisfações e orientações apontadas nos últimos Congressos, no que respeita ao trabalho do Partido em relação aos intelectuais.

Na Resolução do XII Congresso escrevia-se "que têm sido insuficientes a atenção e as medidas do Partido para manter e alargar a sua influência nas camadas intelectuais"; reconhecia-se que se registaram "atrasos" na definição da política do Partido (análise, estudo, soluções) para áreas e sectores da vida nacional que se ligam à actividade profissional destas camadas"; "na intervenção em relação a problemas que são levantados pelas camadas mais jovens da intelectualidade portuguesa" e na "atenção à actividade de associações profissionais desta área, etc."; sublinhava-se ainda que não tinham "sido devida e suficientemente promovidos ou apoiados, com os meios e quadros necessários, os esforços para definir linhas de trabalho e para criar formas de intervenção e actuação no domínio das suas actividades específicas nas acções e realizações do Partido, na vida cultural e social do país, no debate ideológico"; e entre as linhas de orientação, apontava-se a necessidade de "criar condições para a realização pelo Partido de uma iniciativa de âmbito nacional tendo como tema: o Partido e a Intelectualidade; os Intelectuais e a Sociedade".

No XIII Congresso (Extraordinário) e no mesmo sentido apontava-se, entre as orientações a seguir a de "estimular e apoiar o trabalho dos intelectuais comunistas e impulsionar o colectivo partidário para o estudo das questões sociais, culturais e científicas, criando simultaneamente as condições e estruturas que permitam enriquecer o património de ideias do PCP, e aprofundar o seu conhecimento da realidade nacional, assegurando a divulgação dessa reflexão e dinamizando a intervenção no terreno da luta das ideias de dirigentes e militantes do Partido".

Em no XIV Congresso, realizado em Almada em Dezembro último, estabeleceram-se entre outras orientações e tarefas fundamentais dos comunistas: "o aprofundamento da compreensão das profundas alterações que têm vindo a verificar-se ao nível dos intelectuais e quadros técnicos, em particular o estreitamento do contacto com os valores e as aspirações das jovens gerações de intelectuais"; "a dinamização de linhas de intervenção e a promoção de iniciativas do Partido em torno de questões sectoriais ou específicas, que permitam avançar no conhecimento dos problemas dos intelectuais e quadros técnicos e científicos e no reforço da ligação efectiva às várias áreas"; "o desenvolvimento nos diversos sectores intelectuais da acção reivindicativa e sindical (com uma atenção muito particular ao seu reforço ao nível dos quadros técnicos), o reforço da sua convergência e coordenação com o movimento operário, e o aprofundamento da intervenção no domínio das questões profissionais"; "a dinamização do movimento de crítica e de oposição à política do Governo nas áreas que mais directamente respeitam aos intelectuais e aos quadros técnicos e científicos, ou a que estes manifestam maior sensibilidade, o debate e formulação de propostas e políticas alternativas de orientação democrática"; e "a valorização da cultura, da ciência e da arte, na multiplicidade das suas expressões e processos de livre criação e comunicação".

No que respeita ao XIV Congresso há uma alteração introduzida nos Estatutos, determinada pela consideração da evolução da sociedade portuguesa, cujo significado e alcance interessa sublinhar - trata-se da consideração nas alianças sociais básicas, além

da aliança da classe operária com o campesinato, da aliança da classe operária com os intelectuais (bem como com outras camadas intermédias).

Aprofundar conceitos

Uma questão que não pode ser evitada no percurso para as respostas ao problema posto de "o que são hoje os intelectuais em Portugal", diz respeito ao aprofundamento do próprio conceito de "intelectuais" e de "intelectuais e quadros técnicos", e também de "intelectuais e quadros técnicos e científicos", que vimos utilizando nos documentos do Partido.

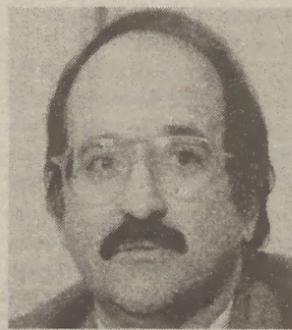
Este conceito ou conceitos, que surgem em geral associados ao reconhecimento da heterogeneidade social e classista dos intelectuais, tem partido do seu agrupamento "pelo trabalho predominantemente intelectual, pelo seu papel fundamental na ordem cultural e/ou pelas suas relações específicas com as técnicas".

Tem sido também reconhecido, em documentos do Partido, entre os "elementos unificadores da intelectualidade uma certa formação educacional de nível elevado, que se prolonga no exercício de actividades profissionais em que prepondera o trabalho intelectual e uma relação privilegiada com o ideológico".

Pode ser útil, igualmente, como contributo para esta reflexão, considerar o conceito de "trabalhador intelectual", tal como é definido pela OIT, e que engloba os que (com exclusão dos quadros dirigentes com uma larga delegação do empregador) terminaram um ensino e uma formação profissional de nível superior ou que possuem uma experiência reconhecida como equivalente num domínio científico, técnico ou administrativo, e que exercem, na qualidade de assalariado, funções com carácter intelectual predominante, comportando um elevado grau de faculdades de julgamento e de iniciativa e que implicam um nível relativamente elevado de responsabilidade. E há outras definições, que suportam as estatísticas disponíveis das profissões intelectuais, que é igualmente útil ter em conta.

Mas ainda restará, depois disso, a necessidade de aprofundar o que são de facto os intelectuais hoje em Portugal, não apenas a partir da classificação de profissões e actividades, mais ou menos tradicional, mas a partir, também, de uma investigação sociológica que apreenda as modernas funções intelectuais na sua diversidade e complexidade e que distinga o que as caracteriza e aqueles que as desempenham (e que mesmo sincreticamente designamos por intelectuais), das funções e daqueles que não designamos dessa forma.

E esta problemática é tanto mais complexa, quanto a análise de classes da sociedade portuguesa neste final de século e numa perspectiva marxista necessita de abarcar todo um conjunto de realidades em profundo movimento, que impõe que se aprofunde o problema do desenho e do movimento da fronteira "produtivo/improdutivo", e se esteja aberto à própria consideração de desenvolvimentos teóricos e conceptuais capazes de as compreenderem.



EDGAR CORREIA
Membro
da Comissão Política

«E esta problemática é tanto mais complexa quanto a análise de classes da sociedade portuguesa neste final de século e numa perspectiva marxista necessita de abarcar todo um conjunto de realidades em profundo movimento»

Esta questão assume particular actualidade no quadro de uma economia que crescentemente se apoia no conhecimento, em que a ciência e a tecnologia intervêm cada vez mais como forças produtivas directas, e em que o próprio desenvolvimento necessita de ser considerado como um processo integrado, com várias dimensões - económica, social, política e cultural.

Tendências de evolução

Deixando para já de lado a tentativa de fixação de respostas a estas interrogações que desafiam o avanço do nosso trabalho político, poderá ter interesse (mesmo com um enquadramento tradicional) procurar anotar algumas tendências sobre o desenvolvimento da intelectualidade na sociedade portuguesa.

Num país em que os dados estatísticos mais sólidos e completos ainda são os do censo de 1981 e em que alguns dados com data posterior pertencem a trabalhos que não respondem (ou não respondem bem) ao conjunto das nossas perguntas é inevitável que, o que for referido com base em estatísticas, corra o risco de ser desconexo e de estar também desactualizado. Vai ser necessário aguardar pela publicação dos resultados globais do censo de 1991 para uma referência mais coerente e rigorosa.

Procurando não alongar as referências estatísticas importa sublinhar, numa primeira nota, a evolução recente das profissões intelectuais e do seu peso na população activa.

Os 2,1% da população activa e os cerca de 67 mil "activos com profissão intelectual" de 1950, comparados com os 11% da população activa e os mais de 500 mil intelectuais existentes em Portugal em 1990 (dos quais mais de 350 mil são assalariados), como é referido na Resolução Política do XIV Congresso, mostram bem a profunda alteração que se registou apenas em quatro décadas no nosso país.

A alteração é quantitativa, mas é também - pela massa que representa - uma profunda alteração qualitativa. E traduz igualmente, uma significativa alteração em termos dos pólos em que se concentram os intelectuais no nosso país.

Se observarmos a evolução registada nas principais profissões, esta transformação ainda é mais sensível:

- em 1950 havia cerca de 22 mil professores em Portugal, em 1970 esse número dobrava para 44 mil, mas, segundo os dados mais recentes, o total do pessoal docente no ano lectivo de 89/90 já ultrapassava os 154 mil (dos quais 138 mil eram professores no ensino público);

- os médicos, que em 1970 não chegavam aos 8200, vinte anos depois aproximavam-se dos 29 mil;

- nas profissões classificadas como científico-técnicas (engenheiros, arquitectos, matemáticos, físicos, químicos, biólogos, economistas), a evolução foi semelhante: 12 mil e 600 em 1950, vinte anos depois 28 mil e 700; só os arquitectos e os engenheiros e técnicos similares mais que duplicaram na década de 70 (20,5 mil em 1970, para 43 mil em 81);

- e as profissões englobadas nas "artes e letras", de 3700 em 1950 ascendia a 8900 em 1970 e, segundo o censo de 1981, já representavam 11 400 activos.



(conclui no próximo número do Avante!)

EM FOCO



As mulheres, afinal, existem!

O Dia Internacional da Mulher foi assinalado um pouco por todo o país com diversas iniciativas praticamente ignoradas pela generalidade da comunicação social. Dir-se-ia, neste 8 de Março de 1993, que a palavra de ordem foi a de cerrar ainda mais a cortina de silêncio de há muito descida sobre os problemas específicos da mulher em Portugal. Como se, por se ignorar a realidade, ela deixasse de existir.

Mas lá que as mulheres existem, existem. E as organizações que defendem os seus interesses, a nível político, social, sindical, autárquico, com todas as suas debilidades, continuam activas e actuantes. Por isso mesmo a data foi comemorada, ainda que nela não tenham participado as ditas "primeiras damas" do país, antontem oficialmente homenageadas na AR, como se de personalidades representativas se tratassem.

Das comemorações, merece particular destaque o "cordão de mulheres" que se deslocou da Praça da Figueira à residência oficial do Primeiro-ministro. A iniciativa, da responsabilidade dos departamentos de Mulheres das Uniões dos Sindicatos de Lisboa e Setúbal da CGTP-IN e do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), teve como objectivo chamar uma vez mais a

atenção da opinião pública e dos governantes para a discriminação de que as mulheres continuam a ser alvo, a todos os níveis, e renovar as exigências pelo direito ao trabalho estável, com direitos, e à melhoria da qualidade de vida e de trabalho, condições básicas para a participação da mulher em igualdade na vida política, económica e social do País.

Na residência oficial de Cavaco Silva, a quem as promotoras da iniciativa pretendiam entregar um documento reivindicativo, nem foi preciso esperar. Na portaria já estava a informação de que as representantes das referidas organizações não seriam recebidas e que documentos, se os houvesse, deviam ser entregues na recepção. O que foi feito. Assim se cumpriu o conceito de diálogo do Primeiro-ministro português. Se tiver tempo para se dedicar à leitura, Cavaco Silva ficará a saber que as mulheres portuguesas exigem o direito ao trabalho, ao salário e ao emprego; ao cumprimento e efectividade do princípio da igualdade de direitos e oportunidades; à formação profissional; ao ensino; à maternidade e à paternidade; à saúde e protecção nos locais de trabalho; à segurança social; à protecção contra a violência; ao exercício dos direitos sindicais; à participação na vida social e política.

A par desta iniciativa, o MDM, em colaboração com

organizações sindicais e autarquias, promoveu diversos convívios, encontros, actividades culturais e desportivas em vários pontos do país (Covilhã, Aveiro, Coimbra, Santarém, Amadora, Lisboa, Barreiro, Setúbal, Faro, etc.), e tem programadas diferentes actividades ao longo de todo o mês de Março. Amanhã, por exemplo, realiza-se um jantar-convívio no Restaurante Ritejo, em Lisboa, enquanto no sábado a noite será de música na Sociedade Filarmónica da Amadora. Até domingo, estará ainda patente uma exposição de pintura de Maria Gabriel na Galeria Municipal da Amadora, enquanto até final do mês estará patente na Biblioteca Luís de Camões, em Lisboa, uma exposição subordinada ao tema "Trajectória do Movimento Feminino", da responsabilidade do pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa e do MDM.

O rol de iniciativas, que está longe de ser exaustivo, é pelo menos ilustrativo do empenhamento das organizações que defendem os interesses das mulheres portuguesas em não permitir que os problemas de mais de metade da população caiam no esquecimento, e que 1994 - Ano Internacional da Família - não seja, como de costume, mais um pretexto para um enunciado de intenções inconsequentes.

8 de Março Dia Internacional da Mulher

O 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, tem um significado revolucionário que cala fundo nas mulheres, particularmente nas mulheres trabalhadoras. É que se revêm nas operárias têxteis de Nova Iorque que, há mais de 100 anos, ousaram enfrentar o patronato e exigir a redução do horário de trabalho de 16 para 10 horas.

Falar do significado, desta data em 1993, implica falar de uma situação em que os trabalhadores sofrem uma das mais graves ofensas contra os seus direitos e aspirações, seguidos, dia após dia, com a Revolução do 25 de Abril.

É neste quadro que eu ousar, neste 8 de Março, trazer algumas notas pessoais que resultam mais da minha vivência na área onde intervenho — a área dos trabalhadores — destacando naturalmente a vertente das mulheres trabalhadoras, do que propriamente do meu envolvimento pessoal no movimento específico de mulheres.

A intervenção das mulheres trabalhadoras na luta nem sempre é visível, na medida em que grande parte das suas acções se enquadra na luta mais geral dos trabalhadores, mas também porque, não poucas vezes, quando se trata de lutas muito específicas, não sabemos valorizar a sua participação enquanto mulheres, vincando a diferença.

É um quadro político, económico e social deveras complicado que, a pretexto da reestruturação e modernização de empresas e sectores, se anunciam milhares de despedimentos, se impõe a contenção salarial, o crescimento dos salários em atraso e/ou o recurso à lei dos salários em atraso.

Face a esta situação, as pessoas interrogam-se quanto ao futuro e somos levadas a concluir então que as mulheres vão ser aquelas que mais vão sentir, já sentem, as consequências da actual situação, particularmente na condição em que funcionam para o capitalismo como reserva de mão-de-obra. Os seus direitos específicos são o primeiro alvo e é assim que começam a ser fortemente ameaçados e descaracterizados. A luta pela verdadeira emancipação torna-se mais difícil de prosseguir, mas não impossível, porque são as mulheres que diariamente fazem o seu 8 de Março, hasteando a bandeira dos seus direitos específicos, lutando pela sua promoção e defesa. São estas mulheres que, na STOTZ, lutam contra a dis-

criminação salarial, quando a empresa as quer discriminar pelo simples facto de exercerem o direito de aleitar ou amamentar os seus filhos. Importa referir que por desrespeito a este mesmo direito em concreto, a empresa Maconde foi condenada, e posteriormente aconselhada a repor a legalidade, pela Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego.

São estas mulheres que, na Texas Instruments, lutam lado a lado com os seus colegas de trabalho, contra certo tipo de laboração contínua, que as retira do convívio familiar e/ou dos seus tempos de lazer aos domingos e feriados.

São estas mulheres que se envolvem na luta pela redução do horário de trabalho com uma alegria e convicção diferentes porque também a sentem de uma forma diferente.

São estas mulheres que na Função Pública se destacam na luta contra a lei dos disponíveis que significa para si o regresso a casa e um retrocesso sério na sua luta emancipadora.

São estas mulheres que no Vale do Ave enfrentando duplamente as consequências da crise instalada na região lutam contra o encerramento das empresas. São estas mulheres que representam já hoje 3 em 4 desempregadas na região de Setúbal onde tal — como na região do Vale do Ave — as alternativas existem apenas na política de «sucesso» de Cavaco Silva.

São estas situações que continuam a dar razão de ser às comemorações do 8 de Março.

São, no fundo, estas corajosas mulheres que com a mesma força e esperança que carregam no seu ventre durante nove meses um filho, desmontam diariamente o «sucesso» da política governamental e desmascaram a demagogia e a propaganda enganadora. As trabalhadoras dão-se conta, mais que todas as outras, da distância entre a lei e a vida e não confundem aspirações com a realidade, os indícios de mudança com mudanças efectivas e acreditam num futuro melhor que lhes pertence e ajudação a construir.

Também, neste 8 de Março de 93, gostaria de deixar alguns alertas. A necessidade de uma grande vigilância

para formas subtis de discriminação da mulher tais como:

- os planos de reestruturação e modernização de empresas e sectores, na vertente da gestão de recursos humanos;
 - métodos e formas de avaliação de perfil profissional e consequente progressão na carreira;
 - participação e acesso da mulher na formação profissional;
 - retirada «justificada» de prémios e subsídios com base nas faltas de licença de parto, amamentação, consultas pré-natais, etc.;
 - abertura do trabalho nocturno às mulheres na indústria;
 - necessidade de combater concepções de que é natural a opção dos empregados pelos homens, apenas na consideração de que faltam menos e não na avaliação e aproveitamento das capacidades profissionais.
- Por último, um sentido apelo a todas as mulheres para a sua integração nas diversas estruturas orgânicas nos locais de trabalho qualitativamente a intervenção e resolução dos problemas existentes.

Como mulher comunista, ainda o apelo a todas as mulheres e em particular às mulheres trabalhadoras para que saibam utilizar com responsabilidade uma arma que é usada na promoção de políticas que significam muitas vezes, na prática, o retrocesso nos direitos das mulheres — o voto nas eleições. É que, afinal, as mulheres são a maioria da população e do seu voto depende em muito para que lado o prato da balança vai pesar.

São claros os compromissos do PCP, desde sempre, com a luta das mulheres. Assim como claras as orientações políticas, e as medidas preconizadas em torno das suas grandes aspirações que, sob a forma de leis, foram propostas pelo PCP.

É grave a situação presente para as mulheres trabalhadoras. Para alterar é necessário que as mulheres assumam a defesa intransigente das conquistas alcançadas na certeza de que também assim estarão a dar o seu contributo para uma sociedade mais livre e mais humana.

■ **Silvestrina Silva**
Membro do Comité Central

A África do Sul antes da viragem (1)

Da colónia calvinista ao país do *apartheid*

■ Miguel Urbano Rodrigues

Descendentes de europeus idearam e desenvolveram na África do Sul um projecto de sociedade que fez da raça o elemento diferenciador entre senhores e servos. Foram mais longe do que os antigos romanos. No topo da pirâmide social, o branco; na base o negro, privado de quase todos os direitos inerentes à condição humana.

Hoje, o sistema do *apartheid* agoniza. Não resistiu à prova da vida, confrontado com a luta do povo negro e mestiço da África do Sul (e de muitos brancos).

O país está em vésperas de grandes mudanças. Mas o futuro próximo é, por ora, nevoento. Não há ainda resposta para questões fundamentais.

Visitei em Fevereiro a África do Sul pela primeira vez, integrado numa missão de deputados portugueses que, em duas semanas, teve a oportunidade de falar com dirigentes das principais forças políticas e personalidades representativas de múltiplos sectores da vida económica e cultural. Estive nas grandes cidades, participei na Conferência de Solidariedade Internacional com o ANC.

Neste artigo — o primeiro de uma série de três — procuro sintetizar a caminhada dramática que, de geração em geração, fez de homens corajosos e devotos primeiro uma referência histórica e, depois, os inflexíveis depositários de uma concepção de vida que, retocada pelo fatalismo do imaginário calvinista, desembocou na tragédia do *apartheid*.

Tribos de pastores (os *khoi khoi*) e caçadores (os *khoisan*) viviam há muito na região do Cabo quando os portugueses ali chegaram no final do século XV. Os holandeses chamaram-lhes *hotentotes* e *bosquimanos*. Na actual Província do Natal, as primeiras comunidades de origem bantu, vindas do Norte em lentas migrações, estavam também instaladas há uns três séculos. A terra não era, portanto, despovoada; tinha donos.

Foi, aliás, somente em 1652 que a ocupação europeia principiou, pois as armadas portuguesas, desde a viagem de Vasco da Gama, apenas utilizavam as baías do extremo sul da África como escalas para aguada, na roda da Índia.

A futura Cape Town começou a tomar forma quando a Companhia Holandesa das Índias Orientais — a VOC — que se atribuía o monopólio do comércio a leste do Cabo e a ocidente do Estreito de Magalhães decidiu criar uma colónia de povoamento na ponta meridional do Continente Africano. O objectivo, modesto, era o abastecimento de carne, frutas e cereais às frotas da VOC que ligavam as Províncias Unidas ao Oriente.

Náufragos de um barco que se afundara na baía da Mesa diziam maravilhas da terra e do clima. E tinham razão. A VOC armou três navios e deu o comando a Jan Van Riebeeck. Os cem homens e mulheres que o acompanharam foram os antepassados dos *afrikaners*.

A nova colónia cresceu lentamente. A chegada de huguenotes franceses, de calvinistas alemães, de suecos e dinamarqueses contribuiu para que a pequena comunidade do Cabo se sentisse cada vez menos holandesa. Um século após a fundação, o índice de mestiçagem era elevado. Havia muitos escravos trazidos de Angola, da Guiné, de Madagascar e de Java. Na região fora criada uma língua própria, o *afrikaans*, a partir de dialectos da Holanda enriquecidos (e simplificados na sintaxe) com palavras portuguesas, francesas e *hotentotes*. Foram sobretudo os mestiços de malaios e não os holandeses que criaram esse idioma.

No final do século XVIII os colonos já suportavam mal a rígida (e corrupta) administração da VOC. Nessa sociedade hierarquizada, os mestiços, cada vez mais numerosos, suscitavam a inquietação dos governantes. Em 1685, Van Drakenstein, governador do Cabo, proibiu os casamentos inter-raciais. Os mestiços do Cabo (*Kaapseurige*) são definidos num documento oficial como «um pecado» dos fundadores da colónia.

Algumas décadas depois, os *trekboers* — os bandeirantes da África Austral — ao aventurarem-se com os seus rebanhos para as planuras do nordeste chocam-se pela primeira vez com as comunidades *xhosas* ali instaladas. Para esses povos — a que os europeus chamaram pejorativamente «cafres» —, a sobrevivência dependia do gado e das pastagens. Os conflitos passaram a ser endémicos.

Em 1789, a mais de um milhar de quilómetros do Cabo, 200 *trekboers* expulsam os representantes da VOC e proclamam simbolicamente a República dos Cidadãos Livres, nas margens do rio do Peixe.

Nesse mesmo ano, na Europa, um acontecimento decisivo para a evolução da humanidade principiava a mudar a História, com repercussões quase imediatas na África do Sul: a Revolução Francesa.

Em 1795, a Inglaterra reagiu à ocupação da Holanda pelo exército francês tomando posse da Colónia do Cabo. A Administração dos Países Baixos foi restabelecida após a Paz de Amiens, mas os ingleses voltaram pouco depois e a região de Cape Town foi integrada definitivamente no Império Britânico por decisão tomada no Congresso de Viena em 1814.

Na época, a população não excedia 75 000 habitantes: 25 000 brancos e mestiços, 30 000 escravos e 20 000 pastores

khoi khoi.

Houve mudanças importantes com a administração inglesa. O comércio de escravos foi proibido e, em 1833, a escravatura acabou no Império Britânico. A medida, assinale-se, inseriu-se na estratégia global de Londres, numa época em que a Inglaterra gerava mais de 50% das exportações mundiais. As razões humanitárias contaram muito pouco no combate ao tráfico e na proibição da escravatura. Mas a decisão foi mal recebida no Cabo, não obstante o governo da Rainha Vitória ter destinado



Trabalhadores africanos sob o olhar atento dos colonos, na cidade do Cabo



250 mil libras ao pagamento de indemnizações aos colonos proprietários de escravos. A chegada, em 1820, de 5 mil ingleses que se instalaram no Zuurveld agravava o descontentamento, aumentando a tensão entre britânicos e *boers*, descendentes dos primitivos povoadores europeus.

Entretanto, uma nova guerra entre *trekboers* e *xhosas* empurrou estes para terras mais pobres, privando-os das suas pastagens tradicionais. As tropas britânicas intervieram ao lado dos colonos, mas o Governo de Sua Majestade determinou que fosse restabelecida a antiga fronteira, restituindo aos *xhosas* a região entre os rios Keishama e Kei. Os *boers* tomaram uma decisão drástica: optaram pela emigração para o grande planalto interior. Em 1837, os *trekboers* estabelecidos em Graaf Reinet (uns 6000, agricultores e criadores de gado) partiram em busca de uma nova pátria. Extensos comboios de *Voortrekkers* — assim ficaram a ser conhecidos — aventuraram-se por regiões quase desconhecidas em demanda da Terra Prometida. Rompendo todos os laços com o poder britânico, essas famílias, pobres, levavam consigo os enormes carros de bois, os escravos e o gado. Em cada

acampamento, o *laager* — o quadrado dos carros — era a sua fortaleza. Atravessaram o Orange e o Vaal e instalaram-se nas terras férteis do planalto, separado do Índico pela ciclópica cordilheira do Drakensberg. A opção envolveu um desafio à lógica. Mas eles, vencendo dificuldades aparentemente insuperáveis, atingiram a meta fixada.

O mito do povo eleito

A Igreja Reformada Holandesa cumpriu na África Austral, desde a chegada de Jan Van Riebeeck, um papel fundamental. Longe da Europa, o puritanismo e a intolerância do calvinismo exacerbaram-se. As ideias liberais vindas da Inglaterra apareciam-lhe como monstruosas aberrações. A libertação dos escravos foi olhada pelos *boers* como um desafio ao Senhor. Simultaneamente, cada violência do poder imperial britânico aparecia-lhes como um acto demoníaco. Assim aconteceu quando os ingleses os expulsaram do Natal, forçando-os a atravessar, de volta, os Drakensberg. As relações entre Londres e os *boers*, desde que eles se instalaram em Orange e no Transvaal, foram sempre marcadas pelas conveniências estratégicas da potência que então impunha a sua vontade em quase todo o planeta.

Em 1853 e 1854, a Inglaterra reconheceu a independência das Repúblicas do Transvaal e do Estado Livre de Orange. Mas isso ocorreu apenas porque Londres, em vésperas da guerra contra a Rússia, não pretendia atolar-se em conflitos contra «um pequeno povo arrogante» no sul da África.

Como teriam evoluído, sem a hostilidade britânica, as duas repúblicas *boers*? Os factos da História tiram significado à pergunta, mas não se deve esquecer que foram os britânicos que desvertebraram a nação zulu e esmagaram, também pelas armas, os *xhosas*. Ao proclamarem a independência, os *boers* de Orange e do Transvaal eram apenas 45 000. Profundamente religiosos, deram provas repetidas de uma coragem incomum e de um amor da liberdade comparável ao dos gregos da Antiguidade. O Grande Trek foi uma epopeia. As virtudes e os defeitos encontravam-se nessa gente tão inextricavelmente entrelaçados que se torna impossível hoje descer às raízes de certos comportamentos do grupo social que tiveram consequências trágicas. Os *boers* estavam convictos, como os antigos judeus, de que eram o povo eleito e que Deus os acompanhava.

A guerra contra os *boers*

O descobrimento dos diamantes em Kimberley, em 1869, e, posteriormente, o ouro no Rand vieram alterar o rumo previsível da História.

O Transvaal e o Orange tinham perdido a independência em 1873 para a recuperarem em 1881. O ouro mudou a vida na região. As Repúblicas *boers* passaram a ser um estorvo, um obstáculo muito incómodo que rompia a continuidade imperial do Cabo ao Cairo.

A guerra contra os *boers* foi a mais humilhante, cara e sangrenta em que a Inglaterra se envolveu desde a Revolução Francesa até ao conflito mundial de 1914-18. Mas era inevitável em função das coordenadas do imperialismo britânico. Londres teve de mobilizar 450 000 homens para esmagar as duas repúblicas que nunca poderiam armar mais de 40 000 combatentes. Após a derrota do exército regular *boer*, as guerrilhas, comandadas por Botha, Smuts e Hertzog resistiram durante mais de um ano aos ingleses. Mais de 120 000 civis brancos foram internados em campos de concentração onde a mortalidade foi enorme. As tropas britânicas praticaram uma política de devastação. Arrasaram o país. Crimes monstruosos foram cometidos com o aval de dois heróis do Império, Lord Roberts of Kandahar e Lord Kitchner. Dessa guerra ficaram sequelas terríveis, sementes de ódio que germinaram de geração em geração. Isso apesar de os ingleses, após a rendição incondicional *boer* de 1902, terem dado uma guinada de 180 graus na sua política. As regiões assoladas pela guerra foram reconstruídas. Em 1906, o Transvaal e o Estado Livre de Orange recuperaram o *self government*. Surpreendentemente, os dois Estados foram autorizados a man-

EM FOCO

ter o seu tradicional sistema de segregação racial. Em 1910, Londres integrou num conjunto único as quatro colónias — Transvaal, Orange, Natal e Cabo, criando a União Sul Africana.

Não era ainda a independência, mas quase. A população compunha-se então de quase 1,1 milhão de brancos, 500 mil mestiços, 100 mil indianos e 3,7 milhões de negros.

Os poucos negros sul-africanos instruídos acreditavam que a derrota boer levaria o liberalismo a implantar-se nas quatro colónias. Ocorreu o contrário. Londres não estava preocupada com os direitos das populações autóctones, mas sim com a valorização das grandes riquezas da África do Sul, talvez a área de maior concentração de minérios raros do planeta. O entendimento com os boers, plantados no coração da terra do ouro e dos diamantes, tornou-se prioritário para a Inglaterra.

Em 1913, o governo de Botha promulgou — sem protesto de Londres — o Native Land Act, a lei que confinou a maioria negra em apenas 7,3% do território. Até então, somente no Orange era proibido aos negros comprar terras ou outros bens a brancos. A partir dessa data, a interdição passou a ser aplicável ao conjunto da União, e centenas de milhares de famílias foram expulsas de regiões onde os seus antepassados se haviam fixado há séculos. Somente uma escassa minoria de negros tinha então acesso à instrução. Os melhores deles foram os fundadores do South African National Congress, predecessor do actual African National Congress — ANC.

A unidade entre os dirigentes da comunidade de afrikaner apresentou, entretanto, desde o início fissuras. A primeira prova foi a Guerra Mundial de 1914. Dois heróis do conflito anglo-boer desentendem-se. Smuts consegue que o Parlamento aprove a entrada na guerra contra a Alemanha. Hertzog discorda. O Partido Nacional intensifica a sua linha antibritânica. O comandante do exército e um punhado de chefes prestigiosos revoltam-se. Mais de 12 000 afrikaners levantam-se contra o Governo; parte deles vai combater ao lado dos alemães do Sudoeste Africano (actual Namíbia).

A derrota da Alemanha não cicatriza as feridas abertas na minoria branca. A crise de 1929 atira pela primeira vez milhares de brancos para o desemprego. Trabalhadores negros organizam manifestações de resistência passiva. Três mil destroem os seus passes em público e a polícia massacra 24 em Port Elisabeth.

Em 1923, o Native Urban Act implantara a segregação racial nas cidades.

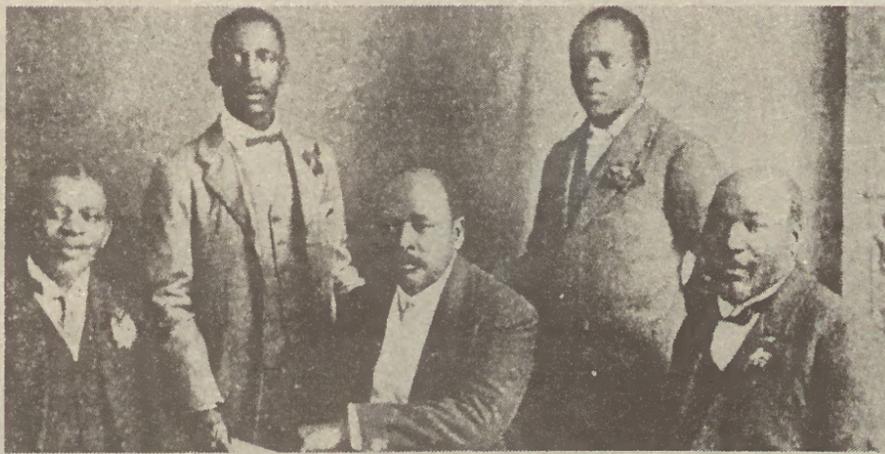
Malan e o apartheid

Num quarto de século, de 1911 a 1936, é elaborado o núcleo básico das grandes leis da segregação racial que formam a coluna vertebral do *apartheid*. O Mines and Work Act proíbe aos negros o acesso a empregos qualificados nas minas e na indústria. O Wage Act de 1925 estabelece tectos para os salários dos negros. O Nation Representation Act de 1936 retira aos negros do Cabo e do Natal o direito de voto.

Essas vitórias dos extremistas afrikaners não atenuam os sentimentos antibritânicos, mas a crise económica mundial leva a uma aproximação entre Smuts e Hertzog. O South African Party e o Nasionale Party fundem-se, dando origem ao United Party. É então que irrompe um partido ultranacionalista criado por um pastor da Igreja Reformada Holandesa, o rev. Daniel Malan. Uma sociedade secreta, a Afrikaner Broederbond, funciona como berço da nova ideologia do nacional cristianismo. O desfecho é o *apartheid* na sua versão dita científica. A palavra, forjada por pastores calvinistas afrikaners, torna-se doutrina pregada do pulpito das igrejas. A rígida separação entre as raças (ou seja tudo para os brancos, nada para os negros) passa a ser objectivo simultaneamente religioso, político e económico. Não é um slogan eleitoral, mas um projecto de sociedade.

No III Reich, o *apartheid* recebe elogios. E, naturalmente, o nazismo encontra receptividade na África do Sul. Para muitos afrikaners, Hitler encarna a esperança da derrota do inimigo principal: a Grã-Bretanha. Em Joanesburgo, brigadas de camisas cinzentas são organizadas segundo o modelo das famosas SA, os camisas castanhas de Rohem. Em 1937, as manifestações anti-semitas multiplicam-se. O seu dinamizador é o futuro primeiro-ministro Hendrik Verwoerd. O nacionalismo afrikaner, o racismo e o anticomunismo formam uma trilogia.

A direita xenófoba afrikaner terá, contudo, de esperar



O ANC é fundado em 1912 e dois anos depois W. Rubusana, T. Mapikela, Rev. J. L. Dube, Sol Plaatje e S. Msane visitam a Grã-Bretanha para darem conta dos seus protestos ao governo e à opinião pública



A crise do pós-guerra e a onda revolucionária que propaga por todo o mundo resulta na África do Sul numa série de greves que são fortemente reprimidas

pelo final da guerra para ver colimado o seu projecto desumano. Em 1948, Daniel Malan vence as eleições. O novo Partido Nacional obtém menos votos, mas elege mais deputados. Pela primeira vez, forma-se um governo em que todos os ministros são afrikaners.

Transcorrido um ano, o Partido Nacional inaugura em Pretória o monumento aos Voortrekkers. É a homenagem aos pioneiros do povo eleito.

Em Fevereiro, esteve naquele lugar, sacralizado, venerado como panteão nacional. Contemplei cenas do mural da batalha de Blood River, no qual 470 boers fechados no laager derrotaram 15 000 zulus. Não se pode negar heroísmo e coerência àqueles homens. Mas não é fácil entendê-los. Ao atribuírem a sua vitória à intervenção divina eram sinceros. Tal como eram ao inscrever no seu código moral o princípio de que Deus considerava pecaminosa a mistura das raças.

Em Pretória, perguntei a um antropólogo, professor da Universidade, o que pensavam os seus colegas que se opõem às mudanças em curso de homens como Nelson Mandela e Sisulu.

A resposta, hesitante, quase envergonhada, pronunciada em voz baixa, ajuda a compreender os aspectos do fanatismo cego que fez da África do Sul cenário de uma cadeia de tragédias:

«Muitos deles — balbuciou — continuam a pensar que os negros são seres inferiores...»

Em 1947, o Partido Nacional definia assim o *apartheid*: «É uma política que se harmoniza com os princípios cristãos de justiça e equidade e que tem por objectivo preservar a identidade dos povos indígenas como grupo racial separado e oferece-lhes a possibilidade de se desenvolverem em conjuntos nacionais autónomos, estimulando o nascimento de uma consciência nacional.»

O mais doloroso é a ausência de hipocrisia; eles estavam convictos da sua superioridade, outorgada por Deus.

A partir de 1948, os sul-africanos foram distribuídos por três raças: brancos, mestiços e indígenas. Os negros aparecem arbitrariamente catalogados em nove etnias, tomando a língua como referência principal, isso não obstante zulus e xhosas, por exemplo, pertencerem ao

mesmo grupo linguístico, o nguni. Os «mestiços» tiveram um tratamento não menos irracional: mestiços do Cabo, griqua, chineses, indianos e outros asiáticos. Inicialmente, os japoneses foram também incluídos entre os mestiços. Mas como o poder económico pesa muito, os responsáveis pela identificação das raças retiraram os nipónicos da família «mestiça» e transferiram-nos para a dos brancos. Nos últimos anos, os chineses passaram também, oficialmente, a ser brancos.

Os critérios para a determinação da raça eram absurdos e abjectos: cor da pele, tipo de cabelo, origem familiar e idioma. A tarefa apresentou sempre grandes dificuldades. Mestiços de pele e olhos claros e afrikaners morenos suscitaram sempre dúvidas. Durante muitos anos, os portugueses foram tratados como brancos de segunda classe; houve quem defendesse a sua inclusão no grupo dos mestiços. Obviamente, passar de uma categoria para outra implicava mudar de residência, de emprego, de estatuto social, como sublinha o historiador Paul Coquerel. A classificação racial foi fonte de muitos dramas, destruiu famílias, separou casais, mergulhou muita gente num universo kafkiano. Os romances do grande escritor sul-africano Alan Patton são esclarecedores a esse respeito.

A lei dos reagrupamentos da população impôs lugares de residência obrigatórios. Esse diploma foi «aperfeiçoado» em 1953 pelo Reservation of Separate Amenities Act, que estabeleceu rígida separação nos lugares públicos e serviços: transportes, salas de espectáculos, restaurantes, piscinas, hospitais, sanitários e até praias e bancos de jardins. Os repugnantes painéis «White Slegs Blankes» e «Non White Nie Blankes» projectam a imagem fantástica de um assustador Parque Zoológico humano. As relações eram, sob certos aspectos, piores do que as existentes em Roma entre senhores e escravos. Hendrik Verwoerd pôs toda a sua imaginação doentia ao serviço de uma ambição: fazer da África do Sul «o país do homem branco».

A qualquer momento, a polícia podia exigir a um negro o *pass* (ou *reference book*) que fazia as vezes de bilhete

de identidade, carteira de trabalho e atestado de residência. Qualquer trabalho com a mínima irregularidade na documentação estava exposto a ser tratado como «indivíduo de comportamento prejudicial ao interesse público».

Em 1953, a lei sobre a educação bantu estendeu o *apartheid* ao ensino público. Os programas e a pedagogia foram revistos de modo a proporcionar aos africanos um ensino de baixo nível. O Partido Nacional não escondeu o seu objectivo: «A educação dos indígenas deve basear-se nos princípios da tutela, da desigualdade e da segregação». Essa era ao tempo a linguagem oficial.

O Bantu Education Act de 53 foi complementado pelo Extension of Universities Act de 1959, que criou três universidades para negros nos bantustões e proibiu aos negros o ingresso nas universidades anglófonas (nunca fora permitido nas de ensino em afrikaans).

O Estado policial

As vítimas não aceitaram o papel que lhes era atribuído no grande jogo da vida. O protesto popular adquiriu amplitude e radicalizou-se à medida que a segregação assumia aspectos mais cruéis e repulsivos. Os efectivos do ANC passaram em poucos anos de 25 mil para 100 mil. Em Junho de 1950, os militantes da Youth League — Oliver Tambo, Walter Sisulu, Anton Lambede e Nelson Mandela — apelaram à greve geral no Freedom Day. A Polícia desencadeou uma repressão brutal: 18 mortos.

Em 1952, o ANC respondeu às comemorações oficiais da chegada dos navios de Jan Van Riebeeck com uma campanha de desobediência civil. Mais de 8000 pessoas foram presas e algumas mortas.

O sucessor de Malan, Strijdom reforçou as «medidas de segurança». A África do Sul tornou-se um Estado policial.

O South African Communist Parti — SACP, que tinha 3 mil militantes no início dos anos 50, foi posto fora da lei no quadro da «guerra fria». O governo atribuiu-se

EM FOCO

poderes para elaborar listas de «comunistas» e com esse pretexto expulsou quem quis da Função Pública.

O combate pelas liberdades, porém, prosseguiu sempre nas condições mais difíceis. O ANC, o South African Indian Congress, o South African Coloured People's Organization e o South African Congress of Democrats reuniram-se no Natal sob a presidência de Albert Luthuli e redigiram aí a Carta da Liberdade. A Polícia prendeu centena e meia de pessoas, entre as quais o próprio Luthuli, Tambo, Mandela, Dadoo, Sisulu. Todos foram acusados de «traição e actividades comunistas». Seis anos durou o processo, que terminou, inesperadamente, com a derrota do governo. Os réus foram absolvidos.

O sucessor de Strijdom, Hendrik Verwoerd, realizou o velho sonho afrikander. Em 1961, a África do Sul rompe os laços com a Coroa Britânica; a República é proclamada em 31 de Maio de 1961.

O radicalismo, entretanto, havia gerado uma cisão no movimento popular. Em 1959, Robert Sobukwe repudia a presença de brancos no ANC e funda o Pan African Congress — PAC, movimento que faz da negritude e da luta armada bandeiras de combate. O abalo no ANC foi muito menor do que o esperado.

Em Março de 1960, o massacre de Sharpeville, uma *township* do Transvaal, chamou a atenção da humanidade para a tragédia que se desenrolava na África do Sul. A Polícia matou pelo menos 69 pessoas e feriu 180; a maioria das vítimas foi atingida nas costas, quando a manifestação se dispersava. A tensão subiu extraordinariamente. Em Abril, Verwoerd ilegalizou o ANC e o PAC; mais de 18 mil pessoas foram presas.

A legislação repressiva assumiu aspectos alucinatórios. O período de prisão preventiva passou a não ter limite em certos casos.

Novamente presos, os principais dirigentes do ANC são levados a tribunal. O julgamento é uma farsa, mas Mandela, Sisulu, Mbeki e Golberg são condenados a prisão perpétua.

O massacre do Soweto

O *apartheid* foi completado administrativamente pelas estruturas de desenvolvimento separado implantadas gradualmente no país. O poder, ambicioso, projectou a criação de dez bantustões, mas apenas conseguiu dar forma a quatro: o Transkei, o Ciskei, o Venda e o Bophutswana. O último é um arquipélago de enclaves semeados na vastidão da República. Os territórios autónomos como o Kwa Zulu (bastião de Mangosuthu Buthelezi, líder do Inkhata Freedom Party) são também construções políticas totalmente artificiais.

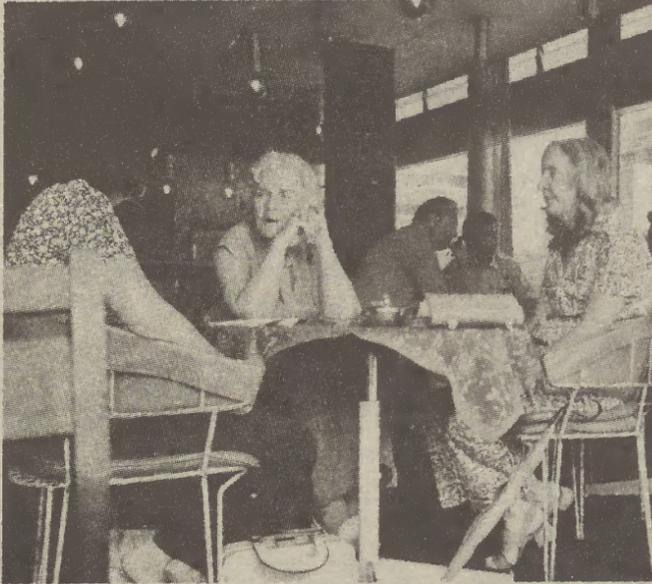
O primeiro-ministro Balthazr Vorster, que na juventude se dizia nazi e proclamava a sua admiração por Hitler, teve de fazer frente às primeiras cisões graves no Partido Nacional. Em 1969, um grupo ultra, os Verkrampies (Crispados), rompeu com a organização, passando a defender um racismo total, capaz de «purificar a nação».

A 16 de Junho de 1976, a chacina do Soweto, a maior *township* do país (dois milhões de habitantes?) voltou a projectar no mundo a barbárie do regime do *apartheid*. Tudo começou com uma manifestação de adolescentes. Mais uma vez o número de vítimas não foi divulgado. Mas o protesto alastrou rapidamente a todo o país, assumindo proporções quase insurreccionais. No final do ano, a Polícia prendeu 4 mil pessoas que foram submetidas a julgamento e condenadas. Em 18 meses, 90 presos morreram no cárcere.

Em 1978, quando Pieter Botha assumiu a chefia do Governo tratou de esboçar tímidas reformas no sistema, esperançado em lhe garantir a sobrevivência. Mudar alguma coisa para tudo ficar na mesma. A linguagem oficial evoluiu. O desenvolvimento separado tornou-se «democracia pluralista». A reforma constitucional não alterou a realidade do *apartheid*. A tentativa de captar as minorias indiana e mestiça, privadas do voto desde 1959, não convenceu. Em 1983, o eleitorado branco aprovou o projecto das três Câmaras separadas. O referendo somente contribuiu para aumentar o desprestígio e o isolamento da África



As desigualdades sociais entre brancos e negros são abismais. Na foto, à esquerda, um *ghetto* para negros e, à direita, uma feliz família branca



Também os serviços são segregados: à esquerda um restaurante para brancos e, à direita, negros comem a sua refeição num passeio de Joanesburgo

do Sul. Os mestiços e os indianos boicotaram a iniciativa e o United Democratic Front — UDF, liderado pelo bispo Desmond Tutu, lançou uma campanha de âmbito internacional pondo a nu as intenções de Botha.

Em Novembro de 1984, uma greve geral no Transvaal foi reprimida com a violência habitual e, no aniversário do massacre de Sharpeville, a Polícia disparou sobre a multidão. Balanço: 19 mortos.

Botha continuou a recuar. Revogou a lei sobre a «imoralidade» que proibia as relações sexuais entre raças diferentes e os casamentos interracialis. Mas o protesto popular não diminuiu e o governo, alarmado, proclamou o estado de emergência.

Botha tinha consciência de que se aproximava o fim de uma era. Pouco antes, a ala direita do Partido Nacional rompera com ele para fundar o Partido Conservador e defender com arrogância «uma África do Sul branca». Ao racismo extremista faltava, porém, base de apoio.

A minoria branca, temerosa do futuro, interroga-se. O mito da terra prometida e a esperança na protecção divina desvaneceram-se. Milhares de sul-africanos de origem britânica começam a deixar o país, emigrando para a Grã-Bretanha ou para a América. O medo principia a instalar-se entre os descontentes dos pioneiros de Jan Van Riebeeck.

Quem arreganha os dentes são os ultras. Eugene Terreblanche, um antigo polícia, funda o Afrikaner Werstans Bewering — AWB, cujo emblema é uma suástica de três pontas. O grupo tem uma organização armada, os Blitzcommandos, que se prepara para a guerra com o objectivo de criar um Estado branco que perpetue os ideais dos Voortrekkers. Outros grupelhos similares aparecem. São perigosos pela sua disponibilidade para acções terroristas, mas

politicamente inexpressivos, quase folclóricos. Faltalhes apoio na própria comunidade de origem boer (três dos cinco milhões de brancos).

O começo da viragem

A partir de 1985, o Poder branco recua. Botha reconhece publicamente que o *apartheid* se tornou obsoleto e propõe tímidas mudanças. Abre as cidades aos negros. Tenta salvar do naufrágio o máximo de privilégios para a minoria que, na prática, actua como dona do país. A sua política, pouco inteligente e contraditória, não chega a ser astuciosa. Não convence. Teima sim em falar da «preservação da autonomia dos grupos que constituem a população». Tenta desesperadamente manter no país um regime racista, adequando-lhe as estruturas à nova relação de forças.

A resposta do ANC força-o a bruscas guinadas. Alterna a revogação de leis racistas com a mais brutal repressão. Em 1986, quando o estado de emergência foi restabelecido, houve mais de 30 000 prisões.

As sanções impostas pela comunidade internacional provocaram uma crise económica que se acentuou de ano para ano. Os investimentos caíram drasticamente, grandes transnacionais retiraram-se do país, os preços do petróleo subiram de maneira alarmante, o rand desvalorizou-se.

Em 1990, quando Frederik de Klerk substituiu Pieter Botha, as mudanças adquiriram um ritmo mais rápido. Isso não aconteceu, obviamente, por súbita humanização dos detentores do Poder. Os factores determinantes foram as consequências da pressão internacional e da luta do movimento de massas.

A 2 de Fevereiro desse ano, o ANC voltou à legalidade após quase 30 anos de clandestinidade. Uma semana depois, no dia 11, Nelson Mandela foi libertado. A pena de morte é abolida e os presos políticos saem das cadeias. No dia 15 de Outubro, o Separate Amenities Act, que há 40 anos regulamentava em pormenor as odiosas regras do *apartheid*, é revogado.

Começa então a difícil negociação. A minoria branca habitua-se à ideia de que Nelson Mandela será o próximo presidente do país. Mas um longo, doloroso, árduo caminho terá de ser percorrido até que a África do Sul saia do túnel.

A seguir:

A caminho da Constituinte e do Governo de Unidade Nacional



Os europeus à parte mesmo nos sanitários



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Unha e unha...

Barreto não é alcunha.
É nome de antiga unha.
A miséria testemunha
o gume da sua espada.

Calado, fuzila o Cunha.

Com as comadres à lambada
nas ameias do conflito
esperam pela pancada
vai ser o bom e o bonito.

Unha a unha
o Barreto mais o Cunha.

Ó ases!

Jardim ama o sabor das belas frases
porém, agora, acerta:
Portugal, não senhor, não é um oásis.
Genial descoberta!

Ó Jardim, ouve lá.
Não sejas ao exagero tão propenso.
Oásis, para alguns, há
mas para os outros há um deserto imenso.

Chama-se isto, etc. e tal,
a solidariedade social...

Má cárie

O Macário
o Macário deu à costa
ai deu à costa
numa noite de borrasca.
Ai se o Cavaco
se o Cavaco nele aposta
é só porque
é só porque
está mesmo à rasca...

O Macário
o Macário deu à costa
ai deu à Costa
na esteira de um faquir.
Se o Cavaco
ai se o Cavaco nele aposta
é só porque
gosta de ver
o povo a rir...

Ingratidão

Uma sondagem mesmo agora feita
diz a Cavaco que se vá embora.
Esta agora! ù digo eu. ù Olha esta agora!
É mais do que mal feito, é uma desfeita.

Antes se deve dar por satisfeita
toda a nação que lhe sentiu a espora.
Que bem governa! A economia piora
muito mais desemprego à nossa espreita

e sem medida os gastos, os milhões
nos bolsos de honestíssimos ladrões,
o abutre, o réptil, o macaco, o rato,

tudo enfim com que a Pátria se engrandece.
Cavaco tal sondagem não merece.
Provou-se que este povo é um ingrato.

■ IGNOTUS SUN

Ler ou tresler?

O facciosismo da TSF torna-se insuportável. No noticiário das 24h do dia 5 de Março, não pôde deixar de falar do grande comício do PCP no Pavilhão Carlos Lopes. Também não pôde deixar de reconhecer que a casa estava cheia. Objectividade? Nada disso. Reduziu o importante discurso de Carlos Carvalhas, que os leitores podem conferir na presente edição do "Avante!", às seguintes informações: "17 páginas", "45 minutos" e "uma ligeira referência a Judas". E depois num comentário demolidor: "Referência demasiado ligeira para um discurso tão pesado". Isto é que é a "tal rádio para ler o mundo"? Para ler ou para tresler? E qual é o mundo da TSF?

Bruxelas, capital dos protestos

Recentemente, Jean-Marie Borremans, capitão da "gendarmérie" de Bruxelas, informou que durante o ano de 1992 o departamento foi chamado a intervir 345 vezes para manter a ordem e a segurança públicas por ocasião das manifestações realizadas em Bruxelas. Segundo disse, as *manifes* exigiram a utilização de 22 503 agentes para um total de 149 363 horas de trabalho, autobombas, blindados, barreiras de arame farpado, capacetes especiais e matracas, etc., cujo custo

ascendeu a mais de 149 milhões de francos belgas (cerca de 600 mil contos). Queixou-se o capitão que o esforço vai muito para além da presença física no terreno - exige obtenção e selecção de informações, avaliação do número e meios utilizados pelos manifestantes, estado de espírito e suas intenções, etc. Tudo isto porque Bruxelas é a sede das instituições europeias e se tornou o ponto de convergência das reivindicações mais diversas e o cruzamento de todos os descontentamentos, ainda segundo o capitão, que se lamentou também das perturbações da circulação e dos engarrafamentos causados por todas estas manifestações.

O capitão, involuntariamente, acabou, por um lado, de fornecer um documento arrasante e desmistificador do paraíso comunitário e, por outro lado, forneceu dados que atestam a dimensão e a diversidade da luta e do descontentamento social e popular.

A avaliar pelo que se vem passando desde o início deste ano, o relatório do capitão Borremans vai ser ainda mais carregado de números em 1994 - não esquecer que o famoso mercado interno só agora começou mas o desemprego galopa, as falências multiplicam-se por todo o lado, as perspectivas económicas são sombrias, os ataques contra as garantias sociais aumentam. Pelos

vistos, emprego garantido só mesmo na "gendarmérie".

Comprar e deitar fora

Segundo uma notícia divulgada a semana passada pelo Público, a RTP gastou, nos últimos quatro anos, largos milhões de contos na compra de programas que guardou em carteira. O objectivo era, por um lado, comprar barato antes da chegada da concorrência das 'privadas' e, por outro lado, deixar as suas congéneres a 'ver navios'.

O problema, como reza o velho ditado, é que o barato sai caro. No seu afã de comprar, comprar, comprar tudo, a RTP esqueceu-se de um pequeno pormenor: os direitos de transmissão de filmes, séries e demais produtos televisivos têm prazo de duração. Ora, como o dia ainda só tem 24 horas e a programação da RTP a tanto não se atreve, pois até os seus mais fiéis clientes precisam de dormir, verificou-se não haver tempo para tanta fartura de compras. Resultado: com programas fora de prazo quais pescadinhas congeladas, a RTP tem vindo a perder direitos, enquanto a concorrência vai passando os filmes e séries que tanto dinheirinho custaram à RTP.

Não fora o Estado - quer dizer, todos nós - ter andado a encher os bolsos da estatal, e até que seria bem feito, para Eduardo Moniz aprender que a gula é um pecado mortal.

frases da Semana

"(...) quando menos se espera, é um dirigente do nosso partido que vai à televisão elogiar o Cavaco e outro defender a venda livre de droga!"

☛ (um orador não identificado numa sessão do PS, no Porto - «Expresso», 6.03.93)

"Saramago? Esse gajo quem é?"

☛ (Paulo Futre - «O Diabo», 9.03.93)

"Crucificaram-me por fazer o Bem!"

☛ (Oliveira e Costa, ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais - «O Diabo», 9.03.93)

"Nos conselhos de ministros deixaram de se ver fatos azuis, ou verdes, ou às riscas, para só se verem fatos cinzentos."

☛ (José António Sarai-va, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 6.03.93)

"Balsemão ainda não provou que é um homem de televisão."

☛ (Luís Silva, administrador-delegado da Lusomundo - «Diário de Notícias», 8.03.93)

"Tenho uma grande consideração por Miguel Bezeza e não vejo qualquer razão para a sua demissão."

☛ (Cavaco Silva - «Diário de Notícias», 7.03.93)

"Só fiz discurso pedagógico."

☛ (Braga de Macedo - «Capital», 8.03.93)

"Não conheço nenhuma crítica do Ministério das Finanças ao Banco de Portugal"

☛ (Miguel Bezeza - «Diário de Notícias-Negócios», 8.03.93)

"Fui nacionalista mas nunca fiz a apologia da ditadura."

☛ (Paulo Teixeira Pinto, porta-voz do Governo - «Expresso», 6.03.93)

"A política é a escolha científica do bem possível afastando a arte do mal menor."

☛ (idem)

"O homem, ao longo da história, cultivou-se sempre com grandes ideais; neste momento, o fracasso dos ideais propagados pelos partidos leva-os a virarem-se para o "salve-se quem puder"."

☛ (José Luís Judas - «Expresso», 6.03.93)

"(...) essa hipótese (de adesão à UGT) não se põe, nem a UGT anda à procura do José Luís Judas, porque temos bons quadros. Nesta sala temos muitos Judas... (risos)"

☛ (Torres Couto, em Conferência de Imprensa - «Jornal da Noite», SIC, 3.03.93)



Agenda

Sábado, dia 13
das 10 às 18h
no Centro de Trabalho
de Alpiarça

IV Assembleia da Organização Regional de Santarém

Participação de
Carlos Carvalhas
que intervém na
sessão pública de encerramento
às 17h 30

Carlos Carvalhas
participa também no
Almoço-convívio
promovido pela CDU em
Constância
Sociedade da Portela - 13h

to de música popular
"3 de Abril". * Almoço
no CT de Arroios:
domingo às 12.30. Almoço-convívio no
salão do Centro de
Trabalho Vitória, pro-
movidado pela célula do
Fado de Abril, com a

Benfica, sábado às
15.00. * Encontro
Nacional de Qua-
dros da CP * no CT
Vitória, sábado a par-
tir das 10.30, com a
participação de Vidal
Pinto. * Plenário do
sector de Serviços

tivo do 72º aniversá-
rio do PCP, com a
participação do cama-
rada Aboim Inglês:
no Centro de Traba-
lho, sábado às 17.00.
* Olival Basto: Deba-
te sobre Segurança
dos Cidadãos com a

Álvaro Cunhal no distrito de Beja

Sexta-feira, 12

Serpa • Visita ao Município

- 11.00 - Encontro com o Executivo da Câmara Municipal
- 12.30 - Visita à Freguesia de Vila Nova de S. Bento
- 15.00 - Visita à Vila de Serpa
- 17.00 - Encontro com os trabalhadores da Câmara Municipal
- 18.00 - Visita ao Museu Etnográfico e ao Centro Histórico

Jantar comemorativo do 72º aniversário do PCP - em Serpa

Sábado, 13

Beja

- Entrevista na Rádio Voz da Planície (às 9.00)
- Visitas ao Museu Visigótico, ao Bairro das Portas de Mértola, à sede do MURPI, à Biblioteca Municipal, ao Parque das Feiras e Exposições e à zona da Escola C+S (a partir das 10.00)
- Almoço comemorativo do 72º aniversário do PCP

Mértola

- Encontro com o Executivo da Câmara Municipal seguido de visita ao Centro Histórico (às 17.00)
- Jantar comemorativo do 72º aniversário do PCP

actuação dos fadistas
deste colectivo * no
sábado às 13.00. *
Jantar comemorati-
vo da nacionalização
da Banca e dos Segu-
ros: no restaurante "A
Valenciana", hoje,
quinta-feira. * Plená-
rio da célula dos Fer-
roviários/Zona de
lisboa, sobre a situa-
ção na empresa: hoje,
no CT Vitória, a partir
das 18.30. * Plenário
de militantes da freguesia
de Campolide: hoje,
quinta-feira, às 18.30,
no CT Vitória. * Plená-
rio de militantes da
freguesia de Sto.
Condestável * no CT
Pedro Soares, sábado
às 15.00. * Plenário
de militantes da freguesia
dos Prazeres * hoje,
sábado às 14.30 no
CT de Alcântara. *
Reunião de activistas
da CDU da freguesia
de Arroios: sexta-
feira às 21.30 no CT
de Arroios. * Reunião
da célula do B. Fon-
secas & Burnay: segunda-feira
às 17.30 no CT Vitória.
* Plenário da CDU de
Benfica: no CT de

sobre trabalho sindi-
cal, com a participa-
ção da camarada Rosa
Rabiais: no CT da
Avenida Duque de
loulé, quinta-feira,
dia 18, às 19.30. *
Seminário promovido
pelo PCP: "A Educa-
ção, a Escola e o
Poder Local". no
Hotel Plaza, sábado a
partir das 10.30, com
a participação dos
camaradas Edgar
Correia e Luís Sá.

LOURES

Sto. Antão do
Tojal * plenário de
activistas da CDU,
sexta-feira às 21.30
no salão da Junta de
Freguesia. * Mosca-
vide * plenário de
militantes: quinta-
feira às 21.30 na Casa
da Cultura. * Unhos *
plenário de militantes:
sexta-feira às 21.30.
* Sacavém * Almoço-convívio, no sába-
do, comemorativo do
72º aniversário do
PCP, com a participa-
ção do camarada
Octávio Teixeira.
Manhã desportiva. *
Sta. Iria da Azóia *
Convívio comemora-

participação de Antó-
nio Filipe, Paulo
Piteira e Liberto
Carvalho * sexta-
feira; visita de eleitos
da CDU à freguesia *
sábado a partir das
9.30. * Póvoa de
Santo Adrião *
Debate sobre "Desen-
volvimento e Futuro"
com a participação de
Demétrio Alves, pre-
sidente da CM de
Loures: no salão da
Junta de Freguesia,
sexta-feira. * Odivelas * Almoço com-
memorativo do aniversá-
rio do PCP, com a
participação do cama-
rada Jerónimo de
Sousa: sábado, no
Salão Polivalente;
debate sobre Política
Desportiva: no salão
da Associação de Freguesia,
segunda-feira
às 21.30, com a parti-
cipação de Carlos

Segunda-feira, dia 15
Tempo de antena do PCP
a seguir ao Telegiornal
no Canal 1

AMADORA

Plenário de militantes do PCP no Movimento Associativo da Amadora * no CT da Amadora, hoje, quinta-feira, às 21.30, com a participação de Carlos Rabaçal * Plenário de militantes da freguesia de Alfragide * sexta-feira às 21.30, em Alfragide. * Plenário de militantes da freguesia da Mina para discussão das eleições autárquicas e do reforço da organização * sexta-feira às 21.30 no CT da Amadora. * Visita de eleitos da CDU na Câmara e Assembleia Municipal e nos órgãos da Freguesia à freguesia da Brandoa, no sábado: Alto da Brandoa às 9.30, Zona Centro às 10.30, A-fornelos às 11.30. Almoço-convívio no Centro de Trabalho do PCP na Brandoa. * Encontro de militantes da Falagueira-Venda Nova * sábado às 15.00 no salão da Junta de Freguesia.

AVERIO

Jantar-convívio comemorativo do 72º aniversário do PCP * sexta-feira às 20.00 no restaurante "O Buraco". * Jantar-convívio comemorativo do 72º aniversário do PCP em Lourosa, com a participação do camarada Henrique de Sousa: sábado às 20 no restaurante "Imperador". * Almoço comemorativo do 72º aniversário do PCP na Mealhada: domingo, com a participação de Henrique de Sousa.

BRAGA

Jantar-convívio comemorativo do 72º aniversário do PCP, promovido pela Comissão Concelhia de Braga: sábado às 20.00 na Cantina da Segurança Social, com a participação dos camaradas José Antunes e António Lopes. * Reunião de eleitos e activistas da CDU de Fafe para discussão das listas para as eleições autárquicas: domingo às 9.30, no CT do PCP.

BRAGANÇA

Plenário de militantes da cidade, com a participação do camarada Serafim Brás * sexta-feira às 21.30, no Centro de Trabalho.

COIMBRA

II Encontro Nacional dos Comunistas da EDP * sábado, no Centro de Trabalho de Coimbra, a partir das 11.00. Participa o camarada Domingos Abrantes. * Almoço-convívio, seguido de debate, em Figueiró/Source, com a participação do camarada Ruben de Carvalho: no café restaurante "O lagar", em Figueiró, domingo às 12.30.

COVILHÃ

Jantar-convívio comemorativo do 72º aniversário do PCP, com a participação do camarada Sérgio Teixeira * sábado.

ÉVORA

Reunião da Comissão Coordenadora da CDU do concelho de Évora * a partir das 21.00, no Palácio D. Manuel. * Plenário de militantes do PCP de Aguiar, para discussão das eleições autárquicas * sexta-feira às 20.30. * Plenário da CDU do concelho de Redondo: na Casa do Povo de Redondo, sábado às 16.00.

FARO

Comemorações do 72º aniversário do PCP: jantar-convívio em Santa Luzia/Tavira, na sexta-feira, com a participação do camarada Mário Sousa. No sábado: almoço em Quarteira/Loulé, com a participação do camarada Carlos Luís Figueira; jantar em Monchique, com João Zagalo; jantar em S. Brás de Alportel, com Fernando Amaro. No domingo: almoços-convívios em Vila Real de Sto. António, com Carlos Luís Figueira; em S. Bartolomeu de Messines, com João Zagalo; em Albufeira, com Fernando Amaro. * Debates sobre a situação na ex-Jugoslávia com a participação do camarada Domingos Lopes: no Salão de Conferências da Câmara Municipal de Portimão, sexta-feira às 21.30 e no Salão de Conferências do Hotel Faro, em Faro, sábado às 16.00.

GONDOMAR

Almoço-convívio comemorativo do 72º aniversário do PCP: domingo às 12.30, na escola Preparatória de Rio Tinto, com a participação do camarada Emídio Ribeiro.

LISBOA

72º aniversário do PCP: jantar comemorativo no CT de Alcântara, com a participação do camarada Domingo Abrantes * sexta-feira às 19.30. Jantar-convívio no CT da Avenida Duque de Loulé, com a participação do camarada Octávio Pato: sexta-feira às 20.00. Almoço comemorativo no CT dos Olivais * domingo às 13.00. Merenda-convívio da organização de Reformados da Cidade de Lisboa * hoje, quinta-feira, a partir das 14.30, no CT Vitória; intervenção sobre a situação política pelo camarada José Casanova; animação com o conjun-

Rabaçal. * Vialonga * Almoço-convívio comemorativo do 72º aniversário do PCP, com a participação do camarada Octávio Teixeira: na Sociedade Columbófila, domingo às 13.00.

MAFRA

Almoço-convívio comemorativo do 72º aniversário do PCP: sábado em casa do camarada Gerales.

MOITA

Encontro Concelhio da CDU: domingo, a partir das 9.30, no salão dos Bombeiros Voluntários da Moita. Participa Luís Sá. À noite, no mesmo local, convívio.

OEIRAS

Plenário da organização de Carnaxide: sexta-feira às 21.00, no CT * Plenário da organização de Algés/Cruz Quebrada: sábado às 15.00, no CT de Algés. * Almoço-convívio comemorativo do 72º aniversário do PCP com a participação do camarada Octávio Pato: no Atlético de Algés, domingo às 13.00.

PAÇOS DE FERREIRA

Jantar-convívio comemorativo do 72º aniversário do PCP, promovido pela Comissão Concelhia: sexta-feira às 20.30, no restaurante "montanha", em Eiriz, com a participação de José Calçada.

SEXAL

Paio Pires: Plenário da CDU do Casal de Sto. António, com a participação de eleitos nos órgãos da Freguesia e na CM * sábado às 15.00.

SETÚBAL

Plenário de militantes das empresas, estabelecimentos e instituições em geral sobre a manifestação convocada pela CGTP-IN para dia 20: terça-feira às 18.00 no CT concelhio. * Plenário de militantes das Pontes * no salão da Cooperativa de Habitação, sábado às 15.00.

SINTRA

Reunião de militantes da freguesia de Pero Pinheiro: no CT de Montelavar, sexta-feira às 21.30. * Encontro da CDU da freguesia de Queluz: na Associação dos Bombeiros Voluntários de Queluz, sábado a partir das 15.00, com a participação de lino Paulo e José Casanova. * Agualva-

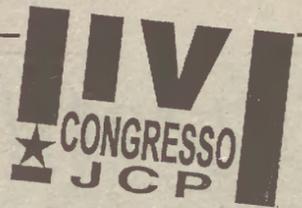
Cacém * Almoço comemorativo do 72º aniversário do PCP com a participação do camarada lino Paulo e Aboim Inglês: domingo às 13.00 no J.I.P. Reunião de camaradas que recebem quotizações, com a participação de Euclides Pereira: segunda-feira às 21.00 no CT de Agualva-Cacém.

S. DE MONTE AGRÃO

Almoço comemorativo do 72º aniversário do PCP, com a participação de José Casanova * domingo, na Garagem Municipal.

TORRES VEDRAS

Jantar-convívio comemorativo do 72º



Discussão de documentos e eleição de delegados:

ALMADA

Debate sobre Maastrich - dia 13, 15.00

AMADORA

Encontro concelhio - Cconvívio - dia 13, 15.00, Auditório da CM

AMARANTE

Colectivo concelhio - dia 14, 15.00

BRAGA

Assembleia distrital - dia 13, 15.30, CT

CALDAS DA RAINHA

Iniciativa de promoção/preparação - dia 12, 22.00

CASTELO BRANCO

Plenário distrital - dia 13, CT

COVILHÃ

Assembleia concelhia - Convívio - dia 13, 15.00, CT

ÉVORA

Convívio musical em Aguiar - dia 13, 16.00

LISBOA

Colectivo da Fac. Motricidade Humana - dia 13, sede da JCP
Sobre o Ens. Sup. Privado - Debate. Conv. - dia 13, 15.00, sede JCP
Colectivo do Secundário de Benfica - dia 13, 18.00, CT Benfica
Fac. Ciências Humanas - dia 15, sede JCP
Colectivo de Ciências - dia 15, sede da JCP

LOURES

Café-concerto em Sacavem - dia 13, 21.30, CT

MARINHA GRANDE

Colectivo concelhio - dia 11, 21.30

MIRANDELA

Secundário - Convívio - Com António Filipe - dia 17

MOITA

Colectivo da Baixa da Banheira - dia 13, 15.00

OVAR

Jovens trabalhadores - Com convívio - dia 13, 15.00

PALMELA

Colectivo de Pinhal Novo - dia 12

PORTO

Freguesias Ocidentais - dia 12, 21.30, CT da Boavista
Externatos - dia 13, 10.00, sede da JCP
Rodrigues de Freitas - dia 13, 15.00, sede da JCP
Pedrouços/Maia - dia 13, 15.00, Pedrouços
Gaia - dia 13, 15.00, CT de Gaia
S. Mamede de Infesta - dia 13, 17.00, CT de S. Mamede
Cidade do Porto - Convívio - dia 13, 22.00, sede da JCP
Amarante - dia 14, 15.00, CT Amarante
Cidade do Porto - Colagens - dia 16, 22.30, sede da JCP
Superior - dia 16, 21.00, sede da JCP

SINTRA

Colectivo do Cacém - dia 13, 15.00

Prazosi

O regulamento de discussão preparatória e eleição de delegados aprovado em Novembro pela Direcção Nacional da JCP estipula que:
- até dia 20 de Março devem ser enviadas ao Secretariado da DN as propostas de alteração aos documentos em debate;
- até 27 de Março deverá estar concluída a eleição de delegados; as actas das reuniões eleitorais deverão ser entregues ao Secretariado até 29 de Março.

VILA NOVA DE GAIA

Jantar-convívio em Avintes, comemorativo do 72º aniversário do PCP, com a participação do camarada Emídio Ribeiro: no restaurante "Despiste", sábado às 19.30.

VILA REAL

72º aniversário do PCP: no sábado, jantar comemorativo em Vila Real, no snack bar "Típico Real", com a participação do camarada Agostinho Lopes, e em Chaves, no restaurante "Chave de Ouro", com a participação do camarada Vasco Paiva.

PCP

72
ANOS

Carlos Carvalhas
hoje às 21.30
no programa
Conta-Corrente
na SIC

Avante! Agenda Televisão

Quinta, 11

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Os Reis do Rio
- 11.30 Notas para Si
- 12.50 Culinária
- 12.05 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 BD, a 9ª Arte
- 14.25 Ponto por Ponto
- 14.55 O Homens do Serviço Indiscreto (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.50 Crime, Disse Ela
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 XXX Festival RTP da Canção
- 24.00 Sexualidades
- 01.00 24 Horas
- 01.45 Remate

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 11.15 Futebol (Juniões)
- 13.35 Agora, Escolha!
- 15.00 Uma Questão de Consciência
- 15.35 Euroritmias
- 16.15 Campeonato do Mundo de Patinagem Artística
- 17.15 Chá das 5
- 18.15 Carrusel
- 19.00 Desporto - Campeonato Mundial de Juniores

Sexta, 12

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Dança no Campo
- 11.30 Agora é que São Elas
- 11.50 Culinária
- 12.15 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Faces da Cultura
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.10 «Dick Barton at Bay» (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.40 Caderno Diário
- 17.50 Crime, Disse Ela
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Marina, Marina
- 22.15 007 - Ordem para Matar (ver «Filmes na TV»)
- 00.10 24 Horas
- 01.00 Remate
- 01.15 Stress (ver «Filmes na TV»)
- 02.40 O Tubarão Branco (ver «Filmes na TV»)

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 11.00 Infantil
- 12.00 Walter e Emily
- 12.25 Danger Bay
- 13.00 Luas de Mel
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.00 Uma Questão de Consciência
- 15.35 Euroritmias

Sábado, 13

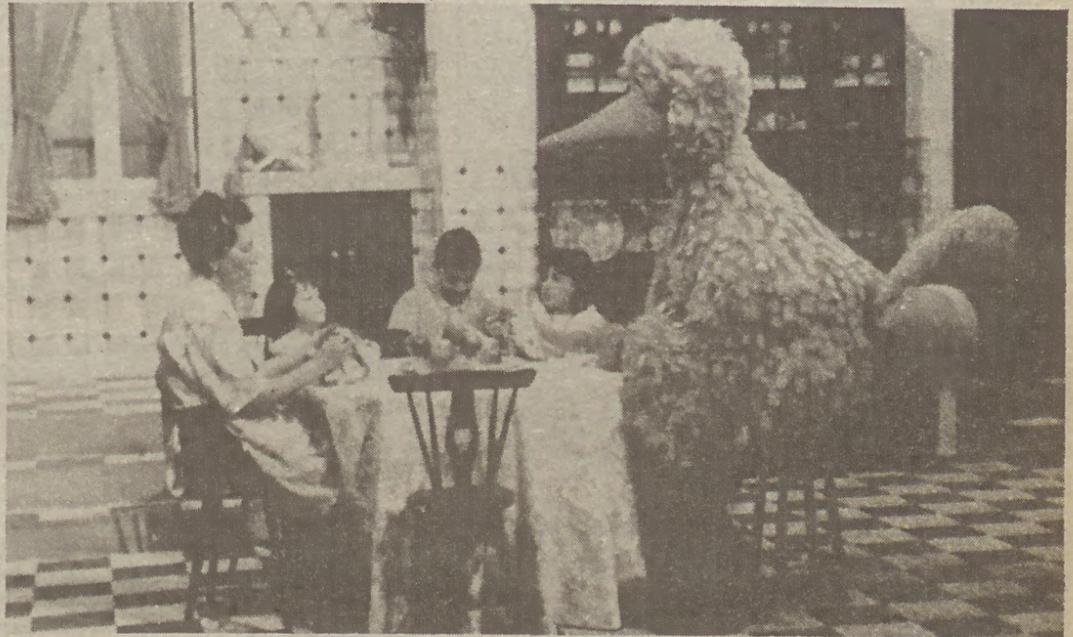
- 08.00 Canal Jovem
- 12.15 Luta Livre Americana
- 13.00 Parlamento
- 13.40 Mercado Único
- 13.55 Clube Disney
- 15.25 O Magnífico (ver «Filmes na TV»)
- 17.30 Feira da Música
- 18.05 Arca de Noé
- 18.45 O Herói Relâmpago
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 20.40 Felicidade
- 22.30 Parabéns
- 00.10 Sessão Dupla I (três filmes em alternativa - ver «Filmes na TV»)
- 01.40 Sessão Dupla II - «Onde Pára o Diabo» (ver «Filmes na TV»)

- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.10 Revolta na Índia (ver «Filmes na TV»)
- 13.45 Cinzas (Compacto)
- 16.00 TV2 Desporto
- 22.00 No Cumprimento do Dever
- 22.55 Salomé
- 00.25 Popoff
- 00.50 Acerto de Contas

- 12.00 Quadrilha Selvagem
- 12.30 Aventuras dos T-Rex
- 13.00 Stingray, o Super Submarino
- 13.30 Batman
- 14.00 Sic Notícias

Domingo, 14

- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Canal Jovem
- 11.30 Missa
- 12.30 70 x 7
- 13.00 Notícias
- 13.05 Os Melhores Anos
- 13.30 Top +
- 14.30 Olha que Dois
- 15.25 Beverly Hills 90210
- 16.20 A Grande Corrida à Volta do Mundo (ver «Filmes na TV»)



Rua Sésamo, o mais popular dos programas infantis — no Canal 1

- 18.10 Sons do Sol
- 19.05 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.30 Repórteres
- 21.05 Felicidade
- 22.40 Casa Cheia
- 23.25 Grande Área
- 00.40 Conversa Afiada

- 08.00 Desenhos Animados
- 08.10 Os Persuasores
- 09.00 Uma Família para Joe
- 09.30 TV2 Desporto
- 11.00 Regiões
- 12.00 Gente da Frente
- 12.35 Forum Musical
- 13.35 Realce
- 14.00 TV2 Desporto
- 21.45 Palavra Puxa Palavra
- 22.30 Artes e Letras - «A História da MGM»
- 23.30 Capitães da Areia
- 00.15 Voo às Cegas
- 01.05 Um Anjo à Minha Mesa

- 12.00 Livro da Selva
- 12.30 Rugrats
- 13.00 Pássaros de Fogo
- 13.55 Sic Notícias (ver «Filmes na TV»)
- 14.00 Futebol - Manchester U.-Aston Villa
- 16.00 Tarzan
- 16.30 Tracey Ullman Show
- 17.00 As 24 Horas de Daytona
- 18.35 Encontros Imediatos
- 19.00 Benny Hill
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 A Viúva do Enforcado
- 21.00 Cosby Show
- 21.30 O Ulvo da Fera (ver «Filmes na TV»)
- 23.15 Último Jornal
- 23.45 Segredos
- 00.35 Deixem Correr o Sangue

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 As Histórias Mais Bonitas
- 11.30 Actualidade Religiosa
- 12.00 Vaticano em Directo
- 12.15 Missa
- 13.00 Colégio Interno
- 14.00 A Saga dos Wilson
- 15.00 As Ilhas
- 16.00 Reserva de Lakota (ver «Filmes na TV»)
- 17.40 O Maluco dos Anúncios
- 18.10 Heights - A História de um Conjunto
- 19.00 Telemotor
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 Os Bastidores do Espectáculo
- 20.30 Cartas de Amor
- 21.45 Tentáculos
- 23.25 Meteorologia

Segunda, 15

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Mike e Angelo
- 11.30 Agora é que São Elas!
- 11.50 Culinária
- 12.05 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Vida Selvagem
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.05 Sarilho na Televisão

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.15 Eternos Novatos
- 12.40 Os Roberts
- 13.00 Luas de Mel
- 13.35 Agora, Escolha!
- 15.00 Uma Questão de Consciência
- 15.35 Euroritmias
- 16.25 Terra de Fogo e Sangue
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrusel
- 19.00 Acção em Miami
- 20.00 Cinemagazine
- 20.30 Milénio
- 21.30 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Frente a Frente
- 24.00 Uma Infância Atribulada (ver «Filmes na TV»)

Terça, 16

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Madicken
- 11.30 Notas para Si
- 11.50 Culinária
- 12.05 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Mundo da Ciência
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 A Lenda do Reno

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 11.00 Infantil
- 11.30 Marie Curie
- 13.35 Agora, Escolha!
- 15.00 Uma Questão de Consciência
- 15.30 Euroritmias
- 16.25 Extra Dimensões
- 17.10 Chá das 5
- 18.05 Carrusel
- 18.50 Acção em Miami
- 19.50 Aventura do Conhecimento
- 20.20 As Asas da Tragédia
- 21.30 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Heróis ou Traidores (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Últimas Notas: Chick Corea

Quarta, 17

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Kelly
- 11.30 Isto é Magia
- 11.50 Culinária
- 12.05 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Entre Guerras
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.05 O As do Volante

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.15 Sem Remédio
- 12.40 Os Roberts
- 13.05 Luas de Mel
- 13.35 Agora, Escolha!
- 15.00 Uma Questão de Consciência
- 15.35 Euroritmias
- 16.25 A Guerra dos Ténis
- 17.10 Chá das Cinco
- 17.15 Carrusel
- 18.55 Retrato da Natureza
- 19.20 TV Artes
- 20.00 Futebol: Milão-Porto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.15 Barriga de Aluguer
- 00.10 O Bandido (ver «Filmes na TV»)



«Diário de um Desaparecido»: uma cantata de Janacek dançada na Tapada da Ajuda — quinta-feira na TV2



«A Loucura Branca», biografia de Janet Frame em série TV — domingo na TV2

- 19.50 Bailado - «Diário de um Desaparecido»
- 21.20 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.15 Maigret
- 00.05 Cavaleiro sem Armas (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 20.50 Placard Electrónico
- 21.30 Conta Corrente
- 22.30 Repórter da Meia-Noite
- 23.20 Passo a Passo
- 23.55 Último Jornal
- 00.15 Jornalouco
- 00.20 MTV

- 16.30 A Casa do Tio Carlos
- 17.05 Já Tocou!
- 17.35 Lágrimas
- 18.30 A Amiga Olga
- 19.05 Rica Saúde
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 Telhados de Vidro
- 20.30 Farda e Coração
- 21.15 Informação - «Referendo»
- 22.15 Cresce e Aparece
- 22.40 Os Construtores da História
- 23.10 Informação
- 23.25 Meteorologia

- 16.15 Campeonato do Mundo de Patinagem Artística
- 17.15 Chá das 5
- 18.45 Carrusel
- 19.30 Documentário
- 20.00 Uma Questão de Palavras
- 20.30 Interiores
- 21.20 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.15 Meu Louco Coração (ver «Filmes na TV»)
- 01.10 Últimas Notas: Bruce Springsteen ou Tom Petty

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.35 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 20.50 Placard Electrónico
- 21.20 Entre o Céu e o Inferno (ver «Filmes na TV»)
- 23.20 Último Jornal
- 23.40 Jornalouco
- 23.45 Playboy
- 00.35 Boxe
- 01.05 MTV

- 16.30 A Casa do Tio Carlos
- 17.05 Já Tocou!
- 17.35 Lágrimas
- 18.30 A Amiga Olga
- 19.05 Rica Saúde
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 Telhados de Vidro
- 20.30 Retrato de Campeões
- 21.00 Desporto
- 21.30 Agatha Christie
- 22.25 A Sangue Frio (ver «Filmes na TV»)
- 00.55 Ponto Final
- 01.10 Meteorologia

- 14.05 As Mais Belas Máquinas
- 14.30 Aventura
- 15.00 Fantasmas (ver «Filmes na TV»)
- 17.10 Justiça Negra
- 18.00 Internacional SIC
- 18.20 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.00 Crimes
- 20.30 Futebol - Barcelona-La Coruña
- 22.30 Água na Boca
- 23.25 Último Jornal
- 23.45 Telefilme: «Advogado sem Defesa»

- 10.00 Animação
- 11.30 Punky
- 11.55 Contra-Ataque
- 13.10 Lágrimas (compacto)
- 17.40 Cagney & Lacey
- 18.35 Rica Saúde
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 A Escalada Infernal
- 20.30 O Caloiro da Mafra (ver «Filmes na TV»)
- 22.20 Os Amigos de Alex (ver «Filmes na TV»)
- 00.10 Meteorologia

- (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.50 Crime, Disse Ela
- 18.40 A Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Cupido Electrónico
- 22.10 Entre Famílias
- 23.20 Mulheres de Windsor
- 00.15 24 Horas
- 01.10 Remate

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.15 Eternos Novatos
- 12.40 Os Roberts
- 13.00 Luas de Mel
- 13.35 Agora, Escolha!
- 15.00 Uma Questão de Consciência
- 15.35 Euroritmias
- 16.25 Terra de Fogo e Sangue
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrusel
- 19.00 Acção em Miami
- 20.00 Cinemagazine
- 20.30 Milénio
- 21.30 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Frente a Frente
- 24.00 Uma Infância Atribulada (ver «Filmes na TV»)

- (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.50 Crime, Disse Ela
- 18.40 A Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Isto Só Vídeo
- 22.05 Você Decide
- 23.00 De Caras
- 00.20 24 Horas
- 01.10 Remate

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 11.00 Infantil
- 11.30 Marie Curie
- 13.35 Agora, Escolha!
- 15.00 Uma Questão de Consciência
- 15.30 Euroritmias
- 16.25 Extra Dimensões
- 17.10 Chá das 5
- 18.05 Carrusel
- 18.50 Acção em Miami
- 19.50 Aventura do Conhecimento
- 20.20 As Asas da Tragédia
- 21.30 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Heróis ou Traidores (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Últimas Notas: Chick Corea

- (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.50 Crime, Disse Ela
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Vamos Jogar no Totobola
- 21.55 Air America (ver «Filmes na TV»)
- 23.45 Golo Europa
- 00.45 24 Horas
- 01.35 Remate

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.15 Sem Remédio
- 12.40 Os Roberts
- 13.05 Luas de Mel
- 13.35 Agora, Escolha!
- 15.00 Uma Questão de Consciência
- 15.35 Euroritmias
- 16.25 A Guerra dos Ténis
- 17.10 Chá das Cinco
- 17.15 Carrusel
- 18.55 Retrato da Natureza
- 19.20 TV Artes
- 20.00 Futebol: Milão-Porto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.15 Barriga de Aluguer
- 00.10 O Bandido (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.00 De Corpo e Alma
- 20.50 Placard Electrónico
- 21.30 Príncipe de Bel Air
- 22.00 Terça à Noite
- 23.00 Phoenix
- 23.55 Último Jornal
- 00.15 Jornalouco
- 00.20 MTV

- 16.30 A Casa do Tio Carlos
- 17.05 Já Tocou!
- 17.35 Lágrimas
- 18.30 A Amiga Olga
- 19.05 Rica Saúde
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 Telhados de Vidro
- 20.30 O Velho Gringo (ver «Filmes na TV»)
- 22.40 Olhares
- 23.10 Desporto Motorizado
- 23.40 Informação
- 23.55 Meteorologia

Filmes na TV

QUINTA, 11

Os Homens do Serviço Indiscreto

«The Intelligence Men» (Gr.Br./1965). Real.: Robert Asher. Int.: Eric Morecambe, Ernie Wise, William Franklin, April Olich. Cor, 100 min. *Comédia de espionagem.* (14.55, Canal 1)

Cavaleiro Sem Armas

«Knight Without Armor» (Gr.Br./1937). Real.: Jacques Feyder. Int.: Marlene Dietrich, Robert Donat, Irene Vanburgh, Herbert Lomas. P/B, 105 min. *Ver Destaques.* (00.05, TV 2)

SEXTA, 12

Agente Precisa-se

«Dick Barton at Bay» (Gr.Br./1950). Real.: Godfrey Grayson. Int.: Don Stannard. P/B, 68 min. *Policial.* (15.10, Canal 1)

Entre o Céu e o Inferno

«Between Heaven and Hell» (EUA/1956). Real.: Richard Fleischer. Int.: Robert Wagner, Terry Moore, Broderick Crawford, Buddy Ebsen. Cor, 94 min. *Ver Destaques.* (21.20, SIC)

007 - Ordem Para Matar

«From Russia With Love» (Gr.Br./1963). Real.: Terence Young. Int.: Sean Connery, Daniela Bianchi, Pedro Armendariz, Lotte Lenya. Cor, 112 min. *Ver Destaques.* (22.15, Canal 1)

A Sangue Frio

«In Cold Blood» (EUA/1967). Real.: Richard Brooks. Int.: Robert Blake, Scott Wilson, John Forsythe, Paul Stewart, Gerald S. O' Loughlin. Cor, 134 min. *Ver Destaques.* (22.25, Quatro)

Meu Louco Coração

«My Foolish Heart» (EUA/1949). Real.: Mark Robson. Int.: Dana Andrews, Susan Hayward, Kent Smith, Lois Wheeler. P/B, 94 min. *Ver Destaques.* (23.15, TV 2)

Stress

«Stress» (Fr./1984). Real.: Jean-Louis Bertucelli. Int.: Carole Laure, Guy Marchand, André Dussolier, Anne Meson. Cor, 85 min. *Thriller.* (01.15, Canal 1)

O Tubarão Branco

«Shark Kill» (EUA/1976). Real.: William A. Graham. Int.: Richard Yniguez, Phillip Clark, Jennifer Warren, Elizabeth Gill. Cor, 69 min. *Aventuras.* (02.40, Canal 1)

SÁBADO, 13

Revolta na Índia

«The Drum» (Gr.Br./1938). Real.: Alexander Korda. Int.: Sabu, Raymond Massey, Roger Livesey, Valerie Hobson. Cor, 96 min. *Aventuras.* (12.10, TV 2)

Fantomas

«Fantômas» (Fr./1964). Realização de André Hunebelle. Int.: Jean Marais, Louis de Funès, Mylène Demongeot. Cor, 95 min. *Ver Destaques.* (15.00, SIC)

O Magnífico

«Le Magnifique» (Fr./It./1973). Real.: Philippe de Broca. Int.: Jean-Paul Belmondo, Jacqueline Bisset, Vittorio Caprioli. Cor, 90 min. *Ver Destaques.* (15.25, Canal 1)

O Caloiro da Mafía

«The Freshman» (EUA/1990). Real.: Andrew Bergman. Int.: Marlon Brando, Mathew Broderick, Maximilian Schell, Bruno Kirby. Cor, 92 min. *Ver Destaques.* (20.30, Quatro)

Os Amigos de Alex

«The Big Chill» (EUA/1983). Real.: Lawrence Kasdan. Int.: William Hurt, Tom Beringer, Glenn Close, Kevin Kline, Jeff Goldblum, Mary Kay Place, Meg Tilly, Jobeth Williams. Cor, 104 min. *Ver Destaques.* (22.20, Quatro)

Advogado sem Defesa

«Blind Judgement» (EUA/1990). Real.: George Kaczender. Int.: Peter Coyote, Lesley Ann Warren. Cor, 92 min. *Telefilme dramático.* (23.45, SIC)

Pecados de Mãe (EUA/1991) Real.: John Patterson. **Telefilme.** (Alternativa I); **No Trilho da Droga** (EUA/1988) Real.: Gus Van Sant. **Comédia dramática.** (Alternativa II); **As Malhas da Traição**

(Fr./1982) Real.: Bob Swain. **Policial.** (Alternativa III). (00.10, Canal 1)

Onde Pára o Diabo?

«Repossessed» (EUA/1990). Real.: Bob Logan. Int.: Linda Blair, Ned Beatty, Leslie Nielsen, Anthony Starke, Thom J. Sharpe. Cor, 81 min. *Comédia.* (01.30, Canal 1)

DOMINGO, 14

A Grande Corrida à Volta do Mundo

«The Great Race» (EUA/1965). Real.: Blake Edwards. Int.: Jack Lemmon, Tony Curtis, Natalie Wood, Peter Falk, Keenan Wynn. Cor, 147 min. *Ver Destaques.* (15.40, Canal 1)

A Reserva de Lakota

«Lakota Moon» (EUA). Real.: Christopher Cain. Int.: Richard Tyson, Barbara Carrera, Zahn McClarnon, Rodney Grant. Cor, 90 min. *Telefilme de aventuras.* (16.00, Quatro)

O Uivo da Fera

«The Howling» (EUA/1981). Real.: Joe Dante. Int.: Dee Wallace, Patrick Macnee, Dennis Dugan, Christopher Stone, Belinda Balaski. Cor, 91 min. *Ver Destaques.* (21.30, SIC)

SEGUNDA, 15

Sarilho na Televisão

«Simon and Laura» (Gr.Br./1955). Real.: Muriel Box. Int.: Peter Finch, Kay Kendall, Muriel Pavlow, Ian Carmichael, Maurice Denham. Cor, 91 min. *Comédia.* (15.05, Canal 1)

O Meu Pai Adolescente

«The Summer My Father Grew Up» (EUA/1991). Real.: Michael Tuchner. Int.: John Riter, Margaret Whitton, Joe Spano. Cor, 90 min. *Drama.* (20.30, Quatro)

Reveses da Fortuna

«Reversal of Fortune» (EUA/1990). Real.: Barbet Schroeder. Int.: Jeremy Irons, Glenn Close, Ron Silver. Cor, 111 min. *Ver Destaques.* (21.30, SIC)

Uma Infância

«L'Enfance Nue» (Fr./1968). Real.: Maurice Pialat. Int.: Michel Terrazon, Marie-Louise Thierry, René Thierry, Henri Puff, Raoul Billerey. Cor, 86 min. *Ver Destaques.* (00.00, TV 2)

TERÇA, 16

A Lenda do Reno

«Whirlpool» (Gr.Br./1959). Real.: Lewis Allen. Int.: Juliette Greco, O. W. Fischer, Marius Goring, Muriel Pavlow, William Sylvester. Cor, 91 min. *Ver Destaques.* (15.00, Canal 1)

Heróis ou Traidores?

«The Caine Mutiny Court Martial» (EUA/1988). Real.: Robert Altman. Int.: Eric Bogosian, Jeff Daniels, Brad Davis, Peter Gallagher. Cor, 100 min. *Ver Destaques.* (23.00, TV 2)

QUARTA, 17

O As do Volante

«Le Permi de Conduire» (Fr./1974). Real.: Jean Girault. Int.: Louis Velle, Pascale Roberts, Sandra Julien, Jacques Jouanneau. Cor, 86 min. *Comédia.* (15.05, Canal 1)

O Velho Gringo

«Old Gringo» (EUA/1989). Real.: Luis Puenzo. Int.: Gregory Peck, Jane Fonda, Jimmy Smiths, Pedro Armendariz, Jr., Jenny Gago. Cor, 113 min. *Ver Destaques.* (20.30, Quatro)

Air America

«Air America» (EUA/1990). Real.: Roger Spottiswoode. Int.: Mel Gibson, Robert Downey, Jr., Nancy Travis, David Marshall Grant, Lane Smith. Cor, 108 min. *Ver Destaques.* (21.55, Canal 1)

O Bandido

«Il Bandito» (It./1946). Real.: Alberto Lattuada. Int.: Anna Magnani, Amedeo Nazzari, Carla del Poggio, Carlo Campanini. P/B, 80 min. *Ver Destaques.* (00.10, TV 2)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —



Glenn Close e William Hurt, dois dos «Amigos de Alex».

Cavaleiro sem Armas (Quinta, 00.05, TV 2)

Sobretudo importante no cinema europeu (e, particularmente, no britânico) como produtor e não tanto como realizador, Alexandre Korda, húngaro de nascimento e naturalizado inglês nos anos 30, foi buscar a França Jacques Feyder para realizar em Inglaterra esta produção centrada na história de um agente secreto britânico que, durante os acontecimentos de 1917 na Rússia, infiltrado nas fileiras dos revolucionários bolcheviques, consegue fazer fugir para o Ocidente a condessa Alexandra... Robert Donat e Marlene Dietrich (um inesquecível par do cinema) dão o carisma a este luxuoso empreendimento, que, tendo à superfície os interessantes mecanismos do melodrama, naturalmente não consegue disfarçar o seu carácter de filme de propaganda.

Entre o Céu e o Inferno (Sexta, 21.20, SIC)

Os acasos das coincidências e da concorrência fazem com que, com alguns dias de separação, nos seja facultada a visão, em diferentes canais, de dois filmes de Richard Fleischer abordando a II Guerra Mundial, no Pacífico. No passado Domingo, foi *Tora! Tora! Tora!* (exibido no formato original, o que se saúda), na Quatro. Hoje, é este filme que a SIC nos propõe e que constitui um interessante exemplar do «género». Embora relativamente convencional na sua feitura, a obra destaca-se pelo estudo psicológico que ousa fazer sobre a evolução da postura de um jovem combatente perante os sentimentos da coragem e do medo que a crua dureza da guerra provoca.

007 - Ordem Para Matar (Sexta, 22.15, Canal 1)

Trata-se do segundo filme da série realizado por Terence Young e com Sean Connery no protagonista. E é, seguramente, um dos mais divertidos, o que quer dizer habilmente executado e com todos os previsíveis clichés e ingredientes do «género» a funcionar às maravilhas - entre os quais se destaca uma longa e eficaz sequência de pancadaria e perseguição num comboio. Desta vez, o agente secreto de Sua Majestade envolve-se em aventuras com os espões vindos do frio moscovita... Para além dos habituais charme e desenvoltura de Connery, a insólita curiosidade vai para Lotte Lenya na pele de uma espia. É só rir, é só rir...

A Sangue Frio (Sexta, 22.25, Quatro)

Entretanto, porque para as doses de «anticomunismo militante» já chegam e sobram os serviços de «informação» das televisões - e porque o 007, mesmo fazendo rir, já está mais do que visto, na mesma caixinha televisiva -, a sobreposição de horários obriga a ter de optar por algo de verdadeiramente sério e indispensável. É o caso deste *A Sangue Frio* que o realizador Richard Brooks adaptou do romance original de Truman Capote, também ele inspirado num caso verídico: dois jovens ex-presidiários decidem-se a roubar o cofre de uma família de agricultores, algures no Kansas, mas, perante a frustração do acto, matam impiedosamente todos os membros da família e empreendem uma longa fuga acabando por ser presos ocasionalmente, cinco anos mais tarde, e condenados à morte. Neste cruel retrato da América, que Brooks encena e, sobretudo, monta com frieza e desespero, o realizador opta pela figuração de dois actores-amadores e pelo estilo do semidocumentarismo para melhor servir a decomposição realista do «caso», dos seus protagonistas e da sua evolução. É é, ainda, a impressionante utilização do flashback e da fotografia a preto-e-branco (de Conrad Hall) que lhe serve para magistralmente dar corpo à investigação levada a cabo por um jornalista e nos conduzir através do processo. Como grande autor que é, Richard Brooks não nos dá a receita feita, mostra-nos os factos (que progressivamente tomam conta de nós) para que, depois, os interpretemos. O melhor filme da semana.

Meu Louco Coração (Sexta, 23.15, TV 2)

Não há meio de se perceberem os critérios de programação da RTP. Se a ideia peregrina é colocarem os filmes a preto-e-

branco nas «sessões da tarde» para deixarem para o «horário nobre» as grandes produções a cores - o que, desde já, pressupõe toda uma *sui generis* «filosofia» do programador - então este filme estaria indicado para fazer o lugar de algumas das «obras-primas» que àquela hora têm sido desperdiçadas. Mas não. A TV 2 coloca este carregadíssimo e lacrimojante melodrama à sexta-feira à noite! Um filme menor de que sobretudo se salva a primeira aparição de Susan Hayward no cinema e a célebre canção-tema do filme, de Victor Young. O que, convenhamos, é muito pouco.

Fantomas (Sábado, 15.00, SIC)

Trata-se do primeiro de uma série de três filmes que a SIC anuncia tendo por livre inspiração e «herói» a célebre figura de Fantomas, o «génio do crime», saída da pena de Pierre Souvestre e Marcel Allain. Todos eles realizados por André Hunebelle e protagonizados por Jean Marais (no duplo papel de *Fantomas* e do jornalista *Fandor*), Louis de Funès (no comissário *Juve*) e Milène Demongeot (na namorada de *Fandor*), constituem outras tantas transposições para a situação de comédia das primeiras e inesquecíveis versões «sérias» de Louis Feuillade e Paul Fejos, mas não conseguindo naturalmente equiparar-se-lhes. De qualquer modo, as interessantes composições de Marais e, sobretudo, de Funès (este, bem melhor do que nas suas alarves comédias) dão para passar o tempo.

O Magnífico (Sábado, 15.25, Canal 1)

Se, bem vistas as coisas, os episódios do 007 são a versão - feita sátira e fogo-de-vista - dos habituais e intrincados meandros dos filmes de «espionagem», gozar com o género (assim já revisto), podendo ser uma empresa artística que diverte os seus protagonistas, arrisca-se a roçar o pleonasma. É o que, de certo modo, acontece com este *O Magnífico*, saído em França da parrelha Broca (realizador) e Belmondo (actor), que mais não faz do que nada acrescentar à paródia do género, embora continue a entreter os apreciadores.

O Caloiro da Mafía (Sábado, 20.30, Quatro)

Como que na esteira desta revisão-em-estilo-de-comédia dos grandes «géneros clássicos», o filme realizado por Andrew Bergman conta a história atribulada de um estudante de cinema que se vê envolvido no ambiente de uma «família» absolutamente suspeita... Uma comédia fora do vulgar, na qual surge (por indistigáveis necessidades de «facturar») Marlon Brando numa impagável caricatura da personagem de *O Padrinho*, de Coppola.

Os Amigos de Alex (Sábado, 22.20, Quatro)

Após anos de separação, e depois de todos se terem reencontrado no funeral de um amigo comum (Alex) que se havia suicidado, um grupo de amigos reúne-se numa casa de campo algures na Carolina do Sul para de novo reviverem as suas vidas cruzadas, quando estudantes, num período particularmente agitado da sua experiência social e política - naqueles que eram os generosos tempos do «amor livre», das *manifestações* contra a guerra do Vietname, do empenhamento na luta pelos «direitos cívicos». Lawrence Kasdan, escritor e realizador bem interessante, optando corajosamente por dar a ver tudo isto numa modalidade de escrita e representação próxima das «peças de boulevard» de Niel Simon, acaba por escapar ao notório risco de uma certa superficialidade na análise das personagens, para pôr de pé um filme que é um subtil e plausível retrato, a um tempo amargo e desencantado, da cruel frustração desses ex-«radicais», agora membros da universal comunidade dos novos *yuppies* da classe média - personagens, aliás, espectacularmente servidas pelas notáveis composições de alguns dos melhores novos actores e actrizes do cinema americano. Eis de novo a *Quatro*, naquela que



Susan Wayward e Dana Andrews, em «Meu Louco Coração», um lacrimojante melodrama...

a talhe de FOICE

Desligue-se

8 de Março de 1993. Telejornal. Canal 1 da RTP. O locutor de serviço, um jovem que ganhou notoriedade nas maratonas televisivas da Guerra do Golfo, quando aplicava os conhecimentos adquiridos na BBC na tradução das emissões da NBC, vai debitando as notícias com aquele seu hábito de inclinar a cabeça, qual pardal aflito enquanto se desdobra nos papéis de apresentador/espectador do seu próprio trabalho.

A páginas tantas, o dia internacional da Mulher vem à baila. Fala da Bósnia, de uma manifestação de mulheres em Angola, da guerra, da discriminação. Em Portugal, afirma, a data passou "quase despercebida". Enquanto no écran vão passando imagens de uma concentração de mulheres na capital e de um cordão humano, uma voz off vai debitando um texto anódino sobre a situação feminina em Portugal. Uma participante, anónima, é mesmo ouvida. Segue-se a imagem de dois cavalheiros - igualmente anónimos - vestidos a rigor e oferecendo o que pareceu uma tulipa amarela a uma jovem automobilista. E ala que se faz tarde, toca a mudar de assunto. Estava cumprida a função, para que não se diga que a RTP não dá voz ao que se passa cá pelo burgo.

Quem eram os cavalheiros de fraque? Mistério.

Quem eram as manifestantes? Mistério.

Que iniciativas assinalaram o 8 de Março por esse país fora? Mistério.

A RTP, se sabe, não informa.

A RTP, se não sabe, também não se rala.

Num canal onde se diz que a informação é a primeira a chegar, pelo visto é também onde primeiro se vai embora. Tão rápido que nem dá tempo a mostrá-la.

Mas quem é que se importa?

Com tanta coisa importante que se passa no mundo, como perder o precioso tempo televisivo com os problemas de mais de metade da população?

A violação de mulheres só ganha direito a tempo de antena se o pretenso violador for um sérvio.

A exploração de mulheres só merece destaque se o explorador tiver certidão de nascimento no Leste.

O trabalho feminino pela sobrevivência só desperta interesse se vier de Cuba.

O bem-estar das mulheres só é notícia se for nos EUA.

Que nós, por cá, graças a São Cavaco, estamos bem.

Não há fome, nem miséria, nem desemprego.

Não há assédio sexual, nem discriminação, nem exploração de mão-de-obra barata.

As mulheres não são despedidas quando engravidam, nem as primeiras a ir para a rua quando a crise aperta, nem sujeitas a controlos pidescos até nas idas à casa de banho.

As mulheres portuguesas, felizmente, não têm de arcar com o trabalho fora e dentro de casa, com os filhos e com os parentes velhos quando os há. Nem com maus tratos de qualquer espécie.

Por cá, as portas das universidades estão escancaradas às mulheres. Os lugares de chefia suspiram por um perfume feminino. As oportunidades são como as árvores das patacas à espera das delicadas mãos que lhes hão-de colher os frutos. Os lares, os jardins das delícias para um bem merecido descanso.

Para dizer a verdade, nem sei por que razão a RTP não foi ouvir a esposa do nosso primeiro sobre as maravilhas de ser mulher em Portugal. Se calhar, estava muito ocupada porque o marido lhe ofereceu flores!

Ou a mulher de Torres Couto, ou a de Alberto João Jardim, ou até mesmo a Moura Guedes, que em situações destas a prata da casa não desmerece.

Para dizer a verdade, não me espantava nada se me viessem dizer que após o Telejornal, em vez da telenovela, a RTP tinha promovido um chá das nove, com um requintado grupo de senhoras, a provar ao país e ao mundo que em Portugal todos os dias são dias da Mulher, devidamente atestado com másculos depoimentos do género "de quem manda lá em casa sou eu mas quem manda em mim é a minha senhora".

Se tal aconteceu, terei perdido o espectáculo do ano. É que, sabem, depois do Telejornal lembrei-me daquela velha máxima que convém nunciar esquecer: a televisão é um poderoso meio de manipulação, mas há uma coisa que podemos sempre fazer para lhe escapar - desligá-la.

■ AF

Coordenadora Nacional da CDU faz balanço positivo do arranque para as Autárquicas/93

1. A Coordenadora Nacional da CDU (Coligação Democrática Unitária) reuniu no dia 4 de Março para fazer um balanço da actividade das estruturas locais na fase de arranque dos trabalhos preparatórios das eleições autárquicas de Dezembro.

A Coordenadora Nacional salienta o dinamismo, o entusiasmo e a confiança que caracterizaram o início dos trabalhos das estruturas concelhias e dos autarcas e activistas da CDU envolvidos em Fevereiro em várias iniciativas.

Reanimação das Comissões Coordenadoras, Encontros de Activistas da CDU, constituição de Comissões Eleitorais, lançamento de listas de apoio à CDU, debates temáticos sobre matérias do poder local, preparação de balanços de actividade, discussões de linhas orientadoras programáticas, escolha de cabeças de lista, distribuição de jornais e folhas informativas, revelam um amplo leque de acções em desenvolvimento por todo o país, com larga participação

de militantes partidários e cidadãos independentes.

2. Considerando o papel determinante do movimento sindical no enquadrar do imenso descontentamento que lavra entre trabalhadores e na generalidade dos sectores sociais, a Coordenadora Nacional da CDU saúda o 7.º Congresso da CGTP-Intersindical Nacional, com a certeza de que dele sairão adequadas orientações para a luta dos trabalhadores portugueses em defesa dos seus legítimos direitos e para o reforço da sua unidade na acção.

3. O Governo já nem consegue iludir a crise económica do país e a recessão que atravessam os sectores de actividade produtiva. São de sua responsabilidade as consequências na degradação das condições de vida dos portugueses e na acentuação da instabilidade social, pela insegurança que resultam do crescimento do desemprego, da precarização do trabalho, da contenção salarial e da indiferença governamental em áreas sociais tão prementes como as políticas de

habitação, saúde, ensino, transportes públicos e segurança social.

A Coordenadora Nacional da CDU considera que a intensificação das movimentações sociais e a convergência das suas acções, perante a estratégia do Governo, em crescendo de impopularidade e que evidencia sinais de desorientação, são meios indispensáveis para uma mudança de política.

4. O reconhecimento da acção desenvolvida pelo poder local em benefício das populações, apesar das dificuldades e esbultos financeiros que lhe são movidos pelo Governo do PSD, marca visível contraste com a imagem desacreditada deste último.

A CDU congratula-se com a actividade protagonizada pelos autarcas seus eleitos, tanto em situações de responsabilidade pela gestão municipal ou de freguesias, como em situações de minoria, pois permite indentificá-la como a força política com um maior capital de realizações e com uma estreita ligação às populações.

No dia-a-dia do desempenho dos seus cargos, os autarcas eleitos pela Coligação confirmam ser «trabalho, honestidade, competência» uma tríade de cujo exclusivo a CDU pode arrogar-se.

5. A Coordenadora da CDU fixou para 21 de Maio a apresentação das linhas mestras da proposta da CDU para as Autárquicas, numa iniciativa nacional cuja natureza será oportunamente divulgada.

A Coordenadora Nacional exorta todas as estruturas locais e activistas da CDU a prosseguirem com entusiasmo os trabalhos preparatórios da campanha eleitoral, em espírito de abertura às opiniões, colaboração e apoio dos milhares de cidadãos que respitam a CDU como força política determinante na efectivação das atribuições do poder local.

4 de Março de 1993

A Comissão Coordenadora Nacional da CDU

Greve na FISEL continua a 100%

Em 22 de Fevereiro de 1993, os trabalhadores da FISEL - Fiação Estrela de Seia, Ld.ª reunidos em plenário, decidiram entrar em greve por tempo indeterminado a partir do dia 24 do mesmo mês, reivindicando o pagamento dos salários em atraso dos meses de Dezembro/92, Janeiro e Fevereiro/93. Desde então a greve tem sido cumprida a 100% pelos cerca de 800 trabalhadores da empresa.

Os trabalhadores da FISEL, ao longo dos últimos quatro anos, têm vivido com os salários em atraso, sempre na média dos 3 meses. Só que agora, além de estar em débito o mês de Dezembro/92, Janeiro e Fevereiro/93 há novamente a ameaça de que a Firma vai fechar, por causa da dívida à Segurança Social. Contudo, apesar de em Novembro de 1991 ter sido aprovado e acordado o Plano de Viabilização da empresa.

Os trabalhadores não compreendem como é possível estar a Firma a ter boa produção e a ser facturada e não haver pagamentos, quer de salários, quer à Segurança Social.

São dependentes economicamente da FISEL cerca de 3000 pessoas, cujos agregados familiares vivem exclusivamente do produto do salário que cada trabalhador recebe da empresa. Há já famílias em desespero, por verem as suas reservas financeiras reduzidas a zero.

Apesar do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta ter empenhado todos os seus meios e esforços para resolver este grave problema, os reflexos dramáticos da situação já se vivem em

muitos lares dos trabalhadores da FISEL.

Apesar de muito falada reestruturação do sector têxtil e do muito propagandeado apoio comunitário, a crise do sector continua a arrastar para a falência um grande número de empresas, atirando para o desemprego com muitos milhares de trabalhadores.

O Grupo Parlamentar do PCP que já em 19 de Outubro de 1990 e em 14 de Fevereiro de 1991, através de requerimentos de vários deputados comunistas haviam questionado o Governo sobre a péssima situação da FISEL, perante o quadro actual existente no Sector Têxtil de Seia - são mais de 1600 trabalhadores da FISEL e da TEXTILANA, que meteu recentemente processo de viabilização em tribunal, em situação dramática - só possível pela apatia do Governo e das Instituições no que respeita à constituição e gestão das empresas têxteis, através de requerimento apresentado pelo deputado José Manuel Maia, veio uma vez mais alertar para a impunidade destes actos, com negativos reflexos na situação económica e social do concelho de Seia.

Afirmando que é imperioso que se tomem medidas, o Grupo Parlamentar do PCP requereu ao Governo, através do Ministério da Indústria e Energia, "a explicitação das medidas que estão encaradas ou tomadas e quais as acções e os programas que vão ser promovidos no sentido de validamente conduzir a uma reestruturação verdadeiramente credível e objectiva da têxtil, nomeadamente através de uma mais correcta aplicação e fiscalização das verbas canalizadas para o sector".

Macário é o candidato da derrota

Solicitado por alguns órgãos de Comunicação Social a comentar o anúncio da candidatura de Macário Correia à Câmara Municipal de Lisboa, o Organismo de Direcção da Cidade de Lisboa do PCP emite a seguinte declaração:

A confirmar-se a escolha referida, o PSD assume antecipadamente a postura de força derrotada nas eleições para a Câmara de Lisboa.

Macário Correia caracterizou-se pelo desempenho incompetente das suas funções na Secretaria de Estado do Ambiente e pela agressividade em relação às autarquias, marcada por uma sistemática postura caluniosa, tendo chegado a ser desautorizado pelos Tribunais.

A ser verdade, adivinha-se uma candidatura destinada a uma campanha eleitoral destrutiva baseada em falsidades e calúnias irresponsáveis, sem qualquer consistência ou credibilidade que a gestão de um Município como Lisboa exige.

Lisboa, 5 de Março de 1993

O Organismo de Direcção da Cidade de Lisboa

Agricultores de Coimbra manifestam-se na segunda-feira

A ADACO - Associação Distrital de Agricultores de Coimbra, com o apoio da CNA - Confederação Nacional da Agricultura, convocou para a próxima segunda-feira, dia 15 de Março, pelas 10 horas da manhã, uma manifestação de agricultores junto à DRABLitoral.

Os manifestantes vão apresentar ao director regional da agricultura um caderno de reclamações que faz eco da grave situação que o sector atravessa.

Nomeadamente, os produtores protestam contra a falta de escoamento da laranja, vinho e batata, o cerco às feiras agrícolas da região, contra os preços do leite e definição das quotas leiteiras e alertam as autoridades para a situação de seca que se regista na região das Gândaras. Os agricultores defendem ainda a necessidade urgente do emparcelamento agrícola no Vale do Pranto e a resolução de graves problemas nos perímetros já a funcionar.